



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 040 - SÁBADO, 18 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
<p style="text-align: center;">LÍDER Ney Suassuna</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER José Jorge – PFL</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

- ⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005
⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005
⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 004 , DE 2006

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto nº 51.061, de 1961, complementado pelo Decreto nº 55.249, de 1964, que dispõem sobre a concessão de Medalha-Prêmio ao servidor público que completar cinquenta anos, ininterruptos ou não, de serviço público, RESOLVE:

Art. 1º É concedida a Medalha-Prêmio à servidora **SARAH ABRAHÃO**, por haver completado 50 anos de serviço público, período em que prestou relevantes serviços ao Senado Federal, como Secretária-Geral da Mesa e atualmente como Assessora, e ao Poder Executivo, como Assessora do Ministro de Estado da Educação.

Art. 2º A Medalha de que trata este Ato será cunhada pela Casa da Moeda do Brasil, correndo a despesa por conta das dotações orçamentárias do Senado Federal.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 16 de março de 2006.

Senador Renan Calheiros

Presidente

Senador Tião Viana

1º Vice-Presidente

Senador Antero Paes de Barros

2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais

1º Secretário

Senador João Alberto Souza

2º Secretário

Senador Paulo Octávio

3º Secretário

Senador Eduardo Siqueira Campos

4º Secretário

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 19ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de parecer

Nº 204, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2005 (nº 4.671/2004, na Casa de origem), que altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério. 08636

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente. 08639

Recebimento do Aviso nº 12, de 2006 (nº 85/2006, na origem), de 9 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de janeiro de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 08639

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de iniciativa do Senador Renan Calheiros e outros Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais). 08639

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 288, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento precoce do jovem Ilais Alexandre Brito Freitas, ocorrido ontem, em Manaus. 08639

Nº 289, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Osires Lopes da Silva Neto, ocorrido em Brasília. 08639

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que padroniza o

boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento. 08639

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Protestos a serem realizados hoje, em Santa Catarina, durante a visita do Presidente Lula. 08640

SENADOR JOSÉ JORGE – Considerações a respeito da suspensão do depoimento do Sr. Francenildo, ontem, na CPI dos Bingos, em razão de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal. 08642

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Saudação à Ministra Ellen Gracie Northfleet, que passará a presidir o Supremo Tribunal Federal. Transcrição do editorial de ontem do jornal **O Estado de S. Paulo**, a respeito da “República de Ribeirão Preto”. Índices de fraude eleitoral em Guarulhos/SP, no ano de 2004. Críticas ao Presidente Lula no que se refere à homologação de terras indígenas. 08647

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Defesa do afastamento do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Considerações a respeito da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. 08650

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Descumprimento, pelo Presidente Lula, da promessa de conclusão do chamado linhão de Tucuruí, feita durante visita a Parintins e outros municípios do baixo rio Amazonas. 08656

SENADOR ALVARO DIAS – Crise de identidade no Estado brasileiro. Suspensão, ontem, do depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. 08657

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Solidariedade ao Senador Tião Viana, autor do mandado de segurança que permitiu a suspensão do depoimento do caseiro Francenildo à CPI dos Bingos. Apoio à proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB. 08662

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição do artigo intitulado “Acabou em pizza”, de autoria do ex-Ministro José Dirceu. 08666

SENADOR *GILVAM BORGES* – Defesa da implantação do Plano de Carreira Indigenista, em benefício dos funcionários da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. 08668

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Repercussão da reunião da CPI dos Bingos ocorrida ontem. Contingenciamento das emendas ao Orçamento de sua autoria. Necessidade do orçamento impositivo. Comemoração dos 101 anos do município de Chapurí/AC..... 08670

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Motivação das Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas no âmbito do Congresso Nacional. O autoritarismo do governo federal..... 08673

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Registro da notícia de que o e-mail de Antonio Grassi, da Funarte, foi usado para propagar a chamada “lista de Furnas”. 08677

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Motivação do Senador Tião Viana com relação ao mandado de segurança impetrado junto ao STF para impedir o depoimento do caseiro Nildo. Apoio à reeleição do Presidente Lula..... 08680

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Potencial hidrográfico do Brasil..... 08692

SENADOR *MÃO SANTA* – Críticas às ações do PT que visam impedir a candidatura própria do PMDB à presidência da República..... 08694

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Interferência dos Poderes Judiciário e Executivo nas ações do Poder Legislativo..... 08696

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Preocupação diante da possibilidade de codificação da transmissão dos jogos da Copa do Mundo. Necessidade de demissão do Ministro Antonio Palocci..... 08698

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Considerações sobre a liminar que suspendeu o depoimento do

caseiro Nildo à CPI dos Bingos. Comentários à política de habitação do governo Lula..... 08702

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 66 e 67, de 2006. 08705

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 474 a 487, de 2006. 08706

4 – CONVÊNIO

Nº 10, de 2006 (Processo nº 013.652/05-2) (Banco Daycoval S/A)..... 08713

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO.

Ata da 19ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 204, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2005 (nº 4.671/2004, na Casa de origem), que altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 127, de 2005, de autoria da Deputada Neyde Aparecida, que se destina a alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no sentido de dar definição ao que seja funções de magistério, tal como a expressão aparece no art. 40, § 5º e art. 201, § 8º, da Constituição Federal.

O PLC em tela altera especificamente o art. 67 da LDB, que passa a vigorar acrescido de § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º. Leia-se a seguir o parágrafo proposto:

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho

de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (NR)

A proposição dispõe que as funções de magistério abrangem o exercício da docência, bem como outras atividades ligadas intimamente à vida da escola e ao seu funcionamento integral, como o assessoramento pedagógico e a direção de unidade escolar.

Este projeto de lei visa dar aos profissionais do magistério o direito à aposentadoria especial prevista no referido dispositivo constitucional.

Não é caso de se considerar a docência como atividade única do Magistério, como se a relação educativa se desse tão só no microcosmo fechado de preceptor e discípulo e preterisse o conjunto da estrutura institucional da escola.

A lei em que se transformar o projeto deverá entrar em vigor na data de sua publicação.

Na Casa de origem, o projeto recebeu pareceres favoráveis na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com aprovação unânime, tendo-lhe sido conferido mérito e isenção de vícios legais.

No Senado, distribuído apenas a esta Comissão, o PLC nº 127, de 2005, não recebeu emendas.

II – Análise

Os sujeitos envolvidos na educação foram, em passado remoto, apenas o mestre e seu aluno. Historicamente, as premissas do trabalho pedagógico foram evoluindo e com o progresso da sociedade ocidental a escola passou a ser uma importante entidade institucionalizada, mantida pelo Estado. Tal dependência estatal começou no período romano, para a escola de oradores. Hoje, a escola não pode prescindir de uma estrutura que é tanto baseada nas leis quanto nos sujeitos envolvidos na sua manutenção e funcionamento. Todos esses obreiros (professores,

profissionais do magistério, profissionais da educação ou trabalhadores da educação ou que nome se lhes dê) são fundamentais ao bom desenvolvimento pedagógico. A escola atual não existe sem o suporte institucional que a conforma, e todos os membros do como escolar são sujeitos implicados necessariamente no ato educativo.

As pessoas que exercem funções de magistério podem ser tipificadas como sendo aquelas que atuam no âmbito educativo. Segundo a Resolução nº 3, de 8 de outubro de 1997, do Conselho Nacional de Educação (CNE) que fixa diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ficou estabelecido que tanto os profissionais que exercem a docência como os que oferecem suporte pedagógico direto às atividades de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional são membros integrantes da carreira do magistério nos sistemas de ensino público.

A experiência docente de pelo menos dois anos é tida como pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer [outras] funções de magistério, seja ela adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado, como informa o § 1º do art. 3º da citada resolução do CNE, que ainda dispõe sobre o exercício da docência na carreira de magistério, deixando claro o entendimento de que a docência é um sub-conjunto de tal carreira: o magistério não se subsume na docência.

A resolução esclarece que as demais atividades – leia-se funções – de magistério exigem a graduação em Pedagogia ou pós-graduação, de conformidade com a LDB. Finalmente, a resolução abre mesmo a possibilidade de instalação de um fundo de aposentadoria para o magistério, com vencimentos integrais (art. 9º).

Um ponto de vista explorado em outra ocasião chama atenção para a isonomia. Pessoas na mesma atividade-fim tratadas de forma diferenciada tomam problemáticas as relações dentro da instituição em que realizam atividades igualmente importantes e necessárias. Na base dessa discriminação está a ignorância de quais são as atividades específicas realizadas por um supervisor, um coordenador, ou um administrador. A existência da escola, se não houver isonomia, é algo que beira a impraticabilidade.

Julgamos que a proposição é meritória, pelo exposto e por atender aos anseios de mais de um milhão de servidores que se empenham em dar aos brasileiros uma educação digna.

No que se refere aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa, não há reparos a fazer à proposição em tela.

III – Voto

O voto é pela aprovação do PLC nº 127, de 2005.

Sala da Comissão, 7 de março de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 127/05 NA REUNIÃO DE 07/03/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JUVÊNCIO DA FONSECA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1-(VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO
RELATOR:	

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com referência ao parecer que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2005** (nº 4.671/2004, na Casa de origem), que *altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistrário*, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 12, de 2006** (nº 85/2006, na origem), de 9 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de janeiro de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar**, de iniciativa do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 288, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo precoce falecimento do jovem Ilais Alexandre Brito Freitas, ocorrido hoje, dia 16 de março de 2006, em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo precoce falecimento ocorrido hoje, 16 de março de 2006, em Manaus, do jovem Ilais Alexandre Brito Freitas.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento de sua família e em especial a seu pai, o Cinegrafista Sr. Osvaldino de Oliveira Freitas.

Justificação

Com profunda consternação, tomei conhecimento do precoce falecimento, hoje, dia 16 de março de 2006, do jovem Ilais Alexandre Brito Freitas, filho do correto profissional de comunicação social, o Cinegrafista Osvaldino de Oliveira Freitas, chamado pelos amigos de Cabodão. Ele morreu esta manhã, vítima de complicações cardíacas e deixa um vazio no seio de seus familiares e em Manaus. O Voto de Pesar que requeiro merece, pois, a acolhida do Senado da República.

Sala das Sessões, 17 de março de 2006. - Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 289, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Brasília, de Osires Lopes da Silva Neto.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do advogado Osires Lopes da Silva Neto, ocorrido na semana passada em Brasília, vítima de acidente caseiro.

Requeiro, também, que o voto de pesar do Senado seja comunicado aos familiares de Osires, especialmente ao pai, o Dr. Osires Lopes da Silva Filho, ex-Secretário da Receita Federal

Justificação

Com profunda consternação, tomei conhecimento do falecimento do Dr. Osires Lopes da Silva Neto, jovem e brilhante advogado, vitimado por acidente doméstico em sua residência, em Brasília. Ele é filho de outro ilustre brasileiro, o ex-Secretário da Receita Federal, Dr. Osires Lopes Filho, que, já aposentado é um dos mais eminentes advogados tributaristas do Brasil e era sócio do escritório do filho em Brasília. É justo, pois, o Voto de Pesar que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 17 de março de 2006. - Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2006

Padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções instruções sobre seu preenchimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O boletim de ocorrência, documento preenchido pelo Delegado de Polícia para registro dos casos em que pode ter havido conduta criminosa, deve conter as seguintes informações:

I – nome, endereço e profissão da pessoa que noticia o crime;

II – data, hora e local em que foi prestada a informação;

III – narração do fato e das circunstâncias que indiquem o cometimento de crime;

IV – a individualização do suposto autor do delito, com nome, endereço e profissão, se possível, ou seus sinais característicos;

V – tipificação da conduta, com indicação expressa do dispositivo legal penal;

VI – nome, endereço e profissão, ou simples indicação de possíveis testemunhas;

VII – assinaturas do informante e do Delegado de Polícia.

§ 1º As observações acerca da narrativa ou do preenchimento do documento deverão ser lançadas em campo apropriado.

§ 2º Ainda que, diante das informações, não seja possível concluir qual delito foi cometido, deve ser indicado o tipo provável, registrada a ressalva no campo das observações.

Art. 2º No prazo de cento e oitenta dias, as polícias estaduais e federais deverão promover as alterações necessárias nos formulários de boletim de ocorrência, para atender aos requisitos definidos no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor trinta dias após sua publicação.

Justificação

O boletim de ocorrência é de fundamental importância para as estatísticas criminais; Seu preenchimento equivocado ou deficiente prejudica o planejamento por parte dos órgãos de segurança pública, pois desvirtua a realidade. É com base nessas estatísticas que as polícias estabelecem linhas de ação, programas, projetos. Além de serem ferramenta imprescindível para a boa atuação dos aparatos policiais, servem para informar e alertar a população acerca da segurança e da incidência de crimes nos locais freqüentados pelas pessoas.

Ocorre que não há nenhuma padronização para o registro das ocorrências. Hoje, cada Estado define o modelo de boletim que entende mais adequado, isso sem falar na inexistência de regras para preencher o documento. Decorre daí que as estatísticas revelam cenários que não condizem com a realidade, o que

contribui para a ineficácia das ações policiais e dos programas governamentais na área de segurança pública.

O presente projeto pretende estabelecer requisitos mínimos que devem constar dos boletins de ocorrência utilizados em todo o País. Informações como a descrição do delito, com tempo e local, as circunstâncias em que cometido o crime, bem como a tipificação da conduta, entre outras, são essenciais para que se possa realizar um trabalho estatístico consistente. Ademais, a obrigatoriedade de se indicar o provável tipo penal evita a perniciosa prática de se omitir essa informação, com vistas a distorcer ou esconder os índices de criminalidade.

Consideramos que a inovação legislativa proposta é conveniente e oportuna e contribuirá efetivamente para o planejamento das ações de segurança pública. Em vista disso, conclamamos os nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 17 de março de 2006. – **Valdir Raupp**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela Liderança do PSDB, com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, vou falar substituindo o Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Exª será o primeiro orador da lista de inscritos e falará logo após o discurso do Senador Leonel Pavan, de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias; Senadora Heloísa Helena, Senador José Jorge, Srªs e Srs. Senadores, hoje o Presidente Lula está visitando o meu Estado, Santa Catarina. Pela manhã, estará em Itajaí. O dia será marcado por protestos.

Ocorrem em Santa Catarina algumas festas criadas em função da grande produção e da rentabilidade do agricultor, com o objetivo de comemorar a safra, o consumo e os benefícios auferidos. A cidade lucrava com a realização dessas festas. O agricultor tinha orgulho de ser agricultor porque tinha condições de plantar, de produzir e de vender.

Hoje ocorre no meu Estado, na cidade de Ituporanga, a Festa Nacional da Cebola, sob a coordena-

ção de Gervásio Maciel, ex-Deputado e ex-Prefeito, do Prefeito Carlão e do Vice-Prefeito Lazinho. Também hoje, em Campo Alegre, inicia-se a Festa da Ovelha, sob a coordenação do Prefeito Renato Bar e do Vice-Prefeito Vilmar Groscof. Há, ainda, a grande Festa do Milho, em Xanxerê, sob a coordenação do Vice-Prefeito Eroni Barbieri e do Prefeito Avelino Menegola. Vamos também comemorar o aniversário de São José, sob a batuta do Prefeito Fernando Helias.

Essas festas, que antes visavam comemorar a produção, hoje estão servindo para protestos. Lula visita Santa Catarina, onde inúmeras entidades de classe, associações de moradores, sindicatos, empresários de vários setores, como o moveleiro, o madeireiro, o pesqueiro, o calçadista e o têxtil, assim como agricultores familiares e grandes produtores de milho e de soja estão desesperados e protestam contra a falta de investimento em infra-estrutura, contra o chamado tapa-buraco que fizeram e já está deteriorado, aliás, o buraco foi fechado pelo pensamento e pelos projetos do Governo Lula. O buraco é tão grande que, mesmo que o queiram, já não conseguem fechá-lo. Há buraco no Governo e nas estradas.

No norte de Santa Catarina, os empresários do setor moveleiro fecharam a BR-280, tentando chamar a atenção e pedindo socorro ao Presidente Lula e do Ministro Palocci, que – cai, não cai; explica, não explica – diz que não sabia de nada, enquanto outros dizem que sabia de tudo o que está ocorrendo neste Governo.

Milhares de empregados se sentem inseguros, porque, com a falência das empresas, muito desemprego poderá ocorrer. O setor madeireiro, em Pouso Redondo, também pretende fechar a BR-470 para chamar a atenção do Governo. O setor pesqueiro hoje vai fazer uma mobilização com a participação dos pescadores e dos empresários, para perguntar: “Lula, cadê as suas promessas? Cadê as linhas de crédito? Você esteve aqui em Itajaí na campanha! Ó Presidente Lula, você discursa fácil, você diz que o Brasil está evoluindo, que está gerando empregos, diz que está liberando recursos. Onde estão as linhas de créditos para o setor pesqueiro?” Haverá muito protesto hoje em Itajaí.

As empresas do setor calçadista estão indo embora porque o Lula foi à China e abriu as portas do Brasil para os produtos chineses. O setor calçadista está passando por dificuldades. É melhor abrir empresas na China e vender para o Brasil do que produzir no Brasil e exportar.

No setor têxtil, acontece a mesma.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com muito prazer, concedo um aparte ao nobre Líder Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Leonel Pavan, o Presidente Lula, em determinado momento, misturou política internacional com os interesses da nossa economia. Fez muito mal à política internacional do País. Por exemplo, o Brasil passou a considerar economia de mercado a China, que não é economia de mercado; com isso ameaçou arrebentar a indústria calçadista, a indústria têxtil e criou sérios embaraços para a nossa economia. E não conseguiu o voto da China para a pretensão, já malograda, de o Brasil virar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Em outras palavras, misturou as estações, faltou competência, faltou lucidez. E V. Ex^a, agora, traz um problema prático que, sem dúvida alguma, ainda está mascarado pelo bom momento mundial, mas que representa um claro fracasso num dos itens da política econômica brasileira.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Meu Líder, recentemente recebi uma pesquisa mostrando a evolução dos números pró-Lula. Eu não encontro, não vejo mais manifestações nas ruas favoráveis ao Presidente; não encontro mais. E tem mais: aqueles que apoiaram o Presidente Lula hoje estão protestando contra o Presidente, porque foram promessas. Aquela carta aos brasileiros que mostrava os seus programas e projetos foi jogada no lixo. Os estudantes pedem a criação de mais universidades federais, a federalização da Furb, da Univille, a criação de universidades no oeste de Santa Catarina, mais escolas técnicas. Isso é no Brasil inteiro. Não adianta dizer que construíram dez, abriram dez. O Brasil é enorme, é um dos maiores países do mundo.

Os números são insignificantes para quem disse que ia colocar em cada canto deste Brasil, em cada canto dos Estados do País, novas universidades federais. Prometeu e não cumpriu. Hoje, o Lula tem de fugir dos protestos. Certamente, vai chegar em Santa Catarina, meu Líder, e vai fugir. A segurança do Presidente vai fazer com que ele não note, vai mostrar alguém aplaudindo e não vai mostrar o outro lado da rua, ou, nas ruas, as faixas de protesto pedindo a saída do Lula, revoltados por não investir na educação, na saúde, na infra-estrutura, nas micro e pequenas empresas. O Lula, certamente, está vendo só o que está em sua volta: os seus seguranças e aqueles que tentam esconder a realidade do nosso País.

Para encerrar, Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, no meu Estado, o Serra tinha mais de 50%, e agora o Alckmin já começa a subir também e vai ultrapassar o Lula, porque o povo não quer mais um Presidente

que disse que não sabia e que não sabe nada deste País! O povo não quer mais um Presidente que promete e não cumpre! O povo não quer mais demagogos no Governo!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permita-me conceder um aparte, Sr. Presidente, ao Senador Mão Santa? Peço mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu pediria aos Srs. Senadores o respeito ao Regimento, em função dos demais oradores inscritos, pois, embora seja sexta-feira, hoje temos uma extensa lista de oradores inscritos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu gostaria de dar o meu testemunho quanto à maioria do Serra. Não é bem assim não. Eu conheço o seu Estado, por curiosidade pela história política e pela história do Brasil mais contemporânea. Eu quero dizer que fui precisamente a Gaspar, na Ceval, que se transformou em Bunge, a maior multinacional de alimentos, e instalou uma, vamos dizer, beneficiadora de soja lá no Piauí, na cidade de Uruçuí. Fui hospedado por essa multinacional, quando cuidava dessa implantação, lá em Camboriú. Aí eu senti...

(Interrupção do som)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...o que significa a simpatia daquele povo por este extraordinário líder, que eu não conhecia. Foi a primeira vez que fiquei em Camboriú. Depois das negociações, eu fui jantar em um restaurante, e todos vieram me perguntar se eu conhecia Leonel Pavan. Leonel Pavan tinha surgido de uma história bela. Ele tinha trabalhado desde muito cedo, tinha sido garçon. Eu os vi orgulhosos com V. Ex^a, como símbolo de trabalho, símbolo de competência, e ostentavam a taça que nenhum de nós tem. Foi V. Ex^a três vezes prefeito. Eu sei o significado disso. Mas não foi três vezes prefeito: foi três vezes excelente prefeito, o melhor prefeito do Brasil. Deus fez o mar, fez o céu, fez o vento, os rios, a lagoa, a gente, mas V. Ex^a urbanizou e tornou Camboriú um dos pontos mais agradáveis. Então, o Serra tem porque V. Ex^a é esse símbolo da política lá. Eu vi, eu senti, eu não o conhecia. Quando eu li – uma das minhas surpresas – que V. Ex^a era Senador e retardou, eu quis visitá-lo no Hospital. Eu já tinha aderido ao entusiasmo popular pela liderança de V. Ex^a, que se confirma. Se Serra tinha 52%, V. Ex^a tinha 92%. V. Ex^a me indicando, eu teria mais do que o Serra lá.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para encerrar, Sr. Presidente, quero dar boas-vindas ao Presidente em Santa Catarina. Nós somos da oposição

e nós somos educados. Boas-vindas ao Presidente em Santa Catarina! Mas traga recursos, traga coisas concretas para o nosso Estado. Não venha mais com esses discursos vazios, demagogos, populistas. Nós precisamos que as coisas aconteçam. Eu sei que está em campanha eleitoral, mas não pode fazer campanha eleitoral com o dinheiro público. Traga, use o dinheiro público...

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, encerro.

Nós precisamos que o Presidente visite Santa Catarina, como todos os Estados do Brasil, mas não para aquele discurso fácil, aquela coisa demagógica: “não querem que eu viaje”. Nós queremos que viaje, queremos que visite o Brasil – essa é a missão do Presidente –, mas não para fazer política.

Disseram-me que, esses dias, ele foi para uma região do nosso País e descerrou uma placa, onde estava escrito: “Lula esteve aqui”.

Ó, Lula! O que é que é isso? Com dinheiro público?

Visite Santa Catarina, seja bem-vindo. Lamentavelmente, está deixando Imbituba de lado só porque é administrada pelo PSDB. Vai à nossa querida Laguna, grande cidade, história marcante do nosso País, que é do PT; vai à nossa querida Itajaí, vizinha de Balneário Camboriú, terra onde estudei, administrada pelo PT. Visite todo o Estado. Visite as regiões do nosso Estado e sinta a diferença. Veja o que está acontecendo no Estado, as dificuldades pelas quais estamos passando.

Seja bem-vindo a Santa Catarina, mas traga resultados positivos, recursos, soluções e não apenas palavras vazias e promessas novamente para o ano que vem.

No ano que vem – infelizmente para você, para o PT –, não estará mais governando o País. Infelizmente. Agora, felizmente para nós, teremos um Presidente comprometido com as causas sociais do nosso País. Certamente será Geraldo Alckmin.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador José Jorge, por cessão do Senador Romeu Tuma.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, passamos por um momento de constrangimento na CPI dos Bingos, no depoimento do caseiro da famosa casa de negócios e festas – antigamente, chamava-se casa de negócios,

mas agora, Senadora Heloísa Helena, o nome tem de ser ampliado para casa de negócios e festas. Por uma liminar do Supremo Tribunal Federal, pedida pelo Senador Tião Viana, em nome do PT, foi suspensa a audiência pública que estava sendo realizada. É um caso inédito nesta Casa.

É de se admirar, Senador Alvaro Dias, porque este tema de Ribeirão Preto já vem sendo investigado na nossa CPI há praticamente cinco ou seis meses. Já estiveram aqui para depor, em relação a essa questão de Ribeirão Preto, o Ministro Palocci, o Sr. Rogério Buratti – por três ou quatro vezes –, o Sr. Ademirson, o Sr. Juscelino e o Sr. Poletto. O Sr. Ralf Barquete não veio porque já morreu, senão, teria estado aqui. Quer dizer, todos os elementos principais já depuseram na CPI sem que o PT, o Senador Tião Viana ou quem quer que seja tivessem pedido que os depoimentos fossem interrompidos.

Então, no momento em que essa história já está sendo investigada pela CPI, em que já há ligações com os bingos pelas doações dos bingueiros à campanha do Presidente Lula feito por meio desse esquema – já está comprovado, inclusive pelo depoimento do motorista, que os bingueiros estiveram no Ministério da Fazenda. Então, depois de todos esses depoimentos, de uma hora para outra, o PT resolve que não quer mais que esse assunto seja investigado. Por quê? Essa é a pergunta que fica para todo o povo brasileiro. Se eles não querem que investigue...

E hoje os jornais dizem, Presidente Senador Alvaro Dias, que o Presidente Lula foi quem comandou pessoalmente esse esquema para impedir que a investigação prossiga. O que significa que o Presidente Lula não está cumprindo aquela sua promessa que ele sempre repete na televisão: de que quer tudo investigado, de que quer que a CPI investigue. Na realidade, ele não quer – e está trabalhando para isto – que a CPI chegue ao fundo das questões relevantes desses problemas que está investigando.

Mas eu gostaria de tentar fazer um resumo sobre essa questão de Ribeirão Preto, especialmente para aqueles que não a conhecem em detalhe. Na verdade, qual é a situação lá em Ribeirão Preto? Nós tivemos um grupo, que é formado, segundo as investigações, por um mínimo de seis pessoas. Existem outros, mas os principais são estes: o Ministro Antonio Palocci Filho, Sr. Rogério Buratti, o Sr. Ralf Barquete (já falecido); Sr. Ademirson, Sr. Juscelino e o Sr. Poletto.

Então, na realidade, quais são as acusações que pesam sobre esse grupo? As acusações vêm desde o tempo que o Ministro Palocci era Prefeito de Ribeirão Preto. E quem eram essas pessoas? Essas pessoas

participavam nos diversos cargos da administração da Prefeitura.

Então, a partir daí, por meio da Câmara de Vereadores e depois de uma série de investigações que foram realizadas, chegou-se à conclusão de que havia uma transferência de recursos da Prefeitura para a empresa Leão&Leão. E para isso era utilizado um contrato do que se chama de “varrição”, quer dizer, de varrer a rua, de limpar a cidade. E, nesse contrato, era feita uma transferência a mais de cerca de 400 mil reais por mês. A partir daí, os membros desse grupo se transferiram para Brasília. Quando o Presidente Lula nomeou o Ministro Antonio Palocci para Ministro da Fazenda, ele trouxe essas pessoas com ele. Quem é que veio com ele? Veio o Sr. Ralf Barquete, que foi o assessor da Caixa econômica; o Sr. Ademirson, que foi secretário particular; e o Sr. Juscelino, que era o chefe de gabinete. E, fora do Governo, vieram também o Sr. Buratti e o Sr. Poletto.

Quer dizer, todo o grupo se deslocou para Brasília com a vinda do Ministro Antonio Palocci. E o que eles queriam fazer aqui? Eles queriam fazer negócio. Chegaram aqui, alugaram uma casa no Lago Sul, pela qual pagaram, à vista, em dinheiro, R\$60 mil. Ora, qualquer coisa que se paga em dinheiro, Senadora Heloísa Helena, nesse valor de R\$60 mil já é suspeito. Quem vai pagar uma casa à vista sem necessidade? Podia pagar mensalmente. E quem vai pagar em dinheiro R\$60 mil?

Então, a partir desse pagamento, a casa começou a funcionar da forma como está na imprensa todo dia. E o caseiro já mostrou, e o motorista já mostrou como era que essa casa funcionava. E começou a agir nos negócios. A primeira ação desse grupo foi exatamente na renovação de contrato da Gtech, quando o Sr. Buratti, juntamente com o Sr. Ralf Barquete, tentaram interferir na renovação desse contrato – coisa já comprovada pela CPI –, inclusive disputando com outro grupo do Governo que tentava interferir, que era o grupo comandado, no caso, pelo Ministro José Dirceu via Sr. Waldomiro Diniz.

Então, o que é que se tem hoje? Tem-se comprovada essa retirada de R\$400 mil reais a mais no contrato de varrição para a empresa Leão&Leão. A empresa Leão&Leão, quando recebia o dinheiro, transformava-o em notas fiscais de empresas pequenas, que eram notas falsas, frias, que a polícia já tem, e essas notas fiscais eram transformadas em dinheiro, e o dinheiro, distribuído como propina. Essa é uma operação já conhecida e comprovada não só pela CPI, mas também pela polícia nas investigações, quando o delegado disse que tem os documentos. E a CPI teve o depoimento, além do Buratti, de todos aqueles funcionários que

participaram da falsificação – estiveram na CPI para dizer que havia falsificação três funcionários que participaram, por ordem superior, da falsificação.

Então, hoje temos uma fraude comprovada, e o Ministro Palocci, quando o Sr. Rogério Buratti o acusou, disse o seguinte: “Na minha gestão, não vou fazer como o Presidente Lula, que diz que não sabe das coisas. Se aconteceu, eu sei; e, se aconteceu e eu não sei, a responsabilidade é minha, que é o que acontece nesse caso”.

A partir daí, essas pessoas abriram essa casa de negócios e começaram a se entender entre si, porque, quando se abriu o sigilo telefônico dessas pessoas – e a CPI tem esse sigilo telefônico –, obtivemos o registro de centenas de telefonemas entre todos eles. Era um grupo que trabalhava em conjunto. O Sr. Ademirson era o que estava mais perto e o que segurava o telefone do Ministro. É quem andava com o telefone do Ministro, recebia centenas de telefonemas dos outros membros desse grupo.

Houve aquela famosa operação do transporte das caixas, que costumamos chamar dos dólares de Cuba, mas vamos supor que não sejam os dólares de Cuba e seja uísque mesmo. Foram três caixas de uísque transportadas num avião particular cedido por um empresário de Brasília para São Paulo de forma supersuspeita. E quem fez essa operação? O Sr. Poletto e o Sr. Ralf Barquete, em conjunto com empresários amigos do Ministro Palocci.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quando estive na CPI, o Ministro Palocci se contradisse em relação à questão do avião em que ele voou, do empresário Roberto Kurzweil, dizendo, em primeiro lugar, que o avião havia sido pago pelo PT. Depois, o empresário disse que ninguém havia pago e que o avião havia sido emprestado. Em segundo lugar, ele disse que nunca havia ido a essa famosa casa de negócios de Ribeirão Preto. Ora, era de estranhar que ele nunca houvesse ido ali, porque era uma casa montada pelos seus amigos, freqüentada por seu chefe de gabinete, freqüentada por seu secretário particular. Todas as pessoas que estavam ali eram de Ribeirão Preto e praticamente haviam vindo para Brasília com ele, e a casa havia sido alugada em nome deles. Então, nessa época, já era difícil de acreditar.

Depois disso, veio o motorista que servia a esse mesmo grupo, que disse que levou, diversas vezes, o Ministro Palocci... Aliás, levou não. Ele disse que nunca levou porque o Ministro Palocci ia em outros carros, mas ele disse que viu o Ministro Palocci lá três ou quatro vezes.

Agora, vem o caseiro, que disse que viu o Ministro Palocci na casa dez, vinte vezes.

Então, na realidade, o Ministro Palocci mentiu à CPI. Ele não disse a verdade à CPI, a não ser que o motorista esteja mentindo, que o caseiro esteja mentindo, que Rogério Buratti esteja mentindo, que o Brasil esteja mentindo, e o Ministro Palocci, sozinho, esteja dizendo a verdade.

Outra questão também que acho que não é verdadeira é que o Ministro Palocci disse que não era amigo de Rogério Buratti. Ora, o caseiro, na sua linguagem simples, ontem, disse o seguinte: “Bom, se ele não é amigo, o que ele é?” Isso porque realmente não dá para acreditar que o Ministro não tenha sido amigo do Buratti, que foi seu auxiliar, trabalhou na Leão&Leão.

E ele disse que não conhecia o Poletto. Ora, o Poletto era o executivo, era o cara que fazia os pagamentos, que andava com a mala de dinheiro, que alugou a casa. Quer dizer, o Poletto era uma figura importante. Foi ele que transportou os dólares de Cuba no avião. Portanto, ele era aquela pessoa que conhecia todos os detalhes dessa operação.

Assim, é muito difícil acreditarmos, Senador Alvaro Dias, que o Ministro não conhecia o Sr. Poletto. Aliás, o caseiro já disse que eles andavam todos juntos, estavam sempre presentes, e o “Sr. Poletto era o meu chefe” disse o caseiro. Todos eles chamavam o Ministro de “chefe”, exatamente para que ele não fosse identificado, o que em si já representa uma situação nova.

Para concluir, muita gente pergunta: “O Ministro Palocci vai continuar ou não?” Eu acho que essa é uma questão de foro íntimo do Ministro e do Presidente Lula, que foi quem o nomeou. O Presidente Lula é responsável pelo Ministro que nomeia. Antigamente, o homem público não só tinha que ser correto como também tinha que parecer correto.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não. Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Ontem, até as Lideranças do Governo estavam fazendo certa confusão. Eu, dessa tribuna que hoje V. Ex^a ocupa com brilho, disse que estava na hora de o Ministro Palocci se demitir das elevadas funções que exerce, por falta de condições efetivas, práticas e até morais de continuar exercendo essa função. Os Líderes do Governo diziam que essa prerrogativa não é do Senador Arthur Virgílio; é do Presidente. Evidente que é. Se fosse minha, eu já o teria demitido.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É verdade. E minha também, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Como é do Presidente, e estou cobrando dele que respeite o

interesse público e que atenda ao que está virando um anseio nacional mesmo. Agora, ontem, o caseiro foi sinceridade do começo ao fim. Ele é uma pessoa simplória, é mais que uma pessoa simples: sinceridade do começo ao fim. Não há 1% nele de propensão à mentira, porque ele é uma figura até primariamente construída na verdade. Impressionou-me muito e até me comoveu o que foi dito pelo Sr. Francenildo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo um aparte ao Vice-Líder do Governo presente, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, acompanhei ativamente o debate de ontem. Não pude vir ao plenário porque tive que acompanhar uma cirurgia do meu filho, mas ouvi pelo rádio uma parte e depois assisti pela televisão. Saí dos debates de ontem com a convicção de que o que o caseiro falou do Ministro, sendo verdade, é muito forte. Porém, como eu disse durante o debate na CPI, ainda acredito na palavra do Ministro. S. Ex^a reafirma que não participou daquele tipo de coisa e admitiu, com todas as letras, que jamais esteve naquele lugar. Então, somente ele poderá, ou concordando, ou discordando, convencer-nos num outro momento aqui. Estou convencido disso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, V. Ex^a acha que, se ele tivesse comparecido da forma como o caseiro disse, ele teria condições de continuar como Ministro?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Acho complexo se ele tiver dito: “Não vim, nunca fiz”, tendo participado. Isso é complicado. O que quero dizer a V. Ex^a é que ontem ouvi com muita tranquilidade a parte do depoimento do Sr. Francenildo e preocuparam-me duas coisas. Primeiro, quando ele foi bastante enfático na hora de reconhecer algumas das imagens apresentadas, das fotografias, titubeou em outras, em alguns momentos, falou que era à noite – não tinha muita certeza –, em outras ele tinha absoluta certeza. Na minha opinião, em algum momento foi irônico. Acho que isso depõe contra ele, tira um pouco daquela aura que nós todos estávamos esperando. Espero que ele tenha vindo como todos nós esperávamos: de corpo aberto, desprovido e assim por diante, porque me preocupou se havia alguma orientação. Isso foi o que me preocupou. A ironia dele foi muito ferina ontem. Aquela coisa do “patrãozinho”, não sei mais o quê, a piadinha. É muito sério. É muito sério, porque, não sendo verdade, ao expor o nome de uma pessoa, desconstruir essa exposição no momento de volta é complicado. Fiquei constrangido na pessoa do Sr. Hummel, por ocasião da prisão dele, e depois se configurou que ele era completamente inocente. E aí como é que se

refaz a imagem de uma pessoa inocente? Como se faz isso? Então, é nesse sentido que acho que todos nós estamos imbuídos de ouvir a palavra do Ministro. V. Ex^a e todos nós estamos querendo ouvir se ele vai admitir ou não aquilo. Se não admitir, é palavra contra palavra, e o menino foi muito forte na hora de falar isso. Portanto, Senador José Jorge, resolvi refletir um pouco mais sobre esse assunto. Ontem, houve discussões acaloradas na reunião da CPI, até mesmo por conta do pedido de mandado de segurança para suspender o depoimento; a animosidade...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A emoção...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) ...tomou conta da Casa; porém quero dizer a V. Ex^a que, independentemente desse fato, atendo-me a esse outro problema, fiquei um pouco preocupado com isso. O caseiro, algumas vezes, disse a outros jornalistas que jamais tinha falado com o Ministro, que falou por interfone. E ele estava perdido: “Não, mas ele ia antes, na primeira vez, acompanhado de outra pessoa, até que se acostumou”.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Veio sozinho.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E o caseiro contou como é que o Ministro se perdeu no caminho na hora de saída; disse também que, se tivesse um celular, poderia ter fotografado. Depois se esqueceu de que tinha um lapso de...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) ...que teria visto numa tarde, à luz do sol e assim por diante. Então, penso que há algumas contradições naquele depoimento. Não estou dizendo que seja falso; apenas que há contradições. Que existia uma turma que fazia festa naquela casa, para mim, isso está muito notório. A casa está lá, fotografia, caseiro, motorista, etc. Mas daí a dizer que o Ministro Palocci tem participação nisso tenho dúvidas. É quanto a esse ponto que eu gostaria que aprofundássemos o tema com toda a tranquilidade que requer a situação. Fiquei até assustado ontem quando ouvi o nosso grande Senador Arthur Virgílio pedindo já a demissão do Ministro. Isso é questão de foro íntimo do Ministro. Só ele poderá dizer imediatamente ao Presidente: “Diante das circunstâncias, apesar da minha inocência, eu me sinto indisposto de continuar”. Mesmo mantendo a inocência dele. É uma decisão pessoal dele. A outra é uma decisão pessoal do Presidente, de dizer: “Diante desses fatos, embora eu ache que o senhor seja inocente, diante dessas condições, tomamos essa decisão”. Pois bem, diante das circunstâncias, eu pediria alguma cautela, porque o caminho de volta inexistente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Concede-me um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Infelizmente não vou poder conceder o aparte. Só se forem trinta segundos, porque eu vou viajar agora.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pois é, mas...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou conceder o aparte ao Senador Mão Santa e à Senadora Heloísa Helena. A Senadora fala primeiro, pois é mais rápida no gatilho.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador José Jorge, de fato, sei que V. Ex^a, como sempre, está aqui presente às sextas-feiras, mas vai precisar viajar. Eu nem ia falar, mas eu me senti estimulada a falar sobre o depoimento belo, simples, honesto, inocente que foi dado ontem pelo Nildo. Por quê? Ele é uma pessoa tão simples, inocente, tão do bem que não tem a maldade e cínica sofisticação para a ironia, para a mentira. Não tem. Quando eu perguntei ao Ministro Palocci, dei detalhes sobre a casa que ele freqüentava. Ele teve toda a chance de ter dito que tinha amizade – não necessariamente ter amizade significa se comprometer com os crimes contra a Administração Pública que o outro poderia estar patrocinando. Ele mentiu. Teve a chance de se corrigir. Não o fez. Imagina se alguém tem sofisticação e ironia, Senador Antero, para responder daquela forma quando eu afirmei: “Mas ele disse aqui que não era amigo do Buratti”. Nildo respondeu assim: “Vixe Maria!”. Ele disse isso com a simplicidade dos inocentes e dos bons, dos que nasceram pobres e não se venderam para ficar de bem com o poder. Ele disse até com a delicadeza dos pobres, dos simples e inocentes: “Vixe Maria!”. Só faltou dizer: “Vixe Maria, Dona! Se aquilo não é amigo...” Desse jeito. “Se aquilo não é amizade...” Depois, eu perguntei: “Mas, meu filho, você confirma mesmo todo o depoimento que você deu?” Ele me disse: “Confirmo até a morte. O problema é que sou pequeno, sou pobre; o homem é rico...” Desse jeito. O que é isso? Pelo amor de Deus! Quero, mais uma vez, fazer um tributo à inocência, à honestidade, ao compromisso com a verdade daquele simples rapaz. Agora, é fato que, numa sociedade elitista e preconceituosa como a nossa, é muito mais cômodo, fácil e sedutor ficar do lado do Ministro do que de um pobre caseiro. Claro que é mais fácil. Não estou dizendo que gente pobre não possa mentir. E mente com direito, porque é tanta gente canalha, grande, mentirosa, ladra que o pequeno às vezes mente, coitado. Agora, é completamente distinto. Aquele depoimento ontem foi um atestado de tanta honestidade... O Senador Arthur Virgílio disse que até se emocionou,

porque tudo que ele dizia era tão de pronto que não dava nem para treinar um depoimento daquele. Ele nem conseguia, na sua inocência, articular direito o raciocínio, as palavras; ele ia, de pronto, respondendo às questões que ele vivenciou, falando até detalhes do que ele fazia lá. “Não, eu limpava a churrasqueira; não, ele era um bom patrão. É, mas ele só brigava se eu não ficasse o dia todo para limpar a churrasqueira.” “E como é que o senhor fazia?” “Eu fazia...” Em algum momento, ele disse: “Não, isso aí pode ter sido, mas eu não me lembro direito, pode ter sido de noite.” Eu até lhe fiz uma pergunta, atrapalhando o Senador Alvaro Dias, que falava. Eu disse: “Mas o fato de ser à noite não confundiria o senhor não?” porque já havia um murmúrio da base bajulatória atrás. Aí, de pronto, ele disse: “Não, porque de dia também eu vi, porque eu fui comprar cerveja quando estavam jogando tênis. Não, eu sei o que eu vi.” Então, se quisessem armar, a coisa mais fácil teria sido isto: pegar outras fotos, de outras pessoas que eram importantes para a CPI. Se fosse para armarem com o rapaz, pegariam outras pessoas importantes para a CPI. Pegariam as pessoas que estavam vinculadas com os bingos e outras coisas mais e treinariam o rapaz para dar justificativa às questões relacionadas aos bingos, se fosse para fazerem uma conspiração. Agora, há muitas pessoas envolvidas nessa conspiração. Realmente, nunca vi uma conspiração como essa, porque conspiração não é assim que se faz. É um monte de gente. É fulana, é fulana, é fulana, é fulana, e fulano, e fulano; há caseiro; há outras meninas; há outras moças, há empresário, há amigo, há ex-amigo, há o assessor do Ministro. São muitas pessoas envolvidas para ser uma conspiração. Então, saúdo o pronunciamento de V. Ex^a. Apesar da tragédia de ontem, que reproduz a promiscuidade entre o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Judiciário, apesar de tudo isso, penso que devemos é fazer um esforço para prestar um tributo à honestidade, à sinceridade, à inocência e à verdade de um homem pobre. Isso é o mais importante, porque, quando o Senador Alvaro Dias lhe mostrava as fotos, quem ele não conhecia ele apontava de pronto, dizendo: “Conheço não; conheço não; esse sim; esse sim”. Quando ele disse “meu patrãozinho”, foi porque o rapaz o tratava bem. Ele disse que os rapazes o tratavam bem e o pagavam direito. Ele só não podia omitir exatamente o que acontecia.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mentir, não é!?

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Exatamente. Eu não tenho nada contra fazer festa, absolutamente nada. O universo masculino é diferente do feminino. Eu não tenho problema nenhum com que se realizem fantasias. Está tudo muito bem! Agora,

só não pode com o dinheiro público roubado. Aí realmente não tem condição. Roubo do dinheiro público e promiscuidade entre o setor público e o setor privado é só o que não pode. O resto está tudo bem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

Senador Mão Santa, ouço V. Ex^a, para eu encerrar.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Jorge, nunca me permitiram participar dessa CPI e de nenhuma outra. O Senador Ney Suassuna não me escala, e eu fico aqui.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Injustamente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas eu participei, porque sou Senador da República, no caso do médico legista e dei grande contribuição, porque eu fui médico legista. Eu vi que aquele rolo estava grave, porque diretor não dá laudo. São dois que assinam o laudo, e deu no que deu. A nossa contribuição acabou complicando mais. E fui à CPI nesse caso porque se tratava de um homem do Piauí. Eu vi nos jornais e fui. Fiquei decepcionado com a intervenção do Supremo Tribunal Federal, calando aquele piauiense. Depois, fui até ele para dar-lhe a minha solidariedade, porque eu penso que foi um ato indevido e que eles erraram, principalmente em relação a essas dúvidas, com tantas inteligências, Senadores capacitados, e tenho oportunidade de esclarecer. Mas quero dar o meu testemunho como piauiense. Primeiro, o homem é fruto da genética e do meio ambiente. A genética dele é piauiense, é muito boa. Os méritos do Sibá estão aí; ele está separado, como o joio do trigo. Ele é trigo no Acre, no PT, porque a genética dele é piauiense.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A genética dele é boa também.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E produto do meio. Atentai bem! Quem é que tem oito anos aqui? Oito anos é muito tempo, Antero Paes! Já conhecemos as virtudes e o caráter de cada um. Estamos há três anos e poucos meses aqui. Oito anos é mais do que uma faculdade de Medicina. Então, se aquele homem não tivesse virtude, jamais um empresário rico... Porque quem tem uma casa daquela, um homem inteligente, de negócio, iria permitir um contrato, carteira assinada de oito anos, para quem não tivesse virtudes? Portanto, ele é um homem virtuoso. Agora lamentamos o ocorrido, e eu faço uma psicanálise: sempre achei esse Palocci muito frio, muito frio. Está aí. Mas o que quero dizer é que conheço a região dele, e ele é produto do meio. Ele é de Nasária, um povoado agrícola de Teresina, cuja vereadora é Carmem Lúcia – eu tenho uma vereadora lá. Esse povoado quer se transformar em cidade. É aquele pessoal do campo,

pessoal honrado, trabalhador. Ele está aqui como mais de 200 mil piauienses que vieram buscar trabalho e ajudar a construir Brasília. Então, penso que foi uma grande perda para o Tião, nosso amigo. O Heráclito ontem o comparou com o Lima, que joga em todas as posições; e eu o comparei com o Zico, que foi o atleta mais virtuoso, mais simpático, mais alegre, mais educado, mas perdeu o pênalti. Então, ontem houve essa infelicidade para o Tião de não permitir o fortalecimento da CPI e do Congresso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço o aparte ao Senador Mão Santa, porque terei que encerrar.

Considero que o responsável por esse pedido de **habeas corpus** foi o Presidente Lula, e o responsável também para tomar as providências que o País espera é o Presidente Lula.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para publicação nos Anais, quero fazer uma saudação à Ministra Ellen Gracie Northfleet, que dia 30 deste mês passa a presidir o Supremo Tribunal Federal. Pelo que representa de seriedade, pelo fato de significar um enorme avanço na luta da melhor condição feminina, saúdo a Ministra.

Do mesmo modo, peço a publicação do editorial de ontem do jornal **O Estado de S. Paulo**, que desnuda a tal “República de Ribeirão Preto”.

Do mesmo modo, cumprimento o Deputado Jovino Cândido, do PV de São Paulo, autor de denúncia de fraude eleitoral em 2004, na cidade de Guarulhos, São Paulo.

Finalmente, Sr. Presidente, vamos à notícia de que o Presidente Lula, que vive fazendo comparações, homologou dez terras indígenas em 2006. No Governo passado, em 1998 apenas, 45 terras indígenas foram homologadas. Ou seja, compromissos todos, de um a um, foram sendo deixados de lado por alguém que realmente se mostrou um vira-casaca na hora das suas opções.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeira mulher a chegar ao Supremo Tribunal Federal. Primeira mulher a presidir, a partir do

dia 30, a mais alta corte de justiça do Brasil, eleita que foi na tarde de ontem. E, quem sabe, neste ano eleitoral, a primeira mulher a assumir, mesmo interinamente, a Presidência da República.

Não sei qual desses títulos é o mais relevante.

Simplifico, dizendo apenas:

Ellen Gracie Northfleet, juíza brasileira.

Ela que, ao ascender ao Supremo, com emoção, considerou sua escolha como *considerável progresso para a condição feminina*.

Concordo com ela.

É de fato “*um considerável avanço*” da mulher brasileira. Mas faço uma breve ressalva: ela não chegou ali apenas por ser mulher. Chegou pelo seu saber jurídico, que, honrando a mulher brasileira, ensinou-lhe o lastro, no Rio Grande do Sul, para a brilhante carreira que compõe seu honroso currículo, inclusive como juíza do Tribunal Regional Federal (TFR) da 4ª Região (Porto Alegre).

Com sua eleição ontem e a posse no dia 30, a Ministra Ellen chega ao mais alto posto no STF numa fase reconhecidamente difícil para o País, pelo que sob suas mãos honradas serão depositadas as expectativas da sociedade.

Mais do que expectativa, confiança. Confiança baseada na sua trajetória de cinco anos como Ministra da Suprema Corte, somados aos anos anteriores de exercício das atividades jurídicas. Lembramo-nos, por exemplo, do voto por ela ali exarado e que permitiu a continuidade do processo de cassação do mandato do então Deputado José Dirceu, envolvido no processo de corrupção iniciado em ante-salas contíguas ao gabinete do Presidente Lula no Palácio do Planalto.

Por isso tudo, e sobretudo pelos méritos da digna Ministra, faço este registro, saudando a Dra. Ellen Gracie.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou anexando a este curto pronunciamento o editorial da edição de ontem do jornal **O Estado de S.Paulo**, que é um retrato sincero da vida política brasileira da atualidade.

Neste momento, ao pedir essa transcrição, não faço qualquer comentário. Limito-me a ler dois trechos do editorial, síntese perfeita do Brasil da Era de Lula, que tem como condômino esse estranho Estado dentro de um Estado, a chamada *República de Ribeirão Preto*, – (*peço desculpas bravo povo de Ribeirão Preto, que nada tem com essa célula de corrupção*) – comandada pelo Ministro Antonio Palocci, o *chefe* – como o definiu o caseiro do Lago Sul e que tem a protegê-lo uma fiel corporação formada pelos petistas, em tudo parecida

com *aguarda pretoriana*, em muitos pontos assemelhando-se aos tempos de Roma: (...) *como Otávio, que, depois de conquistar o Egito, retornou a Roma e recebeu o título de Príncipe (para Nildo, o chefe) e criou a guarda pretoriana, para sua proteção pessoal*.

Passo a ler:

Tome-se o caso do acuaado ministro da Fazenda, Antonio Palocci – que já contribuiu para o léxico da temporada 2005/2006 das denúncias de corrupção com a sua ‘impropriedade terminológica’ (no caso do uso de um avião alugado pelo PT). Um motorista e um caseiro, insuspeitos, salvo prova em contrário, de agir por motivos espúrios, asseguraram que ele esteve, sim, na sede da República de Ribeirão Preto, em Brasília, por onde circulavam moeda corrente e damas da noite (...) se o depoente invocar o seu direito constitucional para não dizer nem mesmo quantos filhos tem, como se chamam e como se chama a sua mulher, poderá sair do recinto algemado por escárnio à comissão. (como acontece nos Estados Unidos)

Delcídio deveria ter ido ao fim da linha. Não tomando ele próprio a iniciativa, os membros da CPI que se dão ao respeito exigiriam que desse voz de prisão ao ex-marqueteiro de Paulo Maluf e Lula da Silva.

ANEXO: EDITORIAL DE O ESTADO DE S.PAULO.

Acinte e mansidão na CPI

NOTAS & INFORMAÇÕES

Nos Estados Unidos, a 5ª Emenda à Constituição estipula que ninguém pode ser compelido a testemunhar contra si próprio. Ali, portanto, quem queira guardar silêncio ao depor a uma comissão parlamentar, por exemplo, pode invocar *The Fifth* – expressão que ficou famosa na caça às bruxas promovida nos anos 50 pelo senador Joseph McCarthy, na Comissão de Atividades Antiamericanas do Senado. Mas, se o depoente invocar o seu direito constitucional para não dizer nem mesmo quantos filhos tem, como se chamam e como se chama a sua mulher, poderá sair do recinto algemado por escárnio à comissão. Não correria esse risco no Brasil, a julgar pela mansidão com que a CPI dos Correios se houve diante do acintoso comportamento do publicitário Duda Mendonça na parte aberta do seu segundo depoimento ao colegiado, na quarta-feira. Munido de um desses habeas-corpus costumeiramente fornecidos pelo Supremo Tribunal

Federal (STF) aos chamados a se explicar em inquéritos parlamentares e orientado por um advogado que interpretou a salvaguarda concedida ao cliente como uma armadura que o tornaria invulnerável, Duda fez de sua nova ida à CPI uma palhaçada. Mas não foi ele o palhaço. Papel infeliz tiveram os seus patéticos inquiridores – que, mesmo sabendo que as suas perguntas não seriam respondidas, se exibiam perante a mídia – e, por falta de pulso, o indignado presidente da comissão, senador Delcídio Amaral. Como observou ontem neste jornal a colunista Dora Kramer, ele alertou para os perigos da situação em que um depoente, de posse de um habeas-corpus, se nega a falar seja o que for, sob o cínico pretexto de não saber distinguir quais respostas poderiam ou não incriminá-lo. Mas Delcídio deveria ter ido ao fim da linha. Não tomando ele próprio a iniciativa, os membros da CPI que se dão ao respeito exigiriam que desse voz de prisão ao ex-marqueteiro de Paulo Maluf e Lula da Silva quando se recusou a dizer quantos filhos tem – ou em qualquer outra passagem similar do seu espetáculo desmoralizador para a comissão de inquérito. Sobre o pseudodepoente poucas dúvidas há. É farta a documentação liberada pelas autoridades americanas que atesta que ele mentiu no seu outro depoimento, quando admitiu ter apenas uma conta não declarada, a Dusseldorf, no exterior. Outras quatro já foram identificadas. A questão, em última análise institucional, que se coloca é a do poder do Congresso para elucidar crimes capitulados em lei, ainda mais contra o patrimônio público. Decerto nem a mentira aberta nem o silêncio debochado impedem uma CPI de indiciar o acusado, no seu relatório final. Mas isso não elide o problema do alcance das decisões judiciais que tolhem a apuração dos fatos pelo Legislativo. Anteontem, numa situação literalmente extrema, o presidente da CPI dos Correios e os seus pares perderam uma ótima oportunidade de testar os limites da proteção concedida pelo STF a uma figura cuja imagem nem o melhor dos marqueteiros, a esta altura, seria capaz de recompor. Às vezes, o único delito caracterizado de um suspeito pode ser o de faltar com a verdade. Tome-se o caso do acuado ministro da Fazenda, Antonio Palocci – que já contribuiu para o léxico da temporada 2005/2006 das denúncias de corrupção com a sua ‘impropriedade terminológica’ (no caso

do uso de um avião alugado pelo PT). Um motorista e um caseiro, insuspeitos, salvo prova em contrário, de agir por motivos espúrios, asseguraram que ele esteve, sim, na sede da República de Ribeirão Preto, em Brasília, por onde circulavam moeda corrente e damas da noite. Em duas entrevistas, uma ao **Estado**, outra coletiva, Francenildo, o caseiro, contou com riqueza de detalhes as visitas do ministro à mansão do Lago Sul onde nunca teria posto os pés, como afirmou categoricamente à CPI dos Bingos. Confirmou tudo ontem à mesma CPI, antes de seu depoimento ser suspenso por uma liminar do STF. Na segunda entrevista, Francenildo lembrou que certa vez Palocci lhe pediu ajuda pelo interfone porque não conseguia sair do casarão – acabou saindo pela porta dos fundos, providencialmente aberta pelo empregado. Eis uma metáfora perfeita para as atribuições do ex-prefeito de Ribeirão Preto: ele não consegue sair da encrenca em que mergulhou com a sua negativa à CPI. A menos grave das acusações que pesam contra ele é a que está complicando mais a sua vida.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço este breve registro para cumprir o Deputado Jovino Cândido (PV-SP), autor de denúncia de fraude eleitoral em 2004, na cidade de Guarulhos, no Estado de S. Paulo.

A pedido do parlamentar, o TCU promoveu auditoria naquele município, constatando a veracidade da denúncia. Cândido leu, no Plenário da Câmara trecho da auditoria, que aponta “como primeiros indícios de fraude relatórios emitidos pelo TER de S. Paulo, mostrando erros nas codificações das urnas eletrônicas.”

Segundo explicou o Deputado, as eleições realizaram-se no dia 3 de outubro de 2004. Em 27 do mesmo mês, 23 dias após a totalização final, à noite e fora do expediente do cartório eleitoral, foram infiltrados indevidamente no sistema de informática 99 flashes de votação.”

Explicou ainda que com sua denúncia não pretendeu pôr em dúvida a votação eletrônica, mas tão somente a insegurança do sistema.

Jovino Cândido resolveu requerer a auditoria do TCU principalmente depois de constatar que, no segundo turno de outro pleito em Guarulhos, no ano de 2000, faltou energia elétrica no ginásio onde se realizavam as apurações. “Após 41 minutos, o candidato que estava em segundo lugar venceu as eleições, com

uma diferença de 1.107 votos, em um universo de 600 mil eleitores. Com as apurações, chegou-se à conclusão de que o disquete havia sido trocado.”

Encerro, cumprimentando o parlamentar de São Paulo pelo seu zelo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – *Lula Vai Homologar 10 Terras Indígenas em 2006. FHC homologou 45 em 1998, quase seis vezes mais*

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para registro e para repor a realidade dos números, inteiramente diferentes da manipulação dos dados pelo Governo petista do Presidente Lula. E verdadeiros, contra a mentira petista.

Está no **Jornal do Brasil**, edição de 14 de março de 2006:

Em 2006, o Governo Lula deverá homologar 10 terras indígenas.

E antes?:

Em 1998, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso homologou quase cinco vezes mais do que o total homologado por Lula. FHC homologou 45 terras indígenas.

Que fique sabendo o Governo Lula: 45 são 10 + 10 + 10+10 e, de quebra + 5. Total, 45.

Ponto final. O que o Governo Lula faz é, como sempre, mentir.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a será atendido.

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, por permuta ou por cessão do Senador João Batista Motta.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro Palocci continua Ministro até hoje pela manhã porque o Presidente Lula é radicalmente teimoso. O Ministro Palocci não tem condições, já há algum tempo, de continuar Ministro. Entretanto, não se pode desconhecer que a crise se agravou ontem com o depoimento do caseiro. Mas os fatos vêm de longe.

O próprio relatório preliminar do Senador Garibaldi Alves Filho já indicia praticamente toda a “República de Ribeirão Preto”. O relatório só não indicia Ralf Barquete porque já morreu. Ora, o relatório indicia Ademirson, Rui Barquete, Rogério Buratti, Francelino e o chefe de gabinete do Palocci – todos eles ligados ao Ministro da Fazenda –, Vladimir Poletto – o patrãozinho, segundo

o caseiro. Todas essas pessoas foram indiciadas em função das ligações com o caso Gtech.

Então, a CPI tenta marcar a presença do Ministro Palocci, tenta convocá-lo, mas Palocci diz que só aceita vir a convite. A Oposição – na minha avaliação pessoal, equivocadamente condescendente – aceita que ele venha como convidado. O Ministro, indagado por mim se aceitaria a quebra dos seus sigilos bancário, telefônico e fiscal, disse que resolveria depois com o Presidente da CPI e com o Relator. Até hoje não resolveu; até hoje não fez contato.

Em seu depoimento, o Ministro mente exaustivamente à CPI. Depois, uma a uma, as mentiras vão caindo.

Ele disse, Senador Mão Santa, que voou no avião patrocinado pelo PT. Eu tinha os dados da prestação de contas do PT e disse que aquilo não constava. Depois disso, o empresário, dono do avião, disse que nunca o alugou, que nunca recebeu um centavo pelo vôo feito pelo avião. Ou seja, o Ministro mentiu.

Depois, o Ministro Palocci – que está virando “Palóccio”, para não virar Pinóquio – manda uma carta à CPI, em que mente novamente. O Ministro mente dizendo que nunca se encontrou com Rogério Buratti depois que eles se desentenderam em Ribeirão Preto. Rogério Buratti, em depoimento anterior, havia dito que se encontrou de cinco a sete vezes com ele em Brasília. E ontem o caseiro disse que eles se encontraram, sim, naquela casa do Lago Sul. Pergunto ao Ministro se ele conhece a casa; ele diz que não. Eu tinha, naquela época do depoimento do Ministro, a informação de que ele jogava tênis na casa. Ele dizia que não. E ontem o caseiro confirmou que ele freqüentava a casa e que já havia jogado tênis lá.

O Ministro mentiu mais; mentiu dizendo que não se encontrava com Rogério, que tinha uma amizade interrompida. E, na sua inocência, o caseiro respondera à Senadora Heloísa Helena: “Vixe, Maria! Se eles não são mais amigos, então, não sei o que é ser amigo”.

Portanto, houve uma série de mentiras consecutivas do Ministro Palocci. Ele não pode, não tem condições de continuar como Ministro da Fazenda. E ele só quer continuar no cargo porque contra ele pesam os depoimentos do motorista, do caseiro, do delegado que veio aqui à CPI.

Há uma frase do delegado, Presidente Alvaro Dias, que é esclarecedora. Por que o chefe Lula quer proteger o chefe Palocci? Porque isso é uma quadrilha; Palocci é o chefe, mas o chefe é quem protege o chefe. E por que existe essa proteção? Porque o Ministro Palocci ouviu o depoimento do delegado. Perguntou-se: “O senhor vai indiciar o prefeito que sucedeu Palocci?” O delegado respondeu claramente: “Vou”. “Em

quais crimes?” Aí ele citou os crimes. “Mas não cabe também formação de quadrilha?” Ele titubeou e depois confirmou: “Cabe, sim, formação de quadrilha”. “Bom, e se o Palocci não fosse ministro?” “Eu o indiciaria também”. É por isso que ele não quer sair. O Palocci deve estar lá, perturbando Lula: “Eu não posso sair, eu não posso deixar de ser ministro”. Porque, se sair, vai ser indiciado e está com medo é de ser preso em Ribeirão Preto. Essa é a verdade. Essa é a mais pura verdade dessa blindagem que está sendo feita ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Essas dúvidas não existem mais, Senador Alvaro Dias.

Lula convive bem com essa situação toda. Não consegue indignar-se com roubo. Agora tem até a desculpa de que isso é política, é ano eleitoral. As denúncias contra Palocci pululam desde 2004, quando ainda se estava muito longe de qualquer reeleição. As denúncias contra Henrique Meirelles pululam desde antes de ele tomar posse, muito longe, portanto, de qualquer reeleição. A verdade é que o Governo Lula não aprendeu a conviver com os ensinamentos do Padre Vieira: não roubar e não deixar roubar. Esse Governo perdeu totalmente a capacidade de indignação diante daqueles que roubam. O Ministro Antonio Palocci não pode continuar Ministro da Fazenda.

Ontem tivemos um espetáculo triste nesta Casa, porque observamos um Senador do PT, que tem uma história democrática e é Vice-Presidente do Senado da República, ir ao Supremo Tribunal Federal pedir uma liminar para suspender o depoimento do caseiro em função de que poderia estar havendo uma devassa na vida pessoal do Ministro Antonio Palocci. Nenhum Senador da Oposição brasileira citou algum fato que se ligasse à vida privada, pessoal do Ministro Palocci. A discussão não era se Palocci é ou não um marido fiel. Ninguém discutiu isso na CPI. Apenas uma Senadora tratou desses assuntos: a Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, que fez referência a camisinha e a Viagra. A única Senadora que tratou desse assunto na CPI foi a Senadora Ideli Salvatti. A Oposição não tocou no assunto; ao contrário, compromissou-se em não tratar do assunto. O caseiro, quando citou alguns fatos, citou-os inadvertidamente. Ele citou presenças das mulheres na casa, até porque ele não tem toda essa sofisticação intelectual para ficar preservando informações em um depoimento que ele dava como testemunha. Não cabe a continuação desse Ministro, por todos esses fatos.

O Senador Tião Viana vai ao Supremo Tribunal Federal. O Ministro Peluso é induzido a erro, porque, informado na petição de que estaríamos aqui fazendo uma devassa na vida privada do Ministro, determina a suspensão da reunião. Pergunto: se o Presidente Renan

Calheiros licenciar-se, quem vai defender o Senado? O algoz do Senado, o Senador Tião Viana, por quem tenho profundo respeito político e pessoal? Quem vai defender a Instituição? Como é que a CPI não pode ouvir um caseiro? Como é que pode continuar Ministro da República quem não suporta mais do que vinte minutos de um depoimento do Sr. Francenildo?

Nesse episódio, Senadora Heloísa Helena, a excelência é o Francenildo. Quem tem que ser reconhecido como excelência, como cidadão brasileiro, como quem trata os assuntos da verdade é o cidadão Francenildo, que, na sua humildade, dizia: “Sou apenas um caseiro, e ele é o Ministro da Fazenda. Mas, ainda assim, confirmo até morrer”. Quem diz que confirma até morrer, com a segurança de que é fraco e está falando dos fortes, está dizendo a mais absoluta verdade.

Ele levou sim, Senador Sibá, as pessoas ao riso, na CPI, mas não pela sua ironia, e sim pela sua simplicidade. Quando falou “já passei os olhos aqui e não vi ninguém daqui na casa”, é evidente que ele levou as pessoas ao riso na CPI.

Foram mostradas ao Francenildo algumas fotos. É evidente que poderiam ter sido mostradas outras fotos, para que ele identificasse mais, mais e mais... Por que razão um cidadão com aquela simplicidade mentiria?

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Sibá Machado, e depois ao Senador Mão Santa.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Antero, não estou querendo, em nenhum momento, desmontar o depoimento de uma pessoa simples que vem a esta Casa, segundo ele mesmo, para contar o que viu. Mas eu me dou o direito de dizer que percebo nas palavras dele alguns deslizos, algumas imprecisões. Eu ia perguntar a ele, quando chegasse o momento, se a renda dele é compatível com o pagamento do advogado. Até imagino que nem era preciso advogado, a não ser que o advogado venha daquela Rede Nacional Autônoma de Advogados Populares, que prestam serviço comunitário. Não sei a resposta, mas vou fazer a pergunta quando chegar o momento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Essa pergunta não pôde ser feita porque o PT interrompeu a reunião.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, vai chegar o momento, com certeza. Mas era uma pergunta que eu gostaria de fazer.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Então V. Ex^a está entusiasmado como eu para que o Supremo reveja a decisão?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Como é?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Então V. Ex^a pensa como eu, que o Supremo errou e vai rever a decisão?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá, V. Ex^a me permite uma sugestão?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Bom...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Estou concedendo um aparte ao Senador Sibá e depois concederei ao Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Seria uma sugestão exatadamente para resolver essa questão do advogado, que ele tem toda a razão. Senador Sibá, V. Ex^a disse muito bem: o depoente é uma pessoa humilde. E via-se perfeitamente que o seu advogado também era um advogado de escritório humilde. Eu queria propor a V. Ex^a que assinássemos um documento exigindo da CPI que mostrasse a conta dos advogados de todos os que foram ali depor, dos escritórios milionários de São Paulo sediados na avenida Paulista que defendem vários militantes do PT que chegam à CPI para depor. Então, nós faríamos uma coisa ampla, geral e irrestrita, não discriminaríamos o pobre e o rico. Faríamos um documento exigindo da CPI cópia do contrato de cada um dos advogados. Tenho certeza de que V. Ex^a, como é um homem justo, será o primeiro signatário desse documento. Agradeço.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Essa pergunta inquietou muita gente em todos os momentos. Estas perguntas eram feitas na abertura de todos os depoimentos: quem é o advogado, qualificação do advogado...

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Mas não da conta, do pagamento, não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Vou já chegar lá, Senadora Heloísa. Em todas as oitivas são feitas as perguntas sobre...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Mas é bom ficarmos sabendo de tudo isso.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... quem era o advogado, o escritório, o endereço, o preço do contrato, se era pago, como era pago. Estas perguntas foram feitas na abertura de todos os depoimentos, todos. Não houve um a quem não tenham sido feitas essas perguntas. Mas, quanto ao Senador Tião Viana, acho que está havendo uma cobrança desnecessária a respeito do pedido de mandado de segurança. O exercício da Presidência da Casa é uma coisa e o exercício do direito do mandato parlamentar é outra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quer dizer que V. Ex^a admite que ele possa recorrer contra si mesmo se estiver no exercício da Presidência da Casa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – No exercício do mandato parlamentar, ele exerceu seu direito, tanto que, quando está na CPI, ele está como Senador da República, não como Vice-Presidente do Senado Federal, pois há a permissão para membros da Mesa participarem das Comissões Parlamentares, e não das Comissões Permanentes.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu acho que não é injustiça, não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Então, neste momento, quero fazer a defesa do Senador Tião Viana, que acho que é merecedor. É preciso tirar esse fantasma daqui para não ficarmos, digamos, no meu entendimento, até jogando uma culpabilidade desse tamanho em cima dele. Ele fez isso como Senador da República, representante do meu Estado, no pleno exercício de seu direito. Portanto, o fato tem de ser separado do exercício da Vice-Presidência da Casa, porque ele não estava respondendo por ela naquele momento. Então, quero dizer a V. Ex^a que penso que está havendo um exagero em relação à pessoa do Senador Tião Viana, pois o recurso poderia ter sido assinado por qualquer outro Senador. No momento da instalação da CPI, houve o entendimento de que ela deveria ser instalada, houve o pedido de posicionamento do Supremo Tribunal, que foi favorável à instalação da mesma, e foi o que aconteceu. O pedido de suspensão da reunião de ontem, assim como o pedido de instalação, era um direito que assistia a qualquer um dos Senadores, nesse caso o Senador Tião Viana, que tinha inteira razão.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quero agradecer a V. Ex^a e dizer que estou responsabilizando muito mais o PT do que o Senador Tião Viana. O PT poderia ter escolhido outro Senador, mas fez questão de sacrificar o Vice-Presidente do Senado, exatamente pelo despreço que o Partido tem pela democracia, pelas instituições democráticas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antero, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Antes de ceder o aparte ao Senador Heráclito e, depois, ao Senador Mão Santa, quero só fazer um parêntese e dizer que considero muito bom o debate sobre essa questão dos advogados. Aliás, Senador Sibá Machado, V. Ex^a sabe quem foi o advogado que entrou com o mandado de segurança em nome do Senador Tião Viana?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não li a petição ainda, mas posso procurar imediatamente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Então vou dar-lhe a informação. O advogado

que entrou em nome do Senador Tião Viana foi o Sr. Márcio Luiz da Silva.

V. Ex^a sabe quem é o Márcio Luiz da Silva? Ele é advogado, foi advogado das campanhas presidenciais de 1998 e 2002, consultor do Diretório Nacional para campanhas gerais, delegado nacional do PT perante o Tribunal Superior Eleitoral, assessor da Bancada para as áreas de Direito Eleitoral, Direito Político, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito Processual.

Um detalhe: o advogado Márcio Luiz da Silva é servidor da Câmara dos Deputados. É uma informação que precisa ser checada, que eu acabo de receber. Se ele, efetivamente, for servidor, se se confirmar a informação de que ele é servidor da Câmara dos Deputados, é evidente que ele não poderia peticionar por causa do impedimento do Estatuto da Ordem.

O Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador, temos que tirar uma dúvida: pode ser um servidor de carreira ou um servidor que presta serviço ao parlamentar. Eu estou dizendo que não conheço a situação, mas...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ele pode ser servidor de carreira, ele pode ser servidor DAS, mas, se ele é servidor – isso tem que ser investigado –, ele não poderia sequer peticionar. Está claro, no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, que é a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que são impedidos de exercer a advocacia os servidores da administração direta, indireta e fundacional contra os órgãos que lhes remuneram, e o Senado e a Câmara recebem da Fazenda Pública, recebem duodécimo.

Se isso aqui se confirmar, é gravíssimo para a situação funcional do advogado que peticionou em nome do Senador Tião Viana. Eu, sinceramente, espero, até pela carreira do advogado, que essa questão não se confirme, porque, se ela se confirmar, vai ser mais um erro grosseiro do Partido dos Trabalhadores na área jurídica.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antero, é louvável o esforço que faz o Senador Sibá Machado para defender, neste plenário, não só um colega de Partido, mas também de Estado. Acho que, como cidadão, como Senador da República, o Senador Tião Viana – e digo isso com o coração em pranto, porque tenho por ele a maior admiração – tinha o direito de tudo, mas não tinha o de assinar uma petição que pede que não se apurem os responsáveis pelos assassinatos de Celso Daniel e de

Toninho do PT. O Senador Tião Viana, pela história que tem no PT, pelo trânsito de que goza nesta Casa com as diversas facções políticas e até por dever de consciência, não tinha o direito, não podia assinar aquela petição. Sei até que o Tião Viana foi vítima da estrutura maquiavélica do seu Partido. Por que esse documento não foi assinado pelos Líderes? Por que os Líderes se omitiram a discutir e até a defender o Senador Tião Viana no plenário? O Tião foi vítima de uma pressão partidária e, infelizmente, está pagando por isso. Agora, Senadora Heloísa Helena, o positivo disso tudo – e os jornais de hoje escancaram – é que quem comandou tudo isso foi o Presidente Lula. Como Chefe da Nação, jamais poderá dizer Sua Excelência para o Brasil que não sabia das coisas, que não sabia de nada, porque assina, participou da feitura de uma petição, em que exatamente se discute detalhadamente o mar de lama em que o seu Partido está envolvido. A partir de agora, o Brasil precisa ficar atento, porque essa história de dizer que “eu não sabia”, “eu não vi”, “é falácia”, é conversa para boi dormir. Acorda, Lula!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antero, V. Ex^a, com esse aspecto de extraordinário político – já o era –, agora é jurista. Mas eu quero dizer para o meu amigo Sibá algo sobre esse negócio de honorários gratuitos. Leia Graciliano Ramos, **Memórias do Cárcere**; ele estava lá, e Sobral Pinto chegou, espontaneamente. Por isso, ele foi o Vice de Ulysses Guimarães. Lembro Evandro Lins e Silva. Eu, na minha profissão mesmo, por que é que estou aqui? A milhares e milhares de pessoas, gratuitamente, eu servi numa Santa Casa. Ali eu estava fazendo o bem, até crescendo profissionalmente, ganhando experiência, assim como esse advogado. Ele é de origem humilde e tem um ideal de justiça. Então, fez a defesa. A história se repete. Atentai bem! V. Ex^a é do Piauí, e o caseiro é do Piauí, e eu represento também essa verdade que trazemos na história. Mas a história se repete. Está aqui o Professor Cristovam Buarque. A mais bonita frase é de um intelectual. O poder da submissão, esse é o resultado. Eu queria aqui analisar a história. Bill Clinton, no seu livro, *Monica Lewinsky*, não sei o quê e tal. Atentai bem, Sibá Machado! Ninguém está analisando paixões, amor, vida, isso respeitamos. Mas ele foi chamado diante do escândalo. Ele não mentiu, o outro mentiu aqui. Eu ficaria com o meu pai, acima do Senado, porque ele está no céu. Meu pai me deu muita surra de cin-

turão, dizendo: “Quem mente rouba”, “Quem mente rouba”, “Quem mente rouba”. Então, essa é a minha formação. Lá no Senado, Bill Clinton – é o jogo da verdade, vamos ver a diferença –, para os Senadores disse que realmente tinha omitido a verdade por amor à esposa, à família, que não queria constranger. Mas ele disse: “Não tive relações sexuais, tive relações indevidas”. E o Senado o absolveu. Absolveu por quê? Atentai para a história. Esta aí o Professor Cristovam Buarque. Hamlet: “Há algo de podre no reino da Dinamarca”. Aqui não há algo de podre, não. Está todo podre o reino de Lula. Lula é uma ilha isolada de desconhecimento, rodeado pela podridão de corrupção. O Senado americano absolveu Bill Clinton porque não havia corrupção, não havia essa podridão. Aqui há a podridão do Buratti. Então, quero lhe dizer que ele se apresenta agora como pai da corrupção. Eu estou com Ulysses, do meu PMDB, que vai fazer convenção no dia 19, contra os governistas, pela Pátria e pela democracia. Ulysses disse: a corrupção é o cupim que mais destrói a democracia. E ele está acusado, o Buratti, de ser o cupim que tornou toda podre – não é algo, não – a “República do PT”.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Muito obrigado ao Senador Mão Santa pelo aparte, que incorporo ao meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Antero, é claro que compartilho com todas as suas manifestações, preocupações, denúncias sobre esse caso específico, mas quero tentar trazer a sua atenção e a dos outros Senadores e Senadoras para o fato de que este não é um caso específico, é mais grave que isso. O que foi feito ontem não apenas proibiu um jovem de fazer o seu depoimento, aquilo diminuiu o Senado. Não consigo nem entender a lógica do PT ao fazer aquilo, porque não trouxe vantagens para o PT. Ao contrário, elevou o escândalo a uma dimensão muito maior. Creio que temos que nos preocupar, nesta Casa, porque essa não é a primeira, a segunda ou a terceira vez em que a soberania do Congresso, em relação aos outros dois Poderes, a independência entre os três Poderes, está ameaçada no Brasil. Há algo mais sério. O Senador Mão Santa fala que há algo de podre. Quero dizer que, além de algo de podre em alguns setores, algo está errado na maneira como as instituições públicas brasileiras estão funcionando. Ao mesmo tempo em que se entra na Justiça para trazer de volta o Francenildo, ao mesmo tempo em que se leva adiante a CPI, que é

uma obrigação do Senado, é preciso que, paralelamente, as lideranças do Senado e o Presidente do Senado trabalhem para descobrir quais são as brechas na nossa Constituição que fazem com que não saibamos como vai ser a eleição daqui a menos de seis meses, com que não saibamos como vai ser o desenrolar de uma CPI. Hoje o Brasil é governado por medidas provisórias e mandados judiciais. Um país governado por mandados judiciais e medidas provisórias é um país sem congresso, e um país sem congresso não é uma república.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço a V. Ex^a o aparte. Uma das soluções que temos é que as lideranças peçam urgência para a votação do projeto do Senador Alvaro Dias. Trata-se de um projeto que limita a análise de liminar ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, não permitindo que seja uma ação exclusiva de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena e, em seguida, ao Líder Arthur Virgílio.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Antero Paes de Barros, desculpe-me interromper o pronunciamento de V. Ex^a. Já o fiz no pronunciamento do Senador José Jorge, sentindo-me na obrigação de fazer a defesa do que vi no depoimento de Francenildo. Com a intervenção, no pronunciamento de V. Ex^a, de um Senador do PT cobrando quem pagava o advogado do pobre do Francenildo, realmente não consigo deixar de me indignar. É uma sina da peste o que essa elite safada e corrupta quer promover como destino para os pobres. Quer dizer que o pobre não pode nem ter um advogado? Quem acompanhou o depoimento ontem viu que o Dr. Ulisses, o advogado dele, ao contrário, vou repetir, em nenhum outro depoimento de CPI – em nenhum outro! – o Deputado Arnaldo, até de forma vigilante e também por ser advogado, todas as vezes que alguém ia prestar depoimento, ele pedia que ficasse registrado o nome dos advogados. Nunca se tratou – e por isso a proposta do Senador Heráclito Fortes é boa – de fazer um levantamento de todos os advogados. V. Ex^a sabe como foi contratado o advogado do Nildo? Quem acompanhou o depoimento ontem viu que o Dr. Ulisses, o advogado de Francenildo, é um homem simples e corajoso. Para se meter num negócio desse, tem de ser um homem corajoso. Ele é um advogado simples e não um advogado de uma elite que vem depor protegida com **habeas corpus**. Não se tratou de uma oitiva em que o depoente nem falava e se dava o direito de dizer “não digo nem o nome dos meus filhos”, como no caso do publicitário

Duda Mendonça e de muitos outros. Eu fui buscar a história. O que aconteceu? Francenildo, morrendo de medo, coitado, conhecia algumas pessoas que trabalham como corretor, alugando imóveis. Como ele era caseiro de uma casa, sempre se procura saber quem alugava imóvel. O rapaz, preocupado e atemorizado com essa confusão toda, contou a história. Ele, então, indicou esse advogado, que não recebeu um real, que está tendo prejuízo, porque o Francenildo não tem como pagar um lanche. Quem está pagando o lanche do Francenildo é o advogado. Penso até que quem quiser pode fazer uma coleta aqui. É importante que o próprio PT faça isto: que crie uma cota para pagar o advogado do Francenildo, garantindo, assim, que não receba dinheiro de outra pessoa. Quero ver se vão conseguir mudar a cabeça do advogado ou a do Francenildo. Pronto. Deviam pagar para ver o que estava acontecendo. Realmente, isso é muito triste. Desculpe-me interromper o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros, mas eu não me conformo. Só porque é pobre não pode ter advogado? Porque é pobre não pode enfrentar o Ministro? Porque é pobre isso, aquilo outro... Muitas pessoas, quando são os ricos e poderosos que vêm depor na CPI – V. Ex^a precisa ver –, parecem uns gatinhos miando, acovardados. Agora, quando é o pobre, querem rugir contra ele, como se fossem leões. Realmente, eu fico muito triste ao ver essas coisas. É melhor ficarem caladinhos e caladinhas, se argumentos não têm para fazer a defesa. Podem até dizer que acreditam na palavra do Ministro, e pronto. Mas querer desqualificar o outro porque é caseiro e pobre, realmente é muito triste. Eu até busquei a história porque sabia disso, vi que estava acontecendo. Pois é. Os desqualificados são outros: o desqualificado do Poletto, do Palocci, do Lula e outros mais. É melhor dizer isso. Mas desqualificar só o caseiro, não. Se quiser desqualificar um grande, uma Senadora, um Senador, um Ministro, um banqueiro, pode. Mas tem de ter mais cautela para desqualificar o pequeninho que estava lá. Agora, não querer nem que o coitado tenha um advogado!... Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a viu, ele não perguntou, nem uma vez, nada. Nem o advogado falava. Estavam tranquilos de que ele falaria a verdade, ao contrário de todos os outros depoimentos de CPIs, em que, sempre, o cliente pergunta alguma coisa ao advogado, e o advogado lá, cheio de papeluchos, para fazer alguma intervenção. Absolutamente nada. Portanto, saúdo o pronunciamento de V. Ex^a e a solidariedade de V. Ex^a ao Francenildo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senadora Heloísa Helena, agradeço o aparte de V. Ex^a. É realmente importante o esclarecimento que V. Ex^a presta. E ousaria até dizer que não é possível o PT ter piorado tanto; não é possível que o Lula, com barba, seja pior do que o Collor, sem barba. Porque, no caso do Collor, houve um motorista, o Eriberto; no caso do Lula, há o motorista, há o caseiro e muitas denúncias. Existem muito mais denúncias contra o Lula do que contra o Collor. Se fosse o filho de qualquer Presidente da República que tivesse feito o que o Lulinha fez, cairiam 15 repúblicas e haveria cem mil pessoas aqui na Esplanada.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a disse uma frase que fiz até questão de anotar: “Podem até dizer: eu acredito na palavra do Ministro”. Mas sabe qual é verdade? Eles podem até dizer que acreditam na palavra do Ministro, mas, se consultarmos a consciência deles, se eles forem para o confessionário antes de comungar, no domingo, dirão ao padre: “Olha, eu acredito é na palavra do caseiro”.

Não há ninguém do PT que não se sinta enganado pelo Ministro Antonio Palocci. É um esforço hercúleo que os Senadores do PT fazem na defesa de algo que é indefensável. Entre o Ministro Pinóquio e o motorista, é o motorista que é “S. Ex^a”. Entre o Ministro Pinóquio e o caseiro, é o caseiro que é a “Excelência”. O PT sabe disso. A militância do PT sabe disso. A militância do PT sabe que isso é qua-dri-lha! Não há outra expressão. É evidente que a militância do PT sabe disso. Tenho certeza absoluta. Eles não podem confessar – a que ponto chegou o PT! –, eles não podem dizer em quem realmente acreditam, mas tenho a convicção: eles acreditam é no caseiro, não no Ministro.

Concedo o aparte a V. Ex^a e, em seguida, ao Líder Arthur Virgílio.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – É bem rápido também, antes do Senador Arthur Virgílio. Também estou me sentindo muito constrangida, porque está publicado no **Jornal do Senado** de hoje – o **Jornal do Senado** reproduz o que aconteceu e os pronunciamentos de ontem – a posição de algumas pessoas que ficam todo o tempo querendo dar uma conotação pública de que o que está havendo é uma tentativa de invasão na vida privada do Ministro ou de quem quer que seja. Pelo amor de Deus, não tenho nada a ver com os casamentos não contabilizados. Não é meu problema, não estou querendo saber dessas coisas, não; não é nada disso. A única coisa importante a ser dita é que ninguém está preocupado com

isso. É triste ver a manchete do **Jornal do Senado** em função da fala do Líder do Governo: que ele tem direito à intimidade. Não tenho absolutamente dúvida alguma sobre disso. É por isso que foi até uma sorte – não que esteja aniquilada qualquer outra possibilidade – que tenha sido um caseiro, como muitos outros deram depoimento. Imaginem se fosse o depoimento de uma menina que tivesse prestado outros serviços. Imaginem o quanto essas pessoas iam desqualificar, utilizar palavras chulas para acusar e atacar as pobres mulheres, filhas da classe trabalhadora, utilizadas nas orgias com dinheiro público roubado. Imaginem. Ainda bem que não foram. Ainda bem que quem estava prestando depoimento, especialmente numa sociedade machista e preconceituosa como a nossa, era um rapaz, um caseiro, um motorista e outros mais. Era apenas para deixar isso claro. Ninguém está absolutamente preocupado. Só nos preocupa quando a relação privada estabelece uma promiscuidade com o setor público. As amizades são tantas, e são amizades em que se paga para estar com alguém e os dois tornam-se parte de uma grande estrutura de corrupção montada para parasitar a máquina pública. Agradeço e peço desculpas por ter prolongado o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Esse é outro exagero do PT. Aliás, recentemente, houve a festa do Oscar. Já perdemos o Oscar com **O Jardineiro Fiel**. Não vamos tentar ganhar o Oscar, politicamente, com “O Marido Infiel”. Não é nosso assunto.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antero Paes de Barros, ontem, junto com outros colegas nossos, eu também tive oportunidade de usar a tribuna para solicitar ao Presidente Renan Calheiros que abrisse uma conversa profunda e definitiva com o Supremo Tribunal Federal. Tudo que não pode acontecer é o choque entre dois Poderes que são tão essenciais para o funcionamento pleno da democracia brasileira. O Presidente Renan se comprometeu com isso. Ou seja, eu não questiono a justeza da concessão dos **habeas corpus**. Eu questiono a forma como as CPIs têm tolerado certos abusos de parte dos beneficiários dos **habeas corpus**. Mas eu questiono sim o ato de ontem do Ministro Cezar Peluso, que é um Ministro respeitável, tenho muito respeito por ele. Enfim, eu não me pus de acordo com o que li, com o que vi. Está na hora de uma conversa muito profunda entre os dois Poderes. Uma coisa é fato: não interessa a ninguém, ao Supremo muito menos, que o

Congresso fique mutilado em uma de suas prerrogativas básicas, que é, por exemplo, a de investigar, por intermédio de Comissões Parlamentares de Inquérito. Se as CPIs perdem a validade, se elas podem ser contestadas a qualquer momento e desmontadas na sua ação investigativa, é melhor nós ficarmos cingidos aos limites da Comissão de Fiscalização e Controle. Portanto, parabéns a V. Ex^a e parabéns também ao Senador Alvaro Dias pelo oportuno projeto que, a meu ver, esclarece muito bem essas dúvidas que estamos vivendo. Tudo que desejo é o melhor para o Supremo Tribunal Federal e o melhor para o Congresso Nacional, porque isso vai significar o melhor para a Nação brasileira e para a nossa democracia.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, com o qual concordo inteiramente. Mas existe um pedaço da tarefa que é nossa. Precisamos modificar a legislação, inclusive os critérios para a indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito, pelo art. 17.

O nosso companheiro usou apenas 42 minutos, mas dividiu o tempo com todos nós que o apartamos.

V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra para encaminhar à Mesa um pronunciamento brevíssimo reclamando o cumprimento das promessas do Presidente Lula com o Município de Parintins e outros Municípios do baixo rio Amazonas, o tal linhão de Tucuruí.

O Presidente foi a Parintins, viu o boi-bumbá, prometeu e não cumpriu. Reconheço a competência do atual Presidente da Companhia Energética do Estado do Amazonas (CEAM), mas sei também das suas limitações. O fato é que o comércio e a indústria estão-se ressentindo do vexame que é a falência do setor energético. Os alunos, do mesmo modo, estão revoltados, e o Prefeito de Parintins, Bi Garcia, está a cobrar do Presidente Lula que não faça mais nem menos mas apenas o que prometeu. Já estão dizendo no Governo, nos corredores dos ministérios, que o

linhão de Tucuruí só estará pronto daqui a dois anos. Daqui a dois anos nós teremos outro Presidente, se Deus quiser, que não o Presidente Lula. Ele prometeu em junho de 2003, está terminando o seu governo e não consegue cumprir a promessa.

É uma satisfação que dou ao povo de Parintins.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – *Lula prometeu (e não cumpriu) o Linhão de Tucuruí, a Ceam recolhe-se na incompetência e Parintins fica às escuras*

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Parintins está praticamente às escuras, sujeita a rigoroso racionamento de energia elétrica. Está à espera da tão decantada promessa do *linhão* de Tucuruí. Promessa, sim, solenemente anunciada pelo Presidente Lula, logo no início de seu Governo, quando ele lá esteve.

Parintins não merece esse tratamento. Não merece mesmo. E por isso, o Prefeito do Município, Bi Garcia, num ato de coragem, que é um de seus atributos, esteve pessoalmente na sede da Companhia Energética do Amazonas – CEAM. Bi foi dizer que Parintins não aceita essa situação, que tolhe seu desenvolvimento.

A crise de energia em Parintins já era dramática e agora se complicou ainda mais, a partir do dia 3 último, com a paralisação de um dos mais potentes grupos geradores da Ceam, com capacidade de produzir até 1.600 kw de energia.

Reconheço tanto a competência quanto as dificuldades do Presidente da Ceam, Willannys Frota. Recentemente, por exemplo, o Prefeito Bi Garcia recebeu um telefonema do dr. Frota, garantindo que *estavam para chegar ao município dois novos geradores de 1.200 kva cada*. No andar de cima, porém, na Esplanada dos Ministérios, a crise não anda.

Chega de tanta protelação, Presidente Lula! Chega de promessas e mais promessas. A promessa de Lula foi tão incisiva que a população chegou a comemorar. Hoje, a população chora.

O resultado dessa desídia vem na forma de prejuízo para o comércio e a indústria. Nas escolas, chega a ser um vexame. Quase não há aulas, por falta de energia elétrica. Com isso, os jovens os escolares revoltam-se. Na semana passada, por exemplo, li na imprensa de Manaus o desabafo de um aluno, Antonio José Freitas Ferreira: *cadê o linhão? Chega de conversa mole e de promessas não cumpridas*.

É incrível, mas a crise energética em Parintins é tamanha que a fabricação rudimentar de velas de cera está próspera. É realmente de desanimar. Uma dona de casa, ouvida pela imprensa, desespera-se: *dizem agora que o linhão prometido por Lula só virá daqui a dois anos, ou seja, em pleno exercício do mandato do próximo mandatário da Nação*.

Definitivamente, Parintins não pode esperar. Que o Governo pare de prometer em vão e aja, trabalhe. No mínimo, em respeito à população parintinense.

Em Brasília, os parlamentares das bancadas do Amazonas na Câmara e no Senado demonstraram unidade e conseguiram aprovar R\$50 milhões, em emendas orçamentárias, para a conclusão do *linhão*. Mas nada, até agora.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, por cessão do Senador Flexa Ribeiro.

Em seguida, estão inscritos: Senadora Fátima Cleide, Senador Gilvam Borges, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Heráclito Fortes, Senador Sibá Machado, Senador Mão Santa e Senador Cristovam Buarque, que é meu companheiro de inscrição pelo art. 17, mas nós vamos usar da palavra.

Com a palavra V. Ex^a, com o espírito da lei de Montesquieu, porque vai pegar o avião.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado brasileiro está vivendo terrível crise de identidade nesta semana em que prevalece a imagem serena, refletindo a paz dos homens dignos, exposta à Nação, por meio da CPI dos Bingos, pelo caseiro Francenildo. Há aí um contraste gritante da dignidade do povo brasileiro, retratada na figura serena de quem só diz a verdade, com o estado

precário das instituições nacionais, que se reflete na crise de identidade dos três Poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo, a começar pelo Poder Legislativo. Nesta semana, a frustração campeonou mais uma vez, atingindo os lares brasileiros, diante do espetáculo da absolvição daqueles que não podem colocar-se como inocentes diante das exigências nacionais de ética na atividade pública. O que prevaleceu foi a opção pela salvação corporativista. Entre preservar a instituição parlamentar ou colegas acusados, a maioria na Câmara dos Deputados continua insistindo em preservar colegas denunciados por prática ilícita, supostamente envolvidos no chamado mensalão. Repito que preferiria uma injustiça que atingisse um cidadão a uma que atingisse uma instituição de tanta importância na consolidação do processo democrático neste País, como é a parlamentar.

Portanto, a crise se abate sobre o Parlamento brasileiro, que não satisfaz as aspirações da sociedade e não atende aos pleitos nacionais de combate implacável à corrupção e de moralização da atividade pública. A crise passa pelo Poder Judiciário, sim, porque as decisões que conferem liminares autorizando o espetáculo do silêncio, quando a transparência deveria prevalecer para colocar o mal à luz, a fim de que possa ser investigado, denunciado, combatido e condenado, caminham na contra-mão das aspirações da sociedade brasileira. O ato monocrático de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, em que pese o fato de guardar relação com o que é constitucional, com o que é juridicamente perfeito, acaba afrontando o sonho brasileiro de moralidade pública.

Estamos, portanto, caminhando na contramão da história.

O fato ocorrido ontem é mais grave. A decisão monocrática de um Ministro não tratou de preservar direitos individuais de quem quer que seja. Houve invasão de competência, porque, em que pese o respeito que devoto – a exemplo do Senador Arthur Virgílio – ao Ministro Cezar Peluso, a decisão dele deu-se com base em presunção. O Ministro presumiu que na CPI se devassaria a vida privada do Ministro Palocci, e nós não estávamos interessados nela. Não estamos discutindo se Ministro tem vida privada ou tem vida pública. Não estamos discutindo se o Parlamento norte-americano agiu corretamente ao expor ao mundo o episódio Clinton/Monica Levinski. Não é essa a discussão que estamos trazendo a esta tribuna. Somos mais modestos. Estamos exigindo menos. Nós estamos trazendo a esta tribuna apenas a defesa do interesse e do direito de investigar, do dever de

investigar para atender às exigências da população brasileira. O Ministro, portanto, usou – é figura de retórica, mas é a forma didática que encontro para expor meu pensamento nesta hora – a bola de cristal para tentar prever ou para tentar adivinhar o que ocorreria na reunião de ontem. E, mais do que isso, avançou; usou a mesma bola de cristal para prever o que ainda poderá ocorrer em eventuais diligências que possa a CPI realizar em várias linhas de investigação: Ribeirão Preto, Santo André, dólares de Cuba, caixa dois...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Dinheiro na cueca.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente, apreendido no aeroporto de São Paulo, transporte ilegal de dólares em mala preta, aviões que, nos ares do Brasil, transportam valores ilícitamente. Enfim, o Ministro proíbe tudo por provocação de um parlamentar, em nome de um partido e de um Governo. Portanto, é preciso, sim, rever determinadas normas. Por exemplo, há um projeto do Senador Jefferson Péres, que altera critérios para nomeação de Ministro no Supremo Tribunal Federal, porque há sempre essa ilação, prevalecendo sobre o interesse nacional, extrapolando os limites do que a norma jurídica possibilita, o interesse político-partidário resultante de compromissos assumidos em função da nomeação de natureza política.

Outro projeto de nossa autoria altera a Constituição, para impedir que decisões monocráticas defiram liminares relativamente a atos praticados pelo Congresso Nacional, como no caso de ontem, com a interrupção dos trabalhos da CPI dos Bingos. Decisão dessa natureza só poderá, se o projeto for aprovado, ser adotada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Haveria, dessa forma, a responsabilização de todos pela decisão. A decisão seria democrática e, portanto, não haveria alternativa, a não ser o respeito a ela. Compartilhar responsabilidade é o caminho que nós encontramos adequado, neste momento, para que decisões do Supremo Tribunal Federal não atuem na contramão do interesse nacional e não estabeleçam esse clima de turbulência entre dois Poderes da República: o Legislativo e o Judiciário.

Olha, Sr. Presidente, o tempo se esgota e eu pretendo encurtar este discurso. Mas, vamos ao que mais interessa neste momento: a crise de identidade do Estado, no seio do Poder Executivo. O que há no Governo Federal? O que há com o Presidente Lula? Fica a impressão de que está anestesiado, absoluta-

mente insensível diante dos escândalos. Nada abala o Presidente da República, porque não interessa a ele combater corrupção. A impressão que fica é que, para o Presidente Lula, a corrupção é indispensável. Para o Presidente Lula, que desejava, que sonhava – não sei se ainda sonha – com um projeto de longo prazo, a corrupção é imprescindível. A impressão que fica é que, para ele, não se sustenta projeto de longo prazo sem corrupção.

Dizer que o Presidente da República não participou desse esquema complexo, sofisticado, organizado de corrupção é ser ingênuo em excesso, e nós não temos esse direito. Eu tenho a convicção plena, com a maior tranqüilidade, com a serenidade de quem acredita estar dizendo a verdade, de que o Presidente participou da arquitetura desse projeto de longo prazo, que entendeu que os fins justificam os meios e que, portanto, para sustentar o projeto de poder, a corrupção se tornou imprescindível.

O Presidente da República dizer que o Ministro Antonio Palocci é intocável é um direito dele, porque está eleito. Não se instaurou o processo de *impeachment*, em que pesem todos os elementos existirem para tal.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concederei, Senador Virgílio. Mas o que não pode o Presidente da República esperar é que deixemos de afirmar que o Ministro Palocci está, sim, com a sua função de Ministro contaminada pelos escândalos de corrupção, que começaram em Ribeirão Preto e que perduram no Planalto Central, porque os vínculos que ligam o Ministro àquela equipe de Ribeirão Preto, já preliminarmente indiciada por formação de quadrilha, não foram rompidos após a posse de Palocci como Ministro da Fazenda. Consolidaram-se. Os vínculos perduraram. Não sei se ainda perduram diante de tantas denúncias, mas prevaleceram com o aparelho instalado para a operação marginal junto ao Governo Federal por aqueles que vieram do aprendizado da República de Ribeirão Preto.

Ou nós temos que ignorar o que vimos? Ou temos que fechar os olhos para a realidade de tantas ações em várias áreas – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, Eletronorte? Nós temos que fechar os olhos...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... para tudo que vemos?

Na verdade, o que querem, Senador Heráclito Fortes, é fechar os olhos da Nação, blindando um Ministro e outros, blindando o Presidente da República e seus subalternos, com as mais variadas formas, desde **habeas corpus** concedidos monocraticamente por Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio, inicialmente, e depois ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Na verdade, fizemos um acerto de assuntos, eu e o Senador Heráclito Fortes, para incluirmos os nossos pontos de vista no discurso de V. Ex^a, de maneira bastante sucinta. Evidentemente, o Presidente Lula tem a prerrogativa de nomear e supostamente de demitir ministros, e deveria ser assim num governo normal. Acontece que nomear José Dirceu foi ele quem fez, mas quem demitiu foi Roberto Jefferson com a aquela história de “sai daí, Zé, sai daí rápido!”. No dia seguinte, José Dirceu caía. Numa democracia, numa sociedade aberta como o Brasil está se tornando e numa democracia consolidada como a nossa, não adianta a teimosia do Presidente. Ou não há razão objetiva para se desestabilizar um ministro ou um ministro se desestabiliza e cai, a despeito do que possa pensar ou querer o Presidente da República, porque existe imprensa, existe sociedade vigilante. E dou um exemplo bem claro: ontem, para cumprir a palavra que não empenhei – mas, para cumprir a palavra, eu sou escravo disso –, concordei com uma sessão reservada. Meu computador ficou entupido de *e-mails* contra a minha posição. É uma sociedade muito vigilante, que acompanha passo a passo o que nós fazemos e dizemos aqui. Portanto, o Presidente pode ficar com qualquer ilusão que ele queira, mas o Ministro Palocci, a meu ver, perdeu as condições de ser Ministro da Fazenda, sim. Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem sido brilhante, e mesmo que se discorde de uma atitude como essa, que para quem está a distância não percebe as razões dela, aquele atendimento a um pleito da base aliada de que a reunião fosse secreta, é bom dizer que, às vezes, há má-fé até na interpretação. Eu participei da reunião que aprovou o requerimento, de minha autoria...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O tempo de V. Ex^a está esgotado. Concedemos a V. Ex^a mais um minuto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, Senador Mão Santa, o critério aqui é outro, não é? O orador que me antecedeu falou 45 minutos. Eu não

peço nem a metade, mas eu quero atender aos apares solicitados e concluir o meu discurso, com a condescendência de V. Ex^a, que, aliás, é o mais condescendente de todos os Senadores quando assume a Presidência. Até estou estranhando que esse espírito piauiense hoje não esteja incorporado em V. Ex^a ao presidir esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É porque os dois apartes são do Piauí e eles estão inscritos em seguida. Cada um vai falar meia hora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente, mas hoje temos muito tempo pela frente, Senador Mão Santa.

Eu quero dizer, Senador Heráclito Fortes, em alusão ao aparte do Senador Arthur Virgílio, que participei da reunião que aprovou o requerimento de convocação do caseiro e não houve esse acordo invocado na reunião. O requerimento de minha autoria não previa nenhuma reunião secreta e foi aprovado. O Regimento, em seu art. 110, diz que as reuniões são públicas, a menos que ocorra uma deliberação da própria Comissão.

O que houve foi uma tentativa de se esconder o depoimento do caseiro, que, felizmente, foi frustrada porque o caseiro falou o que devia dizer, disse o que pretendia falar e não necessitava dizer mais nada além do que disse até que chegasse o fax do Supremo Tribunal Federal para encerrar o seu depoimento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Álvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo, com satisfação, o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Alvaro Dias, não resta dúvida alguma de que este Governo é uma verdadeira máquina de produzir escândalos. Se o Senador Mão Santa me permitir, eu vou copiá-lo e dizer: Senadora Heloísa Helena, atentai bem! Os jornais de hoje mostram, Senador Alvaro Dias, que V. Ex^a tem sido um dos mais assíduos Senadores da República nas comissões parlamentares de inquérito. Vai ver que a determinação do Governo é cercar as apurações. Ontem, foi o fato do caseiro. Hoje, o que aparece? O Governo faz uma manobra para enxugar o relatório do Deputado ACM Neto, que apura irregularidades ou denúncias de irregularidades em fundos de pensão. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil está cansado de saber que, neste Governo, corre frouxo, exatamente nessa estrutura, um dos veios mais férteis de financiamento

pouco esclarecido para a base do Governo. Aí, vem agora esta manobra que dá direito ao Deputado Maurício Rands – por quem tenho o maior respeito, não só como Parlamentar, mas como grande advogado, proprietário de uma banca de advocacia, em Recife, reconhecido por todos por sua competência... Mas ele não tem o direito de ser censor nem bedel do trabalho de um Parlamentar que foi designado Sub-Relator para apurar um fato específico. Senador Arthur Virgílio, não podemos permitir que isso aconteça. Essa notícia dos jornais é tão grave como aquela relacionada ao caseiro. Só que essa aí vai pegar peixe grande. Portanto, Senador Alvaro Dias, sabendo que V. Ex^a é um homem atento ao que acontece na CPI, eu lhe lembro desse fato da maior gravidade. Resta-me aqui uma esperança: que isso seja um mal-entendido e que o Deputado Serraglio, Relator-Geral, que até agora tem tido um comportamento correto, não permita que esse fato tenha sequer possibilidade de ser verdade. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes. O Senador Sibá Machado também está pedindo aparte? É um aparte?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Álvaro Dias, abro mão do aparte. Eu já ia perdendo o *feeling* do momento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Senador Sibá Machado abre mão do aparte, para que eu possa, então, concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É o Presidente? Estou seguindo V. Ex^a, que é o nosso ícone. Substituí V. Ex^a, que permitiu. Quando cheguei, o Antero Paes já estava com 32 minutos e eu prolonguei por dez minutos. Aliás, viu, como V. Ex^a dá o exemplo?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, ...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E eu estou aplicando a filosofia dos antigos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu gostaria que esta Casa respeitasse o Regimento de forma rigorosa. Não tem respeitado em relação ao tempo dos oradores. Sobre tudo na sexta-feira, há uma condescendência em razão de termos aqui, sempre na sexta, um número menor de Senadores. É por essa razão que, na esteira do que se tem adotado aqui, possibilitamos ao Senador Antero Paes de Barros um tempo mais alongado para seu pronunciamento. Da mesma forma V. Ex^a, com a generosidade de sempre, está nos permitindo e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Permita-me dizer que estou agindo aqui como os filósofos antigos, que dizem: “Tolera e te abstém”. Agora, não sei a tolerância dos oradores que estão em seguida.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sem problemas, Senador Mão Santa. Pretendo, evidentemente depois...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, se tocar a campainha de um minuto em um minuto, o discurso será interrompido a toda hora. Pretendo concluir em cinco minutos, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Em respeito ao Paraná e a V. Ex^a...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Até porque um discurso tão atropelado dessa forma perde o roteiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– E ainda quero atestar aqui que os quatro meses mais tristes nesta Casa foram quando V. Ex^a tirou licença. Foi com a volta de V. Ex^a que ressurgiu a liberdade e a coragem neste plenário.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, é bondade de V. Ex^a. Mas faço uma indagação ao Presidente Lula. É claro que é prerrogativa do Presidente da República manter o Ministro Palocci. E podem até discutir o fato de a Oposição ter ou não ter autoridade para pedir sua demissão, mas o que não se discute é a autoridade que tem a Oposição para indagar do Presidente da República: Como pode um Ministro contaminado por escândalos de corrupção representar o nosso País nas negociações com as grandes nações do mundo, tratando da política protecionista, com barreiras alfandegárias ou não alfandegárias, com subsídios que comprometem o desempenho da competente agricultura brasileira porque jogada a uma concorrência absurdamente desigual no cenário internacional? Como pode o Ministro, que deveria ser o grande negociador, discutir a administração da dívida externa ou interna brasileira, como fez o Presidente da Argentina, que levou aquele país a alcançar índices de crescimento notáveis? Como discutir o alongamento da dívida, que é condição básica indispensável para a recuperação da capacidade de investir do Estado brasileiro? Como discutir com banqueiros nacionais ou estrangeiros a nossa dívida um Ministro fragilizado, desacreditado em função das contundentes denúncias de corrupção não esclarecidas, não respondidas? Como pode

o Ministro da Fazenda trabalhar para aumentar o fluxo de recursos internacionais no nosso País para incrementar a produção, gerar empregos, renda e receita pública e promover um crescimento econômico que fuja desse estado de mediocridade em que nos encontramos em que pesem as promessas dos espetáculos de crescimento a que temos assistido no Brasil? Enfim, o povo brasileiro admite a corrupção? O povo brasileiro entende que um governo pode abrir as portas para a corrupção, escancará-las da forma como escancara o Presidente Lula as portas do seu Governo para a corrupção?

Seria acreditar que o povo brasileiro perdeu a noção do que é dignidade e nisso eu não acredito. Eu acredito na dignidade serena do caseiro que enfrenta o poderoso, mas diz a verdade. Acredito na dignidade de um povo que paga impostos pesadamente e vê, indignado, aquele que segura a chave do cofre da Nação denunciado por corrupção, diante da absoluta apatia, complascência e insensibilidade do Presidente da República que elegeu. Não acredito em reeleição. Dessa forma, não. Não acredito em reeleição, porque acredito na inteligência do povo brasileiro. O Brasil não pode estar entregue aos corruptos. Este País, que tem potencialidades extraordinárias, está desperdiçando-as, não só em razão da incompetência de quem governa, mas, sobretudo, em razão da insensibilidade de quem governa diante dos corruptos e da corrupção.

O Brasil vive um momento dramático da crise de identidade do Estado brasileiro, que se agrava a cada passo, em função de fazer prevalecer a impunidade. A nossa reação não tem sido à altura. Ouvimos isso sempre, a cobrança é permanente. A Oposição não está sendo tão vigorosa quanto deveria ser, mas creio que a oposição não é apenas a que se faz no parlamento, mas a que se faz nas entidades e nas ruas do País. Há, sim, que se fortalecer a Oposição, que tem que ser mais exigente, mais rigorosa, mais contundente e mais afirmativa.

Senador Mão Santa, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– V. Ex^a ainda tem 12 minutos para quantitativamente se igualar ao orador do Mato Grosso do Sul, porque, em qualidade, todos foram brilhantes.

Consultando a lista de oradores e a paciência dos inscritos, concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, PT do Estado de Rondônia.

Em seguida, Senadores Gilvam Borges, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Sibá Machado,

Cristovam Buarque e Senador Mão Santa, pelo artigo 17.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos aqui me conhecem, sou do tipo que não me meto nas questões polêmicas, porém não poderia deixar de, neste momento, expressar minha solidariedade ao Senador Tião Viana.

O que ocorre na CPI dos Bingos, no meu entender, já passou dos limites. Fui membro dessa Comissão. Saí para compor uma outra Comissão e, em meu lugar, entrou o Senador Tião Viana. Na primeira reunião da CPI dos Bingos, diante de um artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo** por seu Presidente, eu já dizia naquele momento que não estava ali para compor uma Comissão que não tivesse um fato determinado. E todos os dias que tenho oportunidade vejo nesta tribuna e neste Plenário o Senador Magno Malta, que é propositor dessa CPI, dizer que o fato que o levou ao STF para pedir a instalação da CPI foi a necessidade de se investigar a jogatina neste País. Infelizmente, até o presente momento, ainda não vi nós nos debruçarmos sobre a investigação dos bingos, que era o objetivo explícito no Requerimento nº 245, de 2004, que faço questão de registrar:

Objetivo de investigar e apurar a utilização das casas de bingos para a prática de crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, com a duração de 120 dias.

Sr. Presidente, creio que o Senador Tião Viana tem todo o respeito desta Casa, pois, a todo momento, vê-se a solidariedade de vários Parlamentares, com relação à atuação do Senador. No entanto, de repente, pelo cumprimento de uma atribuição constitucional dada ao Parlamentar que ocupa uma cadeira no Senado Federal, vemos desde ontem vários pronunciamentos tentando desqualificar-lhe a ação. É por esse motivo que faço questão, neste momento, de me solidarizar com ele.

Eu poderia aqui trazer...

O Sr. Heráclito Fortes (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Posteriormente, Senador.

Eu poderia trazer manchete do Jornal **Correio Braziliense** de hoje, que diz que o patrão do jovem caseiro que depôs ontem na CPI é filiado a um par-

tido de Oposição, mas não vou fazê-lo porque eu lhe respeito a atuação. Considero natural que se busquem, principalmente num ano eleitoral, fatos políticos que promovam o debate. É mais natural ainda, Sr. Presidente, que isso ocorra no momento em que temos o resultado das últimas pesquisas dando ampla preferência do eleitorado brasileiro à reeleição do Presidente Lula. É muito natural que haja todas as manifestações da Oposição.

Agora, Sr. Presidente, não vou entrar no debate, na discussão estéril. Estou aqui agora para dizer ao povo brasileiro que eu, Senadora Fátima Cleide, sou petista, com muito orgulho e com muita honra, porque essa foi a minha academia. Foi pela luta e pela sobrevivência que me filiei ao Partido dos Trabalhadores. Não a sobrevivência das comissões de gabinete, não; foi pela luta à sobrevivência na rua, lutando por políticas públicas, por melhoria da condição de vida da população mais pobre deste País, onde eu me incluo. Eu estou Senadora, mas eu sou professora. Alguns chamam, até querendo desqualificar, de professorinha, mas eu sou com muito orgulho uma professora que sofreu todas as mazelas da falta de políticas públicas voltadas à educação deste País. Eu não vou aceitar que aqui se fale em quadrilha do PT, porque eu não sou ladra, eu não sou corrupta. Vou aqui defender a minha dignidade e a de meus companheiros e de minhas companheiras, que nunca tiveram medo de enfrentar a polícia na rua, para lutar pela melhoria da qualidade de vida de toda a população brasileira, principalmente dos mais pobres, coisa que muitos dos que aqui estão hoje falando bonito nunca fizeram, muito pelo contrário. Acho que basta ver. Coloco à disposição de quem quiser o meu patrimônio para que, esse, sim, sirva de radiografia para dizer neste País quem é que tem e quem é que não tem.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senadora?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Então, Sr. Presidente, assim como respeito todos os que fazem parte da Oposição ao Governo do Presidente Lula hoje, gostaria também que, nas suas críticas, houvesse um pouco mais de respeito à militância, aos dirigentes, aos parlamentares desse Partido. Quero dizer ao Ministro Palocci que não se preocupe. Tenha calma, mantenha a tranquilidade, siga o seu rumo na condução da política econômica, que já foi tão elogiada neste plenário, porque ele será Ministro enquanto o Presidente Lula assim o quiser.

Quero, Sr. Presidente, a partir de agora, fazer o meu pronunciamento. Penso que já está na hora

de esta Casa retomar os debates importantes que a sociedade brasileira espera que façamos. Um deles foi resultado do nosso trabalho nos últimos dias de convocação extraordinária e nos primeiros dias do ano legislativo, que é o debate sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.

Esse debate, Sr. Presidente, faz jus à importância da educação que, além de ser um dos pilares do desenvolvimento econômico de toda a sociedade, é o também elemento fundamental na construção da cidadania, o primeiro passo da inclusão política e social do nosso povo.

É consenso nesses debates – e tivemos várias audiências aqui na Casa – que a educação em todos os níveis deve se constituir em um sistema integrado, devendo ser tratada de maneira equânime.

O Fundef, Sr. Presidente, que expira este ano, representou um avanço nos investimentos da educação – e devo dizer que foi um avanço promovido pelo governo passado – ao distribuir solidariamente os recursos, porém limitado ao ensino fundamental.

A comunidade da educação, que há muito demanda a implantação de um fundo que atenda a toda a educação básica, avança sobre esses limites e, em parceria com o Governo Federal do Presidente Lula, luta pela implementação do Fundeb.

Em ato público realizado nesta Casa, no último dia 9, redes e instituições mobilizaram-se para acelerar a aprovação do Fundeb. Demandando o diálogo com o Parlamento, estiveram em audiência com o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Fórum Nacional de Promoção e Erradicação do Trabalho Infantil, da Fundação Abrinq, do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, do Movimento Interfórum de Educação Infantil, da Marcha Mundial de Mulheres, da Fundação Orsa, da Associação Brasileira de Magistrados pela Infância; da Rede de Monitoramento Presidente Amigo da Criança e mais outras trinta organizações com o apoio da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, da Bancada Feminina do Congresso Nacional, do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, do Unicef e do Pnud.

Entre as conquistas do Fundeb, Sr. Presidente, uma em especial demarca um novo patamar nas po-

líticas educacionais de nosso País, que é o financiamento da educação infantil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora, fique à vontade. V. Ex^a terá o tempo que considerar necessário para conceder os apartes, em respeito a V. Ex^a, ao Senador Tião Viana e às “professorinhas”. Eu mesmo casei com uma.

Então, V. Ex^a fique à vontade. Já houve um orador que usou 42 minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu sou das que preferem cumprir o Regimento, Sr. Presidente. Entretanto, como às sextas-feiras a palavra aqui é liberada, eu estarei sempre vigilante com relação a isso, mas falarei um pouquinho mais para concluir o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agrada a nós e ao País ouvir V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, como eu falava, uma das conquistas é a creche, a educação infantil que atende crianças nos primeiros anos de vida, promovendo seu pleno desenvolvimento a partir de um atendimento especializado e qualificado.

Por outro lado, Sr. Presidente, a participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente as mães assalariadas, torna imprescindível o investimento em educação infantil.

Para a mulher trabalhadora, a creche é a única alternativa saudável e confiável, tanto pela alimentação e pelo cuidado quanto pelo caráter educacional que deve contemplar.

Os municípios responsáveis pela educação infantil contarão com os recursos do salário educação, mais 25% do Imposto de Renda dos servidores municipais, mais o ISS, mais o ITBI, além de 5% dos recursos que comporão o Fundeb.

A proposta que chegou ao Senado Federal é resultado, Srs. Parlamentares, de mais de dois anos de negociação entre o Governo Federal, os representantes municipais, os dirigentes da educação, organizados na Undime, os representantes de secretários estaduais de educação, organizados no Consed, além de profundas e exaustivas discussões na Câmara dos Deputados, que, após isso, aprovou a proposta em segundo turno por 339 votos a favor, dois contra e duas abstenções.

A regulamentação deverá prever situações controversas e, a partir disso, definir os parâmetros para investimento nos níveis de ensino.

Esse projeto é balizado pelos interesses nacionais, e sua pronta aprovação é uma grande expectativa social.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, este é o momento oportuno para esta Casa comprovar, na prática, seu compromisso com a educação, já expresso no manifesto assinado por todos os Senadores desta Casa, aprovando e encaminhando a proposta de emenda constitucional que cria o Fundeb à sanção presidencial.

Os debates, é claro, precisarão continuar, mas não podemos deixar que milhares de crianças, milhares de mães, milhares de mulheres, milhares de trabalhadores neste País aguardem ainda mais a nossa boa vontade de legislar. Já estamos bem atrasados com relação a isso.

Usarei ainda os dois minutos que V. Ex^a me concede para ouvir os Senadores Heráclito Fortes e Arthur Virgílio e, em seguida, o Senador Sibá Machado, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a terá o tempo que considerar necessário, principalmente em respeito à postura de V. Ex^a, que enriquece as professoras e este Senado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Fátima Cleide, V. Ex^a deve ficar absolutamente tranqüila porque o PT que a Oposição ataca, critica e no qual bate diariamente, com certeza, não é o de V. Ex^a. O PT tem várias facções, e essa que atacamos não a atinge. V. Ex^a não participou de mensalão, não participou desses escândalos que estão aí, como infelizmente alguns companheiros de V. Ex^a participaram. Então, fique absolutamente tranqüila – e digo isso para a Nação brasileira –, porque o PT que estamos combatendo não é o seu. Até porque V. Ex^a é minoria no PT em que acreditou durante 20 anos. O PT que tem princípios, o PT do combate à Alca, o PT do rompimento com o FMI é o PT de V. Ex^a. Estamos falando do outro PT que nos obriga inclusive a defender os acertos da política econômica do Ministro Palocci, porque são continuação dos acertos de governos que defendemos, mas não nos obriga a sermos aliados de seus erros. Segundo ponto: fique também absolutamente tranqüila de que é com muito constrangimento que trazemos à tribuna o episódio em que a outra ala do Partido de V. Ex^a envolveu o Senador Tião Viana. Pergunto a V. Ex^a, que deve ter lido a petição: V. Ex^a dormiria tranqüila ao assinar uma petição cujo primeiro item é proibir que se dê pros-

seguimento a apurações como a morte de Celso Daniel e de Toninho do PT de Campinas, companheiros ilustres de V. Ex^a que foram assassinados? A vinda do caseiro é apenas uma peça na petição encaminhada ao Supremo. Se V. Ex^a analisar os sete itens em que se solicitam proibições ao Supremo Tribunal Federal, tenho certeza de que V. Ex^a, admirada pelo seu Estado como o é, jamais assinaria uma petição com tanto cerceamento à liberdade como aquela. Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora Fátima Cleide, tenho V. Ex^a na conta de uma colega respeitável e estimada. Antes de mais nada, mantenho todo o meu respeito e carinho pessoal pelo Senador Tião Viana, fraterno amigo meu. Entendo que S. Ex^a adotou um gesto polêmico, que revelou a expressão, a meu ver, equivocada de um Governo que encontrou nele a coragem para assinar. Mas o Senador Heráclito Fortes disse muito bem. Tampouco me refiro a V. Ex^a quando critico o seu Partido. Ou seja, critico setores do seu Partido, critico Delúbio, critico Sílvio Pereira. Não são quaisquer petistas, um, Secretário-Geral; o outro, Tesoureiro – e com uma importância que jamais vi nenhum outro partido dar a um tesoureiro. Critico o Presidente Lula, com essa insistência de dizer que não viu nada, que não sabe de nada. Critico o Ministro José Dirceu, que agora virou articulista e ganha R\$20 mil por mês. Toda vez que ele publica um artigo falando em ética, acho engraçado e insiro nos Anais da Casa – vou já fazer isso de novo. Critico, portanto, exercendo o meu papel de liderança de um partido de Oposição, o que vejo de equivocado no administrativo, o que vejo de equivocado no plano ético, no plano do desacerto ético. Quando V. Ex^a vem à tribuna para emitir a sua opinião, eu só a respeito mais, por entender que esse é o seu papel. O seu papel é esse mesmo e deve ser feito com a galhardia de que V. Ex^a é capaz. Portanto, cada um cumprindo com o seu papel, a democracia funciona bem. É uma pena que estejamos vendo o Ministro da Fazenda – tão defendido por mim em tantos momentos difíceis – contradizendo-se, sendo publicamente acareado com o jovem caseiro de 24 anos, dizendo que não foi à tal mansão, quando sabemos que foi. Em tudo que ele dizia eu acreditava, até o momento em que a corda estourou, rompeu. Não tenho como deixar de admitir que ele fez um belíssimo trabalho macroeconômico, nesse tempo em que pôde ser Ministro pleno; mas não vejo mais condições de se continuar dando a ele a

possibilidade de sobreviver – porque já não é mais um Ministro inteiro, é um sobrevivente. Parabeno V. Ex^a pela defesa que faz do Governo no qual acredita, do partido em que V. Ex^a realmente deve acreditar poder reerguer, e já lhe dei minha opinião sobre o Senador Tião Viana, que é um dos mais estimados colegas e amigos que tenho aqui nesta Casa.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada.

Ouçõ o aparte do Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Fátima Cleide, em primeiro lugar, quero dizer da admiração que tenho por V. Ex^a – que não é de hoje, pois já a conheço há algum tempo –, sempre se portando como uma das vozes de esperança do Estado de Rondônia. V. Ex^a sempre trabalhou à frente das lutas dos movimentos sociais daquele Estado, com brilhantismo, dentro do Movimento Sindical, e V. Ex^a honra, com todas as letras, o mandato de Senadora da República, que lhe foi concedido por vontade do povo de Rondônia. V. Ex^a tem atuado com brilhantismo nesta Casa, na defesa dos seus princípios, tem defendido ardorosamente esses princípios, não só aqui dentro, como também na instância do Partido dos Trabalhadores, e é importante que uma pessoa com todo esse arcabouço venha à tribuna e fale o que V. Ex^a está falando. Sobre o que já disse, a respeito do nosso colega de Bancada...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...Vice-Presidente desta Casa, Senador Tião Viana, não tenho mais palavras a complementar. Creio que realmente seja uma injustiça pensar que o Senador Tião Viana estivesse fazendo qualquer ato que desabonasse o seu papel de Vice-Presidente desta Casa. Acabo de falar com o Senador ao telefone, e S. Ex^a diz que o fez por total preservação do Regimento Interno do Senado Federal e em total obediência e observação à Constituição Federal do País. Ao instar o Supremo Tribunal Federal sobre um fato consumado dessa Comissão, a CPI dos Bingos, S. Ex^a o fez com total isenção e observação à legislação da Casa e à legislação federal. Portanto, quanto a isso, não resta dúvida alguma. Pretendo, ainda mais tarde, falar sobre o assunto. A respeito do Ministro Palocci, o que está sendo dito contra sua pessoa considero até desumano, porque os fatos trazidos até agora em nenhum momento S. Ex^a se furtou de vir aqui explicar. O que trouxe à baila este assunto do Ministro Palocci neste momento foi se ele teria participado ou não daquele tipo de festa. Foi isso que gerou atração, essa foi a novidade. Parece que se mostra isso como um troféu: “Temos agora um troféu para apresentar”. Digo dessa

forma porque, confirmando-se a inocência do Ministro – e acredito que ela vá se confirmar, porque acredito nele, em suas palavras –, com certeza o caminho de volta ninguém vai querer se interessar em fazer. Refiro-me a que S. Ex^a possa entrar triunfalmente nesses ambientes de que hoje está sendo alijado e ocupar os mesmos espaços da imprensa para pregar sua inocência. Todos os outros que foram injustamente atacados não encontraram esse caminho de volta; ficaram dentro de suas casas, acuados, como citei ainda há pouco o caso do Dr. Hummel e outros casos que ocorreram em outros momentos, em outros lugares. Conheço um fato também lá no Estado do Pará, de um colega que chegou a ser preso, arrancado de sua casa, de cima de sua cama, para mostrarem que estavam tendo serviço, e depois se confirmou que não havia absolutamente nada. Mesmo assim, para os vizinhos que assistiram àquilo, para os filhos dele que assistiram àquilo, ficou aquela imagem na cabeça. Isso não é tão simples assim. Eu gostaria que pudéssemos tratar do fato que tem de ser respondido: se o Ministro tinha ou não participação em questões ilícitas. Qualquer outro assunto que venha a se tornar importante é complicado, porque o caminho de volta é quase impossível. Portanto, Senadora Fátima Cleide, o Ministro Antonio Palocci pode ter absoluta certeza de que goza da nossa inteira e incontestada confiança. O Ministro assumiu aquele posto enfrentando críticas internas no Partido dos Trabalhadores – isso é verdade – sobre o receituário econômico que foi estabelecido, mas os resultados estão aqui agora. Todos estamos vendo os resultados. Acabo de ver aqui, na imprensa, que podemos chegar ao mês de junho com uma das mais baixas taxas de juros que o País já teve. Isso pode ocorrer ainda em junho. E, pelo que se dizia, espera-se que até dezembro possamos estar com a taxa de juros real abaixo de um dígito, e que isso foi o equilíbrio fiscal colocado. Quero reportar-me aqui a uma fala do nosso Senador Cristovam Buarque, que sempre gosto de reproduzir por onde ando agora quando vou falar um pouco sobre economia: o mais difícil para um Presidente da República, na história da República brasileira, é conciliar democracia, crescimento e equilíbrio fiscal – palavras do Senador Cristovam Buarque, pessoa que também muito admiro. Penso que, atualmente, essa mágica a que o Senador Cristovam Buarque se referiu naquele momento, na Bancada, acaba de acontecer. Entre mágica, milagre ou pura dedicação de trabalho, prefiro acreditar que foi pura dedicação de trabalho. Esse é o Ministro Palocci que conhecemos. Portanto, vamos até o fim na defesa incontestada de sua inocência. Com certeza, ele vai elucidar tudo isso. E queremos

de volta o caminho do restabelecimento da imagem do nosso grande companheiro Antonio Palocci, de Ribeirão Preto, São Paulo.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Sibá.

Quero dizer, Senador Heráclito, que me sinto atingida. Faço parte do Campo Majoritário do Partido dos Trabalhadores; não nego isso a ninguém. E a maioria do Partido também se sente atingida com as palavras ásperas, duras que são ditas aqui. Que houve erros todos nós concordamos – isso está escrito em nossos documentos –, mas foi o único Partido que sempre apurou e que teve a coragem de expulsar. Isso está em nossa história.

Tenho mais uma afirmação a fazer: eu assinaria o mandado, como fez o Senador Tião Viana. E faria isso para ser coerente com aquilo que falei na primeira reunião da CPI dos Bingos, quando chamei a atenção do Presidente, naquele momento, dizendo que eu ali estava para investigar a jogatina e que esperava que realmente fizéssemos isso. Infelizmente, até o presente momento, ainda não vi essa investigação, até porque há muita gente que não tem interesse nisso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Fátima Cleide, pelo apreço que lhe tenho...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Já ouvi o aparte de V. Ex^a. Preciso terminar porque há outros companheiros Senadores...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Apenas meio minuto. V. Ex^a falou muito bem. Sente-se atingida, porque é do campo majoritário, pela crítica da Oposição. Mas o que a atinge mais: as críticas que a Oposição faz ou um colega seu, do campo majoritário, ser flagrado numa operação de transporte ilegal de dólar para Fortaleza, dentro da cueca?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador Heráclito Fortes, tudo isso está sendo investigado. Aliás, nunca houve tanta investigação neste País.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O que atinge mais V. Ex^a?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Penso que todas as palavras duras que são endereçadas aqui a qualquer militante do Partido dos Trabalhadores dizem respeito a mim, e todas as vezes que me sentir indignada, eu assim responderei. Falei que assinaria, para ser coerente inclusive com a minha fala na Comissão.

Senador Sibá, como V. Ex^a, também acredito na inocência do Ministro Antonio Palocci. Penso que democracia e participação popular são coisas que incomodam. E democracia, autonomia de poderes, inclusive

para investigar, com tantas CPIs como estamos tendo agora, só vi na História do Brasil acontecer neste Governo. Quiçá daqui para frente seja melhor ainda.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a utilizou apenas trinta minutos. Salvaguardamos aqui o debate democrático, o debate qualificado, e queremos aqui manifestar o nosso apreço ao Senador Tião Viana. Sem dúvida nenhuma, faço-o primeiro como médico, pois ele tornou a ciência médica a mais humana das ciências e como médico é um grande benfeitor. Como Senador da República, ele é um dos mais virtuosos.

No Parlamento francês, quando se iniciou a democracia, Voltaire disse: “Daria até a vida pelo direito e a liberdade que cada um tem de dizer o que quiser, mas não abro mão de contestar”. Particularmente, as palavras que usei contra aquele que acho dos mais virtuosos Senadores foram comparando-o – **errare humanum est**, como disse Cícero no Parlamento romano – com Zico, para mim a figura mais simpática, mais cordial, que muito me encantou no futebol. Eu estudava no Rio de Janeiro quando Zico perdeu um pênalti. O erro do Senador Tião Viana seria o pênalti que perdeu na vida desse extraordinário homem virtuoso, nosso companheiro, de que todos nos orgulhamos.

E agora foi buscar lá no art. 17, do Regimento Interno, meu companheiro e de Cristovam Buarque, o Senador Arthur Virgílio, que encontrou uma “escada” e trouxe um documento para usar a palavra...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aguardo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, mas V. Ex^a está com um documento e...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho que dar uma entrevista. Quero apenas encaminhar, para que faça parte dos Anais da Casa, o artigo de hoje do ex-Ministro José Dirceu. Tenho feito isso sempre. O título é: “Acabou em pizza?”. É impagável porque S. Ex^a agora virou árbitro, depois de ter sido cassado como chefe do “mensalão”, da questão ética no País. Faço questão de fazer incluir cada artigo desse, em homenagem ao bom humor, nos Anais da Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

ARTUR JACILIN

Acabou em pizza?

JOSÉ DIRCEU

EX-CHEFE DA CASA CIVIL

A cena é patética. Sem Serra, a cúpula tucana comemorou, mas não parecia a escolha do seu candidato à Presidência da República. Sem discussão programática, sem debates democráticos, consultas ou prévias, o quase ex-governador de São Paulo foi ungido, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o AntiLula.

A escolha de Alckmin é a vitória dos liberais de direita no ninho tucano, com total apoio e cobertura da cúpula pefelista, uma derrota fragorosa para a chamada social democracia tucana. Assim ela foi recebida pelo chamado mercado, e são os serristas que estão espalhando essa pequena verdade, que só não vê quem não quer.

Ficou decidido que tudo continuará como antes, ou seja, continua a hegemonia liberal paulista-fernandista no PSDB, o resto é discurso de campanha. O programa, que já tem seus contornos definidos, dará continuidade aos oito anos de FHC.

De acordo com matéria publicada, no dia 15, no site Carta Maior, uma das principais idéias que orienta o grupo de especialistas, que se vem reunindo com Alckmin para discutir seu programa de governo, é o "choque de gestão" com o objetivo de pôr em prática os princípios da eficiência

e do combate ao desperdício do Estado. Diz a matéria: "Reforma trabalhista radical, com corte de encargos e direitos; privatização de todos os bancos estaduais; fusão dos ministérios da Agricultura e da Reforma Agrária; adoção da política de déficit nominal zero; menor peso ao Mercosul e retomada das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca)". Essas são algumas das idéias defendidas no esboço de um eventual programa de governo.

Não adianta o candidato falar em projeto nacional ou em banho de ética, pois o discurso não bate com a prática e com a realidade histórica. O país não se esqueceu dos oito anos de FHC, época em que falar em desenvolvimento, política industrial e tecnológica, em Estado e planejamento era

uma heresia. Projeto nacional era palavrão de dinossauros da esquerda burra, ou o candidato já se esqueceu?

Causa espanto à sociedade ouvir, agora, da boca de um grão-tucano, ungido candidato, que "dará um banho de ética no Brasil". Se, de fato, se preocupa com a ética, seria mais eficiente e mais prático começar pelas atuais CP-MIs e investigar as denúncias que atingem a oposição e envolvem o senador Antero de Barros, Furnas, o ex-governador Eduardo Azeredo, os fundos de pensão no governo FHC. Ou, ainda, permitir a instalação das CPIs que

estão nas gavetas das Assembleias Legislativas de MG, PA, BA e São Paulo. Ou a ética, defendida pelos tucanos, só vale para o governo e a situação?

A desenvoltura tucana, ao falar em ética, só é superada pelo cinismo golpista pefelista que transformou a CPI dos Bingos em instrumento de um complô para derrubar o governo Lula. Aí vale tudo, investigam qualquer notícia ou denúncia, sobre o PT e o governo, não importa que o ato seja ilegal e inconstitucional. Essa farsa só tem tido continuidade porque conta com a cobertura e a cumplicidade, quando não, com o apoio, de certa mídia, a verdadeira tropa de choque das CP-MIs, que perdeu a compostura e a

vergonha, como nos idos de 61 e 64, e toma partido abertamente, abandonando um dos princípios do bom jornalismo, como o é a apuração isenta dos fatos.

No final da semana passada, assistimos a cenas explícitas de partidização, falta de imparcialidade no trato da notícia e editorialização do noticiário, começando pelas matérias articuladas com o firme objetivo de atingir o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, tendo, como alvo final, o presidente.

A verdade nua e crua é que Geraldo Alckmin e o PSDB não têm autoridade moral para falar em ética. Nada expressa melhor essa verdade do que a declaração do líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Jutahy Magalhães Jr, para justificar o voto tucano pela absolvição do deputado Roberto

Brant: "Caixa dois é crime eleitoral punível com multa pela Justiça, não com perda de mandato".

A questão que se coloca para o PT e para o governo Lula é responder à movimentação golpista pefelista, lançando

um amplo movimento de mobilização da sociedade em apoio a um segundo mandato de Lula, com um programa de desenvolvimento nacional, baseado nas conquistas de seu primeiro mandato.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

V. Ex^a vai usar da palavra depois como inscrito ou como Líder?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Aguardamos.

Então, continuando a lista dos oradores inscritos, ansiosamente anunciamos e aguardamos a palavra do Senador Gilvam Borges, do PMDB do Estado do Amapá.

Está no Livro de Deus: “Pedi e dar-se-vos-á”. Então eu pediria que todos fossem sintéticos, para que todos usássemos da palavra no tempo previsto para o término da sessão, às 13 horas e 30 minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, descendentes remotos das antigas populações asiáticas, que há milênios migraram para o continente americano, os povos indígenas brasileiros constituem sua história a partir dos caçadores da América do Norte, que alçaram o Sul pelo istmo do Panamá. Há cerca de 11 mil anos, esses caçadores primitivos já ocupavam de largas extensões do subcontinente sul-americano.

Foi só a partir do final do século XV, dentro da empresa colonial que espanhóis e portugueses realizaram nessa porção da América, que os indígenas começaram a sofrer na pele a bárbara escalada de exploradores toscos e inclementes. No que acabou se configurando como América hispânica, por contraposição à lusitana, de vocação inicial atlântica, os povos indígenas viram a destruição de sua cultura, a desonra de seus deuses e a profanação de seus templos, a ocupação de seus territórios e o virulento ataque pessoal e coletivo, que não poupava ninguém, nem mesmo mulheres, crianças ou velhos. Por seu turno, ainda que pacientes de violência em doses elevadas, os indígenas que originalmente habitavam nossas terras padeceram um pouco menos do que seus semelhantes, contabilizando, contudo, incontáveis perdas culturais, materiais e humanas, como logo se verá.

Nós do Amapá somos descendentes da tribo Tucuju, contatados por Vicente Pinzón em 1513, no século XIV. Índios valentes e guerreiros, cujo nome, Tucuju, deriva de tucumã, uma deliciosa fruta da Amazônia.

O contato com a civilização terminou por dizimar a tribo Tucuju em 1758.

Nos cinco séculos que se interpõem entre a chegada dos portugueses e os dias de hoje, os indígenas brasileiros sofreram toda a sorte de perseguições e

perturbações, que marcaram e afetaram diretamente seu meio ambiente, seus costumes e sua cultura. Não faltaram sequer reiteradas tentativas de escravização, no largo período em que essa odiosa prática vigorou entre nós. Dizimados, reduzidos por germes e armas, confinados a espaços demarcados restritivos de sua mobilidade, os indígenas brasileiros transformaram-se, no fim das contas, em heróicos sobreviventes da ferocidade que lhes foi destinada pelo homem português, o europeu, dito civilizado.

No censo populacional mais recente, nosso País registra a existência de 345 mil índios, membros de 215 sociedades indígenas, que responderiam por aproximadamente 0,2% da população nacional. O número refere-se tão-somente àqueles indígenas que vivem em aldeias, estimando-se que, além desses, existam entre 100 mil e 190 mil situados fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. Por outro lado, indícios apontam para a existência de mais de 50 grupos que ainda não foram contatados. Agreguem-se, também, alguns grupos que no momento demandam o reconhecimento de sua condição indígena à Funai – Fundação Nacional do Índio.

Se quisermos, Sr^{as} e Srs. Senadores, obter uma noção mais clara do perverso processo enfrentado pelos povos indígenas brasileiros nos últimos 500 anos, basta uma breve comparação, em termos quantitativos. Em 1500, a população nativa do território brasileiro era estimada entre 1 milhão e 10 milhões de habitantes, um arco reconhecidamente amplo e impreciso. Ainda assim, mesmo utilizando números ultraconservadores, no caso tomando como base 1 milhão de indígenas, veremos que, nesses cinco séculos, os índios brasileiros foram reduzidos em cerca de dois terços.

Mesmo durante o último século, a partir da criação do Serviço de Proteção ao Índio, em 1910, substituído há pouco menos de 40 anos pela Funai, as populações indígenas continuam enfrentando seriíssimos dilemas. Cotidianamente, vêem-se envolvidas com garimpeiros, madeireiros e toda sorte de modernos exploradores de suas riquezas; estão também expostas a recorrentes problemas de saúde que, não raro, redundam em óbitos. Ocorre que as estruturas oficiais existentes se têm mostrado insuficientes e reclamam urgente adequação às várias necessidades de nossos índios, com a prevalência de um modelo ágil e flexível, que atenda completa e rapidamente os reclamos detectados, em termos de saúde, educação ou preservação cultural.

De qualquer forma, independentemente de inadequação e das carências estruturais, é preciso ressaltar o extraordinário trabalho que homens e mulheres abnegados na condição de sertanista e de indigenistas

realizaram e realizam em favor das populações indígenas brasileiras. Do extraordinário Marechal Rondon, no alvorecer do século XX, a Sidney Possuelo, reconhecido internacionalmente como um de nossos mais competentes profissionais dedicados às causas indígenas na atualidade.

Estabelecemos, nesse marco, uma tradição em que se destacam igualmente nomes como o nosso colega de Senado, já falecido, Darcy Ribeiro. Nosso querido muitas vezes esteve no debate nesta augusta Casa, em sua vida fértil prestou serviços inestimáveis aos índios brasileiros, bem como os irmãos Villas Boas, Roberto da Matta, Manuel Carneiro da Cunha, Alcida Rita Ramos e Júlia Melatti. São apenas algumas figuras, entre tantas outras, que dedicaram parcelas consideráveis de suas vidas às questões indígenas, na Academia ou na aldeia, junto ao Poder Público ou em fóruns nacionais ou internacionais.

No Amapá, a Funai, a Funasa e o Governo Estadual cuidam dos Galibis do Oipoque, dos Galibis Marworno, das aldeias Karipunas, Palikur, Tiriýós, Waiãpi, Waiana e Apalais e de todos os índios do nosso Estado.

O Brasil e os brasileiros, Sr. Presidente, precisam conhecer e reconhecer aqueles que lutam cotidianamente pela preservação de nossos indígenas. Logo, é preciso também destacar que operando anonimamente, na rotina de um labor muitas vezes adverso e penoso, estão algumas centenas de funcionários públicos respeitáveis. São os servidores da Funai, nossa Fundação Nacional do Índio, repositório natural de técnicos especializados de alto nível que oferecem sua reiterada contribuição profissional. Esses servidores reclamam e merecem melhores condições de trabalho; reclamam e merecem uma remuneração à altura da contribuição que prestam ao Brasil.

Por outro lado, é imprescindível atrair novos quadros funcionais, renovando e repondo o atual. Para tanto, a carreira deve tornar-se verdadeiramente atraente e competitiva em relação aos demais postos oferecidos no serviço público federal.

Exatamente por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, valho-me desta intervenção para pedir enfaticamente ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, a quem está subordinada a Funai, que dêem vida e consequência ao Plano de Carreira Indigenista, ora em discussão no âmbito do Governo. Trata-se de um projeto que reúne os pressupostos mínimos e indispensáveis para a melhoria segura das condições funcionais e operacionais da Fundação Nacional do Índio, e exatamente por isso deve receber apoio e aprovação.

Desde 1990, como Deputado Federal, já defendia no Congresso Nacional as causas indígenas, especialmente as demarcações das reservas em todo o País.

Naquela época, apenas os Galibis do Oiapoque tinham suas terras demarcadas. Nossa luta foi produtiva, e hoje os índios do Amapá têm o privilégio de possuírem todas as suas reservas demarcadas, fruto também do esforço de suas lideranças, de lideranças religiosas, de organizações que se associam à grande luta em defesa dos povos indígenas. Aí, a conquista veio depois de longos anos. Muito me honra também estar incluído nessa luta, pois meus amigos das comunidades indígenas de Uaçá, Juminã, Santa Izabel, Kumarumã, Espírito Santo, Estrela, Flexa e Ariramba, entre tantas outras comunidades que se estendem do Amapari ao Oiapoque e Serra do Tumucumaque, precisam da adequada assistência e proteção do Poder Público, especialmente por meio da Funai.

Disponho de informações confiáveis de que o Plano de Carreira Indigenista, atualmente estacionado na Coordenação-Geral de Carreiras do Ministério do Planejamento, conta com a simpatia do Palácio do Planalto, mas sofre forte resistência do órgão de planejamento. Ora, Presidente Lula e Ministro Thomaz Bastos, chega a ser natural, porque historicamente recorrente, a oposição do Planejamento a qualquer benefício às carreiras públicas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Aliás, esse é o motivo pelo qual, nas últimas décadas, o serviço público federal, em inúmeros e críticos setores, tem sido privado dos melhores talentos, das melhores cabeças. Portanto, apelo à sensibilidade e ao peso político de Sua Excelência o Presidente da República para que sejam superadas rapidamente as resistências, com a consequente aprovação e implantação do Plano de Carreira Indigenista.

Assim, certamente, o Governo vai injetar nova motivação nos valorosos quadros funcionais da Funai – destinatários de nosso respeito e reconhecimento pelo trabalho extraordinário que desenvolvem –, além de conseguir atrair novos e jovens valores para a continuada luta em benefício dos povos indígenas brasileiros.

Sr. Presidente Senador Mão Santa e Exm^{os} Srs. Senadores, esse é um resgate que precisa ser feito. Tenho certeza da sensibilidade do Presidente Lula no compromisso com essas minorias massacradas por

séculos e no compromisso da resposta à comunidade internacional. Há necessidade de uma determinação enfática ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para que seja restaurada a Fundação Nacional do Índio, pois sem ela não há políticas públicas. Trata-se de uma população abandonada. A Funai está à beira da falência, seus quadros estão praticamente no final. É preciso realizar concursos, é preciso estimular, é preciso reorganizar.

É o apelo que faço ao Presidente da República e a todas as autoridades: que se restabeleça a força da Funai a fim de que a assistência e as políticas públicas federais atendam a grande demanda das populações indígenas em todo o território nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Gilvam Borges, presidindo esta sessão, cumprimento-o pelo tema de proteção aos índios. Cito o exemplo do nosso Piauí, onde chegou um português, Domingos Jorge Velho, e dizimou todos os índios. Não tivemos um defensor como V. Ex^a para preservá-los. V. Ex^a foi buscar inspiração em um dos melhores senadores, educador, depois, que teve a vivência cultural na etnia dos índios, Darcy Ribeiro. E considero como o melhor livro dele o que trata da verdadeira formação do povo brasileiro. Portanto, eu cumprimento V. Ex^a. E é com tristeza que nós, piauienses, recordamos que foram todos dizimados pelo português Domingos Jorge Velho, no passado. Imagino que sou descendente dos índios Tremembés, que nos dão grande saudade.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convido para fazer uso da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Estado do Acre.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, na próxima semana, o PMDB faz 40 anos. Quero crer que o Partido, que é abençoado por Deus, pois é para defender o povo de Deus, deu o maior presente para o fortalecimento da nossa História, quando V. Ex^a optou em se inscrever no PMDB. Conheço os novos filiados, e nenhum lhe excede em honradez e honestidade, o que, com certeza, garante a grandeza do Partido.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, como de costume, V. Ex^a nos brinda com sua generosidade. V. Ex^a é um dos Senadores de reconhecida estima em todo o País, não apenas em seu Estado, Piauí. Já dei meu depoimento acerca disso: ando em meu Estado e um dos companheiros por quem a população mais pergunta é V. Ex^a: “E o Mão Santa?” Respondo: “Está lá, na lida

diária, tentando defender o seu Estado, os interesses do País”. Portanto, também é nosso dever – dever agradável – sempre aqui agradecer a sua gentileza, a sua cordialidade, a sua generosidade. Seu coração é bem maior do que seu corpo físico, tenho certeza disso. Parabênz o povo do Piauí pelo grande Senador que tem a representá-lo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de ontem para hoje, o assunto em pauta é o fato ocorrido na CPI dos Bingos: o depoimento de um modesto rapaz de 24 anos, um caseiro, que trouxe fatos que repercutem no âmbito do Governo, no seio da população brasileira. De ontem para hoje, por várias horas, ilustres Senadores refletiram, analisaram o fato. Não seria o meu pronunciamento que acrescentaria absolutamente nada ao que já foi dito aqui. Quero apenas revelar a minha tristeza pelo fato ocorrido.

O que tenho a dizer, sinteticamente, é que acomodo esse fato junto a tantos outros produzidos no âmbito deste Governo, desta gestão, após percorrer um caminho de extrema alegria e imensa satisfação por participar de uma campanha vitoriosa do Presidente Lula, para quem, aliás, pedi votos desde a primeira campanha. Aliás, Senador Mão Santa, quando o Presidente era candidato a Deputado Federal constituinte, eu, mesmo não sendo paulista, onde estava, tentava identificar um paulista que pudesse sugerir a seus conterrâneos que votassem no candidato Lula, porque acreditava que ele, eleito Deputado, naquela ocasião, seria algo muito interessante, um legítimo representante do movimento sindical, um homem de luta, respeitado no País. Sempre pensei que a sua presença no Parlamento seria no sentido de dignificá-lo ainda mais. Portanto, sou eleitor do Presidente Lula. Sempre fui, não sou mais, daqueles que costumamos dizer “de carteirinha”.

O fato ocorrido ontem, como eu dizia, é mais um que coleciono no rol daqueles que me levaram da extrema alegria, do prazer imenso de participar daquela campanha, a uma escalada, primeiro, de susto, em seguida, de decepção, mais ainda, de tristeza, de absoluta amargura pelo que vem acontecendo no País. Creio que este Governo não errou apenas politicamente. A nossa grande decepção se prende também ao fato de que, a par dos equívocos, dos erros políticos cometidos, encontram-se erros e equívocos cometidos também no plano administrativo.

Antes de me referir a esse fato, gostaria, com ousadia, inclusive, de tentar corrigir o Senador Heráclito Fortes, que aparteu a nossa querida companheira e amiga Fátima Cleide, que falou há poucos instantes. A Senadora é uma pessoa que merece o nosso respeito

e a nossa admiração por ser uma militante que honra cada um dos votos que recebeu do povo de Rondônia, e aqui está também para dignificar o mandato que recebeu. O Senador Heráclito Fortes, apartando a Senadora Fátima Cleide, referiu-se ao fato de que o PT tinha facções. Como eu disse, com ousadia, tento corrigir o Senador Heráclito, porque acho que o PT nunca teve facções; o PT sempre teve tendências políticas. E, enquanto assim se manteve, percorreu uma trajetória de sucessos, a ponto de conquistar a Presidência da República.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Queria de antemão pedir permissão a V. Ex^a e até perdão ao sério militante do PT, porque facção é no crime organizado; realmente, no PT há tendências.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Era exatamente a isso que eu ia me referir, Senador. Aqui não faltará de minha parte, como não falta da parte de todos os Senadores que aqui se manifestam, a consideração e o respeito pela enorme maioria de militantes do PT neste País e por seus representantes. Aqui no Senado alguns Parlamentares me emocionam, Senador Mão Santa, para não dizer todos os colegas, Senadores e Senadoras do PT que nos acompanham.

Eu digo que o PT começou a operar em equívoco, Senador Heráclito Fortes, quando permitiu que em seu seio se instalasse uma verdadeira facção. Aí sim, concordo com V. Ex^a. Mas, até então, eu como o País não tinha conhecimento da existência de facções no PT. Havia, sim, tendências, legítimas, que disputavam o comando do partido, como é natural. Eu não tenho registro – e este País também não o tem – de facções no Partido dos Trabalhadores; surgiu recentemente uma facção no seio do PT, que empanou o Partido, que – tenho certeza absoluta – envergonha a maioria dos seus militantes e causa profundo constrangimento e consternação a todos nós e a todo o País. E foi exatamente essa facção, Senador Heráclito Fortes, que levou o Partido dos Trabalhadores, que é o sustentáculo do atual Governo Federal e de algumas outras administrações, a errar e a se desviar de seus compromissos e de seus propósitos originais.

Como eu estava dizendo, o PT não operou em erro só politicamente. Creio que, até por conta dos erros políticos, o PT enveredou pela imprecisão, pela incorreção, pelo cometimento de erros administrativos. Sou a testemunha viva, Senador Arthur Virgílio, do cometimento de tais erros. Até fevereiro de 2005, eu fazia parte da base de sustentação do Governo do Presidente Lula, como é sabido, como é do conhecimento desta Casa. Veja, Senador Mão Santa, como

esse erro ocorreu com relação à atuação do mandato do Senador Geraldo Mesquita, por exemplo. Até então, Senador Arthur Virgílio, das emendas pessoais que tive o privilégio de indicar no Orçamento-Geral da União no exercício de 2004, obtive um percentual de liberação de cerca de 58%. A partir do exercício de 2005, quando eu já não fazia parte da base de sustentação deste Governo, esse percentual caiu para 19%.

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Esse é um critério absolutamente equivocado, política e administrativamente errado, porque o Governo mirou no meu peito para me atingir, mas atingiu populações inteiras do meu Estado, que foram privadas, Senador Mão Santa, de recursos essenciais para investimentos em atividades extremamente necessárias em municípios longínquos do Estado do Acre.

Senador Mão Santa, desde que assumi este mandato, a minha rotina é severa. Passo o ano todo andando pelo meu Estado, conversando com as comunidades, com as prefeituras, com as instituições, para me valer do critério mais rigoroso na indicação e na alocação de recursos relativos às minhas emendas pessoais. Faço isso com absoluto critério, discutindo com as comunidades, andando, principalmente no meio rural, porque creio que, hoje, o grande desafio do nosso Estado é resgatar a sua auto-suficiência na produção de alimentos. Eu destino, prioritariamente, as indicações das minhas emendas ao meio rural do meu Estado, seja para que atividade for, principalmente a produtiva. Portanto, digo que é um equívoco, associado ao erro político cometido por esse Governo. Esta aí um erro administrativo da maior gravidade.

Estou aqui fazendo um apelo ao Governo Federal para que não prejudique a população do Estado do Acre porque o Senador Geraldo Mesquita saiu da base de sustentação do Governo. Como eu disse: miram no meu coração e acertam o estômago do povo acreano. O tiro sai pela culatra, Senador Mão Santa.

Fico mais impressionado, Senador Arthur Virgílio, porque eu não distingo, eu não discrimino. Devo dizer a V. Ex^a que a grande maioria dos recursos que eu aloco do Orçamento são para prefeituras dirigidas pelo próprio Partido dos Trabalhadores, e, por incrível que pareça, mesmo assim os recursos não são liberados. Quero crer que isso ocorre de forma perversa, para mostrar à população do Estado que o Senador Geraldo Mesquita não tem prestígio, que o Senador Geraldo Mesquita não consegue liberar as emendas.

Fico triste com encaminhamento como esse dado a um assunto tão importante. Senador Arthur Virgílio,

creia que pequenos valores, R\$200 mil, R\$300 mil, R\$400 mil para populações e comunidades paupérrimas do meu Estado fazem uma diferença enorme; acrescentam um pouquinho de qualidade à vida de pessoas que vivem ali na amargura, na miséria, na pobreza, e poderiam significar muita coisa.

Então, trago aqui este registro como prova de um equívoco terrível cometido por esse Governo, que, ao tentar punir um Senador que se desligou da base de sustentação, pune, na verdade, comunidades inteiras de um Estado que não tem nada a ver com a nossa disputa política, com a nossa pendenga, com a peleja que travamos aqui.

Ouç o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Geraldo Mesquita, quero me solidarizar com V. Ex^a. Em primeiro lugar, esse Governo é incapaz de – o que é mínimo – cumprir o Orçamento. Não consegue aplicar sequer os recursos disponibilizados no Orçamento da União. De um lado – essa é a verdade –, é por incompetência mesmo, é por incapacidade de gerenciamento; de outro lado, fica a impressão de discriminação, de perseguição política, porque, a exemplo de V. Ex^a, eu também e certamente outros Senadores da Oposição estamos sendo, de forma absoluta, ignorados quando se trata de liberação de recursos das emendas orçamentárias. E não há nenhum critério de prioridade. Não importa o projeto, não importa a ação social escolhida para a aplicação dos recursos públicos, não importa a causa. O que importa para o Governo, lamentavelmente, é o seu projeto de poder. Daí essa arquitetura do “mensalão”, do “valerioduto”, etc. O Orçamento é uma peça de ficção. Não há respeito pelo Orçamento. Não há respeito pelo Parlamentar, pelo Congresso, pelas instituições. Não há respeito pela população do País, na verdade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Esta Casa deliberou recentemente pela alteração nas regras que dizem respeito à tramitação de medidas provisórias no Congresso Nacional. Eu creio que é chegada a hora de encararmos também, com a maior seriedade, projeto se não me engano de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e de outros Senadores, que torna impositiva a execução do Orçamento, da forma como ele é aprovado pelo Congresso Nacional.

Uma das muitas demonstrações do desprestígio do Congresso Nacional é que ele aprova um Orçamento e não tem qualquer controle sobre a sua execução, pois o Orçamento é contingenciado sem critério e sem

lógica, em total e completo desrespeito ao Parlamento que o aprovou.

Creio que é chegada a hora de grandes Líderes nesta Casa, como o Senador Arthur Virgílio, comandarem um movimento decisivo no sentido de que aprove-mos ou o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães ou projeto de igual importância que tramite nesta Casa, tornando o Orçamento Federal impositivo, porque, do contrário, nós vamos permanecer nessa insegurança e instabilidade, que não fazem bem ao País.

Senador Arthur Virgílio, por gentileza, ouço V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Geraldo Mesquita, aborda V. Ex^a agora, com muita per-cuciência, a questão orçamentária, e eu lhe dou muito rapidamente a minha opinião. O Senador Antonio Carlos prega algo com que eu concordo, o Orçamento impositivo, e, como é uma mudança brusca, eu gostaria de ver a facilitação disso pela via de uma transição. Seria, por exemplo, marcarmos as datas para que, paulatina-mente, em poucos anos, marchássemos para tornar completamente impositivo o Orçamento. Mas, de iní-cio, impositivo seria aquele que o Congresso decidisse para o Congresso. Ou seja, as emendas parlamentares representam 3%, 4%, algo assim, do Orçamento total. Nessas não haveria como o Governo mexer, porque isso prejudicaria as localidades beneficiadas, poderia abrir espaço para a barganha política, poderia abrir espaço, como abre espaço, para a perseguição política. Por outro lado, eu vou mais além. Entendo que tem razão o Senador Sérgio Guerra quando prega o fim da Comissão de Orçamento; as matérias, tudo aquilo iria para as comissões temáticas da Câmara e do Se-nado – por exemplo, Saúde passaria pela Comissão de Assuntos Sociais da Câmara e do Senado. E tudo desaguaria, depois, numa Comissão de Sistematiza-ção, como se deu na Constituinte, e nós teríamos muito mais agilidade, porque estamos terminando março, e o Governo não consegue votar o Orçamento, voltan-do a uma prática meio *cucaracha* que o Brasil já tinha vencido. E quero aproveitar o discurso de V. Ex^a, figura estimada e querida por todos nós, que fala aqui como legítimo representante do povo acreano, para dizer que, como representante do povo do Amazonas, eu dei um aviso – e o Senador Heráclito Fortes fez a mesma coisa pelo Piauí – em dezembro de 2005. Não havia quórum numa sessão do Congresso, e me pediram: “Ah! por favor, não peça verificação de quorum, porque senão vai prejudicar o funcionamento da máquina pública. Há muitos créditos sendo votados”. Eu digo: Muito bem, eu vou concordar, mas, quando chegar o dia da votação do Orçamento em plenário, se não tiverem devolvido

os R\$ 110 milhões que tungaram do gasoduto Coari-Manaus, numa obra que custa setecentos e tantos milhões de reais, compromisso do Presidente Lula, se não devolverem os R\$110 milhões – eram cento e quarenta e poucos milhões, deixaram R\$31 milhões e retiraram R\$110 milhões, eu queria ver o que havia no Orçamento para o gasoduto, naquele instante, para 2007, e queria que repusessem os R\$ 110 milhões –, eu digo: eu vou, muito constrangidamente, cumprir a minha palavra. Vou chegar aqui e pedir verificação de quórum. Se tiverem número, votem. Se não tiverem, podem dizer o que quiserem, reclamar, espernear do jeito que acharem melhor, mas eu vou cumprir o meu dever de Parlamentar do Amazonas. Afinal de contas, não dá para o Presidente Lula ficar nos *outdoors*, propagandeando que é a favor do gasoduto e, na prática, tirar o dinheiro do gasoduto Coari-Manaus, que ele disse que concluiria no Governo dele. Pois bem, o Governo dele está acabando, e nada de gasoduto. Portanto, aproveito...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ... aproveito o seu discurso para dizer que já conversei com o Senador Fernando Bezerra, figura muito cordial que está lutando para resolver esse impasse. Já procurei – e não obtive resposta – o Relator da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Deputado Carlito Merss, estou aguardando que ele me devolva a ligação que lhe fiz, e já conversei sobre isso com o meu colega de Bancada do Amazonas e meu amigo, Senador Gilberto Mestrinho, que, aliás, está preocupado com o tema também. Eu só não quero é que digam depois que vim aqui para fazer política, ou porque era eleição, ou porque o Lula estava assim, ou estava assado na pesquisa. Vou agir como representante do Amazonas nesta data e vou pedir verificação de quórum, sim. Se não tiver Senador e Deputado bastante aqui, a sessão vai parar. Estou avisando com lealdade, de maneira frontal, para ninguém ter ilusão a meu respeito, porque estou aqui para cumprir os meus deveres, e um dos meus deveres – aliás, o primeiro deles – é representar o Amazonas condignamente. Muito obrigado a V. Ex^a e parabéns pelo discurso corajoso que profere.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu é que lhe agradeço, Senador Arthur Virgílio.

Encerrarei, Sr. Presidente. Como terça-feira e quarta-feira são sempre dias em que temos uma disputa renhida aqui para usar a tribuna – já vislumbro aqui até a possibilidade de não consegui-lo –, antecipo as

minhas congratulações ao povo de Xapuri, Município que já foi o centro social e econômico do meu Estado. Tudo passou por ali: a economia acreana, a sociedade acreana. Rio Branco, para V. Ex^{as} terem uma idéia, no início do século passado era, pode-se dizer até, um pequeno apêndice do que representava Xapuri, com a sua pujança de produção de borracha, uma economia viva e pulsante.

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Xapuri completa, na quarta-feira, 101 anos de existência. Quero desta tribuna, desde já, felicitar o bravo e heróico povo de Xapuri por este fato relevante: são 101 anos de existência do Município que começou com o fausto da produção de borracha e que, com o declínio daquele ciclo, veio num caminho de volta, mingando sua economia, mas hoje tenta recuperar a capacidade produtiva e a grandeza que teve outrora.

Por isso, parabeno o povo de Xapuri, que brindo com uma pequena publicação que tive o interesse de tornar pública, pela gráfica do Senado, no contexto da Enciclopédia dos Municípios Acreanos.

Senador Mão Santa, faço questão de entregar um exemplar a V. Ex^a como referência a esta sessão na qual fiz menção ao aniversário daquele grande Município.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao orador inscrito Senador Heráclito Fortes, do PFL do Estado do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cada dia me convenço mais do acerto, meu caro Dr. Carreiro, da instalação da TV Senado nesta Casa. É impressionante a repercussão da discussão que travamos ontem aqui, no final da tarde, sobre a crise política que começa a se abater sobre o País. Eu digo começa porque há alguma coisa no ar que cheira a uma caminhada de desatinos regamente orquestrados, tendo como comandante os dirigentes do Palácio do Planalto.

Senador Alvaro Dias, a sociedade, perplexa – eu dizia na semana passada e tive a concordância do Senador Cristovam Buarque –, vive um momento entre anestesia e amnésia. O Governo com mais força do que a Oposição para impor as suas posições na mídia, incorporador e portador de um cinismo sem par, estranha o porquê da CPI dos Bingos. Mas, para que a população brasileira entenda o que acontece hoje

no Congresso Nacional, Senador Cristovam Buarque, é preciso que retornemos ao começo de tudo.

Por que esta crise de hoje? E por que a CPI dos Bingos? Porque um funcionário graduado do Planalto, que era o porta-voz dos interesses do Governo junto à Câmara dos Deputados, Sr. Waldomiro Diniz, foi flagrado, corrompendo ou sendo corrompido pelo empresário cuja atividade maior era o jogo do bicho. E, para não ofender o Governo, àquela época, e esta posição tem sido moderada e responsável, ao invés, de propor a CPI do Jogo do Bicho, propôs a CPI dos Bingos, para que se pudesse apurar os fatos ali apresentados; fatos concretos e não boatos. O bicheiro foi pego, com um funcionário do Governo, em uma dependência do Aeroporto de Brasília, transportando valores, para suborno, em período eleitoral. Foi afastado do cargo.

Por que a CPI dos Correios? Um funcionário dos Correios, a serviço do Governo, foi flagrado, recebendo de um empresário, R\$3 mil, o Sr. Maurício, cujo sobrenome já não me lembro mais. Instalou-se a CPI dos Correios exatamente por isso. Depois, ficou provado que R\$3 mil era apenas um pequeno troco, diante do volume de recursos envolvidos. Aí já não mais somente nos Correios, mas em toda a máquina pública, já totalmente carcomida e contaminada pela prática desbragada da corrupção.

Por que a CPI do Mensalão? Porque o presidente de um partido denunciou essa prática, Senador Arthur Virgílio, a prática habitual e contínua do mensalão, para resolver votações e prestigiar políticos da base do Governo. Criou-se, então, a já abortada CPI do Mensalão. Mas vamos admitir que tudo isso tenha sido inconseqüência da Oposição. É possível; existem radicalismos e luta. Então, por que aconteceram fatos que mostram exatamente o contrário? Por que é que, por conta do mensalão, o presidente do PL teve de renunciar? Por que é que, por conta do mensalão, o presidente do próprio PT, numa situação constrangedora – e até ressalvo: pessoalmente é um homem de bem, mas envolveu-se familiarmente no episódio –, também teve de renunciar? Por que é que o presidente do PTB foi cassado? Por que é que o presidente do PP foi cassado esta semana? Tudo isso envolvendo os partidos da base do Governo e uma verdadeira estrutura paralela de arrecadação de fundos.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a sabe muito bem que o que gerou essa crise toda não foi o caixa dois de campanha. Vamos reconhecer, para não sermos hipócritas, que o caixa dois existe aqui e também na Inglaterra, onde a imprensa acusa Tony Blair de seu uso. Vários são os fatores que, eventualmente, podem levar alguém à prática do caixa dois. Mas o que

levou o Governo ao mar de lama em que se encontra foi uma arrecadação paralela pós-eleição e o Partido, para livrar-se dele, pegou próceres da sua militância para sair pelo Brasil afora chantageando empresários brasileiros.

Senador Arthur Virgílio, esse episódio é muito parecido com o do Governo Collor, quando os empresários, com medo da eleição do Lula, procuraram o alagoano para ajudar-lhe na campanha. Acharam que haviam cumprido o seu papel. Acabou a eleição, um cavaleiro solitário, o Sr. PC Farias, voltou a pedir ajudas aos empresários brasileiros, os quais, desesperados, começaram a protestar. Naquele episódio, Senador Cristovam Buarque, era apenas um, nesse caso, homem da iniciativa privada, sem nenhum vínculo direto com o Governo. Neste caso agora, os funcionários, os envolvidos são, em sua maioria, pessoas com vínculo direto com o Governo e com o Presidente da República, pessoas da sua intimidade, pessoas da sua ligação, pessoas que conviveram com ele nessa caminhada do PT, onde, em praça pública, se pregava aquele discurso, do qual, confesso, Senador Sibá, eu tinha muita inveja, porque era o monopólio da seriedade, da virtude e dos bons propósitos! Como era bonito ver o PT, na praça pública, dizer que tudo estava acabado e que era a única salvação! Como era bonito ver o PT esconjurar o acordo que o Governo passado queria fazer com a Alca, criando um mercado comum nas Américas! Como era bonito ver o PT, na praça pública, combater as ações do FMI e dizer que o Brasil não crescia porque o FMI não deixava! Como fazia inveja ver o Partido dos Trabalhadores, na praça pública, dizer que, em seu palanque, não subia ladrão! Hoje, um homem sério, como V. Ex^a, ao subir no palanque, deve olhar para o lado e dizer aqui quem não é ladrão. Como o tempo mudou, Senador!

Ouçó o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, o PT é de fato um Partido paradoxal, à revelia de certos setores mais obscuros, mais atrasados da sua militância. Mas, se, ao chegar ao governo, adotou um discurso mais econômico, mais moderno, mais consentâneo com o mundo que nos rodeia, é verdade que, no campo ético, deu para trás. Quando procurava se afirmar pelo campo ético, dizia os maiores disparates em matéria de economia. Quando evolui no terreno do debate econômico, regride de maneira dolorosa no campo ético, ou seja, é paradoxal mesmo e algo que talvez nem Freud explique.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, tivemos a honra de, juntos, trabalhar no governo passado. E vimos alguns dos membros

daquele governo ser massacrado, humilhado, pelo Partido dos Trabalhadores, porque tiveram a ousadia de pegar um avião e se dirigir à ilha de Fernando de Noronha. Nunca se quis saber o objetivo das viagens, se certa ou se errada. Nos dois casos, um não tinha nenhuma razão para ir. Mas os outros...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Acho até que erraram, mereciam mesmo ser multados, mas fizeram um grande carnaval em cima de um caso que nem de leve se compara com este festival de corrupção que aí está.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É aonde quero chegar exatamente. Foram execrados previamente. Agora, se usam aviões para transportar dinheiro de origem cubana ou para transportar ministro – aviões privados –, comprometendo o agente público, e considera-se que tudo isso é certo.

Senador Sibá Machado, com o maior carinho, ouço V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Primeiro quero dizer que o Senador Mão Santa hoje elastizou o coração à temperatura do Estado do Piauí. Agradeço-lhe. Senador Heráclito, agradeço as palavras de elogio de V. Ex^a. Tenho certeza de que o nosso Partido dos Trabalhadores vai resolver o problema que culminou no ano passado. Esse problema foi declarado pelo Delúbio e não representa – eu já disse – o nosso Partido, que tem 850 mil filiados, e não pode ser imputado ao conjunto do PT, porque não é o seu conjunto. Temos total segurança de que foi desvio de conduta – sabemos disso – e queremos, sim, a punição para esse tipo de comportamento, que não pode virar de jeito nenhum uma simbologia para a política do País. Nós fizemos, sim, mudanças durante esse período, que, no meu entendimento, foram para muito melhor. O Partido foi constituído a partir de algumas vertentes, como intelectuais que saíram daquele movimento de resistência da ditadura, que estavam dentro do MDB, os trabalhadores rurais, os operários, os intelectuais da Igreja Católica; era a efervescência da Teologia da Libertação; o que havia à época era a Guerra Fria; o socialismo **versus** capitalismo. E é claro que todos bebíamos na fonte dessa escola. E lembro ainda que, no início do PT, não era uma coisa posta, havia um debate interno de que se devia renunciar à disputa pelo Executivo. Deveríamos trabalhar apenas pela disputa no Legislativo, porque era uma tribuna na qual deveria haver o debate mais ideológico, e o Executivo era tratado como o Estado burguês e assim por diante. Isso era dito em alguns manuais. Mas, ao se aproximar dessa constituição do Partido dos Trabalhadores, uma das pregações do Lula, naquela época, é de que

era preciso, inevitavelmente, que o Partido entendesse que tinha de disputar normalmente como qualquer outro o Executivo. De lá para cá, ao se aproximar do Executivo, as regras do Estado são as que estamos vivendo, as constitucionais. Toda legislação nacional é uma regra que diz que nosso País...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...Obrigado. As regras do nosso Brasil são capitalista, e, como tal, é preciso lutar pela soberania. E lutamos. Podemos ter Alca, desde que se mantenha a soberania deste País. Podemos ter relações na OMC, na ONU e em quaisquer instituições multilaterais do mundo que dirimam conflitos da economia. E, com o fim da Guerra Fria e da queda do muro de Berlim, isso ficou consolidado. Já disse aqui o Senador Arthur Virgílio que isso não imputa ao PT ou a qualquer outro partido político qualquer comportamento de uso indevido de recursos financeiros. Quanto a isso, tenho absoluta segurança de que o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, renuncia, de pronto, a uma reedição de um problema como esse. Isso, com certeza. Que a lição única valha para o resto da vida. Então, neste caso, tenho a absoluta tranquilidade de que a nossa participação na eleição deste ano, como em qualquer outra que vier daqui para frente, tem de ser exatamente nos marcos dessa legalidade que todos nós aqui preconizamos. Portanto, V. Ex^a apenas nos faz uma referência, que pode muito bem ser entendida como uma sugestão, um conselho, que deve ser, sim, levada a sério e a cabo por cada um de nós. Obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sibá, quero aqui dizer, de público, todos sabem, do meu apreço e da minha reverência a V. Ex^a. V. Ex^a é dos poucos que restam, Senador Arthur Virgílio, na tendência vermelha do PT. Os outros mudaram de cor, vamos reconhecer. V. Ex^a é daquele bloco dos que estão vermelhos no cheque especial do Banco do Brasil porque luta com honestidade para honrar o seu mandato. Os seus companheiros mudaram de costume, de hábito, de vício e foram contaminados pela amnésia. V. Ex^a tem razão. O Brasil é um país capitalista, o mundo é aberto e o mercado é de todos. Só que já era capitalista na eleição do Presidente Lula. O mercado já era aberto quando o Lula ia a praça pública prometer o rompimento com o FMI, e foi eleito em praça pública com um discurso que não honrou e nem cumpriu com o povo brasileiro. Por que, se já era tudo assim, prometeu mudança? Por que, se sabia das dificuldades, prometeu dobrar o salário mínimo do povo brasileiro? Por que, se sabia que o mercado era aberto, pregou,

inclusive nas igrejas brasileiras, a não adesão ao programa da Alca? Por que dizer que não pagaria as dívidas com o FMI com o sacrifício do povo brasileiro? Por que, Senador Sibá Machado, buscar exatamente nos quadros do PSDB um banqueiro internacional de competência, Dr. Meirelles, para presidir o Banco Central, dando continuidade à política de Governo, à política econômica que tanto combateu durante oito anos? Por que foi buscar no quadro do PT o moderado Dr. Palocci, que é o continuador mais seguro da política econômica do Presidente Lula?

O PT não tinha o direito de enganar o povo da maneira que enganou. O Partido a que V. Ex^a se refere foi o Partido que expulsou dos seus quadros três Parlamentares que votaram contra o Colégio Eleitoral, mas é o mesmo Partido, Senador Alvaro Dias, que não cassou e não puniu os que estão aí envolvidos em corrupção, inclusive o que transportou dólar na cueca para Fortaleza. Fez uma mobilização usando estrutura governamental para absolver alguém sem defesa. Quem o seu Partido puniu por estar envolvido em corrupção? Quem foi ao Conselho de Ética, como no passado, quando, por pequenos deslizos, eram humilhados?

Senador, a sorte desse partido é a amnésia e a anestesia que, no momento, toma conta de parte do povo brasileiro. Mas é também o desapontamento dos que acreditaram no nordestino que veio do seio da fome, desafiando a poeira, o barro, vencendo a dor e chegando à Presidência da República, mas que não se orgulha hoje de visitar as palafitas do seu Estado; que não se orgulha nem faz apologia da seca do sertão, e, sim, do fausto e da riqueza com que a Rainha Elizabeth lhe recebeu no luxuoso Palácio, em Londres.

Um trabalhador brasileiro que assume a Presidência da República, por mais honrosa que fosse a homenagem, não podia aceitar a hospedagem no Palácio da Inglaterra, quando um trabalhador como ele, que para lá emigrou, foi barbaramente assassinado no metrô da cidade. E a polícia londrina não tem o menor interesse de apurar, tampouco de reparar o prejuízo das vítimas.

Eu fico triste em ter que falar estas coisas.

Este final de semana, os jornais mostram que o Presidente da República recebeu no seu Palácio os atores que estão fazendo a novela JK, precisamente José Wilker e Leticia Sabatella. E o teor da conversa: a viagem à Inglaterra. Por que não pediu a esses atores que fossem transmissores do seu pensamento com relação à dor dos nordestinos famintos, dos desassistidos? É muito bom se falar do fausto, da riqueza, da pompa, vendo o povo que lhe colocou ali na mais

absoluta miséria. Por que não pediu a Tony Blair ajuda para os de Guaribas, Senador Mão Santa, onde implantaram o programa Fome Zero? E esse programa se transformou em um verdadeiro *spa*, porque quem esperar de maneira concreta ajuda efetiva emagrece a vai à mingua.

Meu caro Senador Sibá Machado, agradeço a tolerância do Senador Mão Santa, meu conterrâneo, e a paciência dos companheiros que ainda farão uso da palavra, mas é chegado o momento de se dar um basta, porque, se nós, Senador Cristovam Buarque, não tivermos a maturidade e a coragem de começar a alertar a Nação para esse continuado seriado de coincidências, todas elas de cunho autoritário, todas elas contrariando o que a cartilha do Partido dos Trabalhadores pregava ao longo do tempo, nós ainda poderemos chorar tarde, de arrependimento.

Senador Arthur Virgílio, o episódio de ontem...

(Interrupção no som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... fez uma grande vítima, Senador Mão Santa – e aí a minha segunda grande preocupação –, que é o Senador Tião Viana. Talvez a mais qualificada fonte para, nas horas da crise, servir de interlocutor entre o Governo e a Oposição, pela sua credibilidade, pela sua sensibilidade e, acima de tudo, pela sua palavra – coisa rara na Base do Governo. Será que não pegaram um companheiro e jogaram às feras? Será que o ciúme dos seus Pares não fez com que S. Ex^a fosse feito boi de piranha para cumprir essa missão? Onde estavam os Líderes Partidários, responsáveis maiores para cumprir tarefa dessa magnitude, que não se manifestaram?

Considero isso tudo muito estranho, muito difícil de ser dada resposta convincente de maneira fácil, Senador Valdir Raupp, para que não estivéssemos aqui na ressaca do que aconteceu ontem, quando tivemos simbolicamente o fechamento do Congresso no momento em que as atividades de uma CPI foram cerceadas pelo ato de força, a pedido do Partido dos Trabalhadores. O Partido pediu inclusive que não se apurasse crime de prefeitos do próprio Partido dos Trabalhadores. É muito grave isso tudo; é muito grave o que está acontecendo.

Meu caro Senador Sibá Machado, sei do seu compromisso com a democracia e da coerência da sua vida. V. Ex^a saiu, como eu e o Senador Mão Santa, das barrancas do rio Parnaíba para chegar até aqui. Sei que o coração de V. Ex^a, como o de qualquer um de nós, também está cheio de amargura e indignação.

Senador Arthur Virgílio, quando lamento que se tenha dinamitado a ponte chamada Tião Viana, digo

publicamente – pelo respeito que lhe tenho e pelo que S. Ex^a representa para o povo do Acre – que S. Ex^a foi vítima de uma armadilha.

O Governo só precisava agir de uma forma ontem: sustentar que o seu Ministro nunca tivesse entrado naquela casa porque, se verdade fosse, com certeza, elitista como é o País, a palavra do Ministro valeria mais que a do caseiro. Mas não! Procurou-se desvirtuar a ida do caseiro como se a presença daquele humilde senhor naquela CPI fizesse devassa pessoal na vida de quem quer que seja. Em nenhum momento, a Oposição tratou disso. Quem abordou o assunto foram os membros do Governo, de maneira desonesta, desleal e, acima de tudo, sórdida.

É preciso, Senador Arthur Virgílio, que essas coisas sejam ditas. Nós da Oposição responsável...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou encerrando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, eu, o Piauí e o Brasil gostaríamos de ouvi-lo muito mais, mas os companheiros aguardam para se pronunciarem. V. Ex^a já ultrapassou os trinta minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nós da Oposição sustentamos, em momento delicado, a permanência do Ministro Palocci na defesa da economia brasileira porque estávamos exatamente defendendo aquilo em que acreditamos. É muito diferente! Defendem-se os acertos. Nada nos obriga a defender os erros. O caminho mais próximo entre dois pontos é a reta; e a reta, neste caso, é a verdade. Quem correr dela vai pagar o preço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, tenho uma comunicação muito grave para fazer à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Heráclito Fortes, concedemos a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de receber uma informação pela minha assessoria. Tenho

em mãos um enxerto do *blog* do jornalista Fernando Rodrigues afirmando que o *e-mail* do Presidente da Funarte, o ator Antonio Grassi, foi usado para propagar aquela lista falsa de Furnas. Que a lista falsa eu sei, disse aqui. Que a lista é falsa sabe o Presidente Lula e sabe o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Que a lista é falsa sabe a Polícia Federal. Que a lista é falsa já sabem os peritos que a examinaram. Que a lista é falsa sabe, sobretudo, quem a falsificou, aquele tal Sr. Newton lá de Minas.

O grave foi o Ministro ter deixado a coisa pairar no ar. O grave foi o Sr. Antonio Grassi, da Funarte, figura olhada com simpatia por todos nós, ter permitido ou ter tomado a iniciativa de, pelo seu *e-mail*, divulgar a tal lista de Furnas, ou seja, usando um próprio público, usando um computador oficial para difamar pessoas, para dar cobertura à montagem de um chantagista.

Estou pedindo à Comissão de Fiscalização e Controle da Casa a convocação do Sr. Antonio Grassi. Entrarei com o requerimento ainda hoje e quero ver aqui o dirigente da Funarte explicando esse fato, que me parece um *link* muito claro entre o oficialismo, o Governo Lula, e a lista falsa de Furnas, caso parecido com o daquele Deputado que entrou no carro de Valério e saiu de lá com uma lista apócrifa – e que, depois, mergulhou um pouco para que se esquecessem dele naquela hora mais dura de cassação de mandatos e outras coisas que tais.

Grave, Sr. Presidente, muito grave é o envolvimento do Presidente Lula com a falsificação; é o envolvimento do Governo do Presidente Lula com a falsificação; é o envolvimento de um agente público de relevância do Governo Federal envolvido com a falsificação, divulgando a falsificação. Em vez de trabalhar pela cultura brasileira, está trabalhando para difamar pessoas, em comum acordo com um chantagista reconhecido como tal em todos os foros deste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

E-mail de Antonio Grassi, da Funarte, foi usado para propagar "lista de Furnas"

O e-mail funcional do presidente da Funarte, o ator Antonio Grassi, foi usado no último dia 9 de fevereiro para ajudar a propagar a chamada "lista de Furnas" —um conjunto de informações sem confirmação sobre um suposto esquema de corrupção dentro da estatal federal de energia. A maior parte do conteúdo da "lista de Furnas" compromete políticos do PSDB e do PFL. A Funarte é uma fundação do governo federal, comandada fortemente por pessoas ligadas ao PT.

O e-mail com a "lista de Furnas" propagado pelo endereço eletrônico de Antonio Grassi veio de Ana de Hollanda, diretora do Cemus (Centro de Música da Funarte). Ana teve o cuidado de enviar a "lista de Furnas" usando seu e-mail pessoal, às 23h19 do dia 8 de fevereiro passado. Ela aparentemente mandou as informações para uma lista de funcionários da própria fundação, pois aparece o seguinte no campo de destinatários: "@funarte.gov.br".

Este blog recebeu o e-mail de Grassi por meio de um dos seus destinatários. Por dez dias o blog trocou várias informações com Grassi, que não conseguiu até agora dar uma explicação conclusiva para o fato de seu correio eletrônico ter sido usado. No seu penúltimo comunicado, o ator afirmou que tentaria mandar algum detalhamento técnico sobre o episódio até 15 de março. Depois, entraria em férias. O dia 15 chegou. E nada. Ontem, 16 de março, às 19h51, mandou uma mensagem curta depois que o blog insistiu várias vezes: "O gabinete da Funarte, por minha solicitação, está lhe respondendo". Até o momento, nada.

Como a resposta não veio, o blog publica o que recebeu. A cópia do e-mail de Grassi propagando a "lista de Furnas" pode ser acessada nesta página, na seção "Documentos" (só para assinantes do UOL). Os nomes dos destinatários foram retirados, até porque não têm responsabilidade pelo eventual erro cometido pela pessoa que usou o e-mail de Antonio Grassi —o próprio Grassi ou alguém ainda incógnito.

No post seguinte, as explicações (inconclusas) de Grassi.

:: Escrito por Fernando Rodrigues às 07h44
[(80) Comentários] [Regras] [envie esta mensagem]

Antonio Grassi tenta se explicar

Como é possível que o e-mail funcional de Antonio Grassi (que não está disponível para o público na página sobre a estrutura do órgão) tenha sido usado para propagar esse papelório de Furnas?

Responde o presidente da Funarte: "O e-mail da presidência da Funarte é acessado, aberto diariamente, pela assessoria do gabinete. Muitas das respostas são feitas diretamente pelos assessores".

Nessa sua primeira resposta, Grassi também afirmou: "Na primeira quinzena de fevereiro encontrava-me fora do Brasil, acompanhando o Ministro da Cultura em viagem oficial".

OK, OK. O blog fez então duas perguntas:

1) é possível saber qual assessor usou o e-mail, até porque o servidor da Funarte deve registrar tudo isso (pelo menos, a máquina de onde saiu a mensagem)?

2) em 9 de fevereiro, quando foi enviado o e-mail de Grassi, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, estava em Belo Horizonte na parte da manhã, e no Rio, na parte da tarde. Como é possível Grassi ter ido ao exterior com o ministro se o ministro estava no Brasil?

Fatos são fatos. Grassi então mudou um pouco a história...

"Fernando, quanto à agenda, você tem razão. Fizeram uma confusão de datas por aqui". Apesar do desmonte de sua versão inicial, uma conclusão curiosa: "Isso não tem relevância na sua investigação".

Explica: "É possível acessar o e-mail pelo webmail da Funarte, de qualquer lugar do mundo". E mais: "Verificando os itens enviados da máquina do gabinete não consta o envio do mesmo. O pessoal aqui do gabinete garante que do meu computador não saiu isso. A propósito me deram o exemplo de e-mail que estarei lhe enviando a seguir (um convite que recebi de você). Me dedico a esse trabalho porque não quero ser acusado de algo que não fiz".

OK, OK. O blog recebeu então um tosco e-mail "falsificado". Algum assessor(a)/amigo(a) de Grassi que usa o e-mail olivarfb@ctorio.org.br mandou uma mensagem com o nome deste blogueiro no campo de remetente.

Este blogueiro respondeu de maneira detalhada ao presidente da Funarte: "Sobre falsificar um remetente, sinto dizer que não é bem assim. O que se falsifica com facilidade é apenas o nome que aparece no campo do remetente — não o e-mail propriamente. No e-mail que vc. me enviou separadamente, basta passar o mouse por cima do 'meu' nome e verificar que se trata, na realidade, de olivarfb@ctorio.org.br o remetente real. No caso do e-mail com o seu nome [o da "lista de Furnas"], ao passar o mouse por cima do seu nome, aparece o seguinte: antoniograssi@funarte.gov.br. Ou seja, foi mesmo usado o seu e-mail".

Bingo. E agora?

Fala Grassi: "Não tenho noções mais precisas da internet e agradeço seu esclarecimento".

E finaliza: "Solicitei à informática sobre o provedor (...) lhe encaminho qualquer novidade. Para isso vou checar na Funarte Brasília, São Paulo e Belo Horizonte. Espero poder lhe retornar antes do dia 15, quando entro de férias até 01 de abril".

E mais nada.

A propósito: segundo a pesquisa "Corporate Email User Habits", 72% dos usuários admitem usar e-mail do trabalho para mandar piadas, fotos, vídeos etc. para amigos.

A exemplo de Lula sobre o caixa dois (todo mundo faz), Grassi pode dizer que usar o e-mail do trabalho dentro do governo federal para mandar mensagens pessoais também "todo mundo faz". É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

V. Ex^a pode usar da palavra como Líder e, pacientemente, aguarda sua vez como orador inscrito. Se quiser falar como Líder, V. Ex^a tem prioridade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. *Fora do microfone.*) – Eu aguardo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a aguarda pacientemente, adotando a filosofia do “tolera e se abstém”.

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Sibá Machado, emprestado pelo Piauí para ser Senador pelo Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, preciso parabenizar o Presidente Lula por seu gesto, que considero dos mais cordiais, nítido de um estadista, de um líder nacional. Refiro-me ao cumprimento dirigido pelo Presidente Lula ao Governador Geraldo Alckmin – depois de ter insistido nisso com sua assessoria –, ontem, em solenidade no Supremo Tribunal Federal. É claro que não podiam ali estabelecer uma conversa prolongada, mas o fato de se cumprimentarem mostra que podemos ter, sim, um embate muito civilizado e à altura do que espera toda a população brasileira.

O Presidente Lula diz, em todos os instantes, que ainda não se decidiu sobre a candidatura, embora dentro do PT já haja esse pedido, Sr. Presidente. Em todo o Brasil, há um pedido muito forte para que o nosso Presidente se candidate à reeleição. Como o PSDB já escolheu o Governador Geraldo Alckmin, foi muito importante que esse cumprimento ocorresse, porque, sendo o Presidente Lula candidato – e espero que seja –, trata-se de dois candidatos que cuidarão de assuntos de interesse do País.

Sr. Presidente, quanto ao debate que foi feito, inscrevi-me mais para voltar a esclarecimentos, porque às vezes estamos aqui, no calor da emoção, e fazemos um pronunciamento, e quem assiste à TV Senado pode ficar com algumas dúvidas ou talvez com algumas quase-certezas. Então, é preciso fazer alguns contrapontos.

A primeira questão é se o Senador Tião Viana pode ou não, regimentalmente, por ser Vice-Presidente da Casa, impetrar um mandado de segurança da forma como foi feito ontem. Conversei com S. Ex^a ao telefone, Sr. Presidente. O Senador Tião Viana pediu-me para reproduzir as seguintes palavras: que

o fez na total preservação do Regimento Interno do Senado Federal e da Constituição Federal. Trata-se de um direito parlamentar, porque já se contestou, várias vezes, se a CPI dos Bingos está ou não focada no seu verdadeiro objeto. E qualquer um dos membros desta Casa – não importa se integrante ou não da Mesa – tem que preservar o que foi jurado no momento da posse: resguardar o Regimento da Casa, as leis nacionais e, é claro, a maior delas, a Constituição Federal. Portanto, o Senador Tião Viana tem total direito e até dever de fazer o que foi feito.

Quanto ao advogado Márcio Silva, se ele podia ou não assinar aquela peça, leio o que diz o art. 30 do Estatuto da OAB:

Art. 30. São impedidos de exercer a advocacia:

I – os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada à entidade empregadora;

II – os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público;

Parágrafo único. Não se incluem nas hipóteses do inciso I os docentes dos cursos jurídicos.

Ocorre que o Sr. Márcio Silva é um advogado de carreira, com escritório particular, e que sempre prestou serviço para a instância do Partido dos Trabalhadores. É contratado para isso. Ele tem um cargo comissionado na assessoria da Liderança do PT, na Câmara dos Deputados. Quanto à peça que ele assina, Sr. Presidente, trata-se de interpretação de um ato de uma Comissão, de uma instância do Senado Federal. Portanto, é plenamente cabível o advogado assinar aquela peça. Não há dúvida alguma sobre se o advogado poderia ou não assinar.

Se o advogado Márcio Luiz Silva, regularmente inscrito na OAB, seção do Distrito Federal, sob o nº 12.415/DF, é servidor comissionado da Liderança do Partido dos Trabalhadores, na Câmara dos Deputados, não há nenhum impedimento para a impetração de mandado de segurança contra ato de membro ou Comissão do Senado Federal, como foi o caso. A questão jurídica é simples. Não comporta dúvida alguma. Se os Srs. Membros do Congresso, principalmente

aqui do Senado, têm levantado dúvidas sobre a atuação do nosso advogado, ou seja, pretendem pedir ao Supremo Tribunal Federal que decrete a nulidade da decisão de legalidade de representação, esse não é o caso.

Alguns atuantes do meio jurídico chamam isso de **jus sperniandi**, o direito de espremer.

Não gosto muito da frase, mas quer dizer que é um direito do advogado Márcio Luiz Silva.

Sr. Presidente, ainda sobre a decisão do Supremo, o que se coloca? O Senador Magno Malta apresenta um requerimento ao Senado Federal para instauração de CPI com o objetivo de investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, com a duração de 120 dias. É o que diz o requerimento assinado pelo Senador Magno Malta. Foi pedido que não se instaurasse essa Comissão, e o Supremo deu ganho para a imediata instalação, que foi feita, de pronto, pelo Presidente desta Casa, da decisão do Ministro Cezar Peluso.

A decisão foi:

1. Trata-se de mandado de segurança impedido pelo Senador Sebastião Afonso Viana Macedo Neves [o Tião Viana], contra a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que, instaurada no Senado Federal para apurar a *“utilização das casas de bingo para a prática de crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”*, estaria exorbitando de seus poderes ao entrar a investigar outros fatos, sem nenhuma prova prévia de conexão com o fato determinado que lhe justificou a instauração.

O impetrante invoca direito líquido e certo, que consistiria na prerrogativa parlamentar de exigir se atenha a Comissão ao seu objeto formal, e enumera outros fatos que, sem nenhum liame aparente com tal objeto, estariam sendo investigados, o que evidenciaria desvio de finalidade, na forma de abuso de poder, na atuação da CPI, que não alterou, como podia fazê-lo, o objeto original.

E releva o Requerimento nº 52/06, aprovado na data de ontem, para inquirição de France-

nildo Santos Costa, cuja entrevista demonstraria que se trata de pessoa simples que se propõe a fazer afirmações constrangedoras sobre a vida íntima de pessoas ligadas ao Governo, concorrendo para sua desestabilização política ou antecipação da campanha eleitoral.

Em caráter liminar, pede sejam suspensas diligências que desbordem do fato objeto da CPI, em particular sobre temas que discrimina e a cujo respeito já teria a Comissão estendido investigação, ou seja, suspensas diligências impertinentes e abusivas, como seria o caso do Requerimento nº 52/06.

2. É caso de liminar.

Neste juízo prévio e sumário, a **cognitio** é, por definição, superficial e provisória, porque se atém à estima de dados unilaterais, ante o caráter de urgência da tutela pretendida.

Nessa perspectiva, não parece desarrazoada a afirmação da existência de direito líquido e certo do impetrante, enquanto diz com o exercício de prerrogativa parlamentar tendente a, como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito, conter-lhe as atividades nos limites constitucionais do fato determinado que lhe justificou a criação (art. 58, § 3º, da Constituição da República), sob pena de comprometimento de sua eficácia como órgão específico de fiscalização do Parlamento.

[...]

Mas é força convir em que, a levar a sério, como se deve, a justificação mesma do Requerimento nº 052/06, não se encontra nenhum fato que, já provado, fora suscetível de se reputar conexo com o objeto formal da CPI, pois seus termos, sobre apoiarem-se basicamente em reportagens, aludem a supostos ilícitos que, não obstante possam fundamentar e legitimar a criação... de outras tantas CPIs, em nada entendem com o fato determinado a que deve ater-se a Comissão já criada. Eventual partilha de dinheiro, em certo local, não tem por si presunção alguma de que estaria ligada ao uso de casas de bingo para a prática de crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

Portanto, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Cezar Peluso, determina a suspensão daquela reunião, aguardando a decisão do Pleno.

Sr. Presidente, é comum, na Casa, com já foi em outros momentos, que matérias dessa forma sirvam de motivo para embate, o que já ocorreu em outros momentos. O caso do Deputado Júlio Semeghini, contestado pelo Deputado Professor Luizinho – na época o Presidente da sessão ...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ... sessão era o então Deputado Efraim Morais, hoje Senador –, é parecido com esse. Um Parlamentar que se sente prejudicado, recorre, em questão de ordem, à decisão da Mesa, que dá decisão favorável a um dos lados. O lado que se sente prejudicado recorre ao Supremo, que decide como achar mais correto. Isso é comum, é corriqueiro nesta Casa. Fica, às vezes, preocupante para nós que o debate tenha chegado ao nível que chegou. Não há nenhuma necessidade de chegar aonde chegou.

Quero falar aqui, Sr. Presidente, sobre a personalidade do Ministro Palocci. Eu estava, em aparte, ainda há pouco, ao Senador Heráclito Fortes, falando um pouco desse histórico do nosso Partido. Quando estávamos na campanha para a eleição de 2002, foi dito que o Partido dos Trabalhadores seria um fracasso de Governo, que o Presidente Lula seria um fracasso.

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Os números, em todas as reportagens que vemos hoje, mostram exatamente o contrário. Estamos vendo um País equilibrado nas suas contas, um País que disputa, sim, esse cenário do mundo atual, respeitando as instituições que dirigem os conflitos do mundo, como a OMC, na área da economia, como a ONU, na área de segurança internacional dos povos e das Nações, como foi no debate sobre a Alca, que, da forma como foi estabelecido com outros países, como é o caso do Chile, não interessa ao Brasil, não interessa à nossa população, estamos brigando em todos os momentos por uma soberania com a solidariedade dos povos, chamando os países mais pobres do mundo a se darem as mãos para que preservem as suas economias e as suas soberanias, para que jamais tratem com os países mais ricos da forma com que sempre foram tratados, o que todos nós acompanhamos muito bem. Portanto, este é o Brasil.

Na área do nosso País, reconhecemos que não conseguimos vencer todos os desafios que tínhamos colocado. Reconhecemos isso. Ainda há coisas impossíveis de serem executadas em sua totalidade em quatro anos. Mas o caminho está pavimentado, está aberto, com certeza.

Tenho defendido aqui e em outros lugares que sou contra a reeleição. Fui e continuo sendo, mas agora ela está posta e é um direito do Presidente da República tentar a reeleição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá Machado...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ouço já V. Ex^a.

Portanto, quero fazer a defesa do Presidente Lula vir, novamente, a ser o Presidente da República, porque foi aberto esse precedente constitucional. Espero que, numa segunda gestão, possamos concluir esses pontos que ficaram carentes de continuidade. Gostaríamos de ter distribuído um salário mínimo nos valores do Dieese, o que seria importantíssimo para o Brasil, gostaríamos de ter feito uma reforma agrária do tamanho que o MST e tantas outras organizações camponesas têm reivindicado, temos a vontade de ter dado um melhor salário para o servidor público em todas as suas esferas, temos tido a vontade de distribuir a renda para todos os Estados que hoje exportam ou não, de equilibrar todas as diferenças locais e regionais do Brasil. Esses gargalos ainda não foram resolvidos, mas, com certeza, já se aponta para uma solução.

Ouço o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá, não tenha dúvida de que nós, pelo menos eu, não criticamos a política econômica do Presidente Lula, porque seria incoerência da minha parte, porque é a mesma política econômica que defendi durante oito anos. O Presidente Lula a ela deu continuidade sem colocar ou tirar nenhuma vírgula. O que eu questiono é por que o Presidente Lula combateu tanto essa política, mostrando ao povo brasileiro que ela estava errada, e, ao assumir, fez exatamente o contrário. Outra coisa que não se explica, Senador Tião, aliás, Senador Sibá – estou com tanta tristeza com relação ao Senador Tião que estou com o nome de S. Ex^a no inconsciente –, o que não se entende é que, após aquele encontro do mês de agosto, em que o Presidente Lula esteve com os banqueiros em São Paulo, os banqueiros, que durante os outros pleitos do Presidente Lula tinham um pavor a vê-lo no Go-

verno, imediatamente se calaram, fizeram silêncio e começaram a apoiar a sua candidatura, em detrimento da candidatura de José Serra. Esse pacto da calada da noite, feito com a comunidade de banqueiros internacionais, é que o PT não vai conseguir explicar, porque enganou a opinião pública, enganou o povo brasileiro. Sabe V. Ex^a que o Partido que durante oito anos esperava os balanços dos bancos para criticar o lucro e a liquidez do sistema brasileiro, já nesses três anos e meio, proporcionou lucros bem maiores que o Governo passado. Combato a incoerência e acima de tudo a falta de lealdade com o povo brasileiro. Eu lhe pergunto uma coisa: V. Ex^a, em praça pública, durante a campanha de Lula, defenderia a ida do Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco de Boston, para Presidente do Banco Central? O Presidente da República concordaria com a manobra esquisita do seu Governo de fazer com que um Deputado Federal de Goiás, no caso o Sr. Meirelles, que teve 180 mil votos, renunciasse o mandato que povo lhe deu para ocupar um cargo demissível **ad nutum**? São essas questões, meu caro amigo, são essas reflexões que precisamos fazer. Como V. Ex^a, até por origem e por formação, estava junto com a igreja brasileira naquela cruzada de combate à Alca, sei que não está satisfeito com o que vê hoje. Eu sei que V. Ex^a não está satisfeito. V. Ex^a é um homem que consegue passar, no seu sertanejo olhar, os seus inconformismos e as suas tristezas. Evidentemente, por fidelidade partidária, às vezes, V. Ex^a se cala. Mas a política econômica, eu até elogio. Mas não entendo como o Partido de V. Ex^a tenha mudado tão rápido de opinião em relação a tudo isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes as palavras. Sobre os pontos das imperfeições do Governo, acabei de citá-las. Existem muitas coisas que são da nossa inteira vontade. Entre a nossa vontade e a realidade, existe uma certa diferença. Todos aprendemos, na história do Brasil, que o sistema financeiro sempre passou muito bem por qualquer Governo, por todos os Governos, independentemente. Mas agora estamos a ponto de encerrar este ano com a coisa que seria mais normal para ocorrer em relação ao grande lucro do sistema financeiro, que é a economia migrar para o setor produtivo e não para o capital financeiro.

Se vencermos este ano – conforme já está sendo ali anunciado pelos jornais desde o início da semana passada, que podemos ter a mais baixa taxa de juros no País ao final deste ano, a partir do dia 20

de junho, mantendo a atual queda que está, na faixa de próximo a um ponto percentual –, inevitavelmente, em dezembro, os recursos das aplicações no sistema financeiro serão transferidos para o setor produtivo por total desinteresse de aplicação, porque não valerá mais a pena. Esse caso ocorrendo, podemos ter distribuição de renda equilibrada.

Estava ainda há pouco conversando com o Senador Cristovam: como é que fazemos uma transferência de renda sem gerar também um impacto de uma grande procura de consumo e sem trazer de volta para o País o fantasma da inflação?

Com isso feito, acredito que cresceremos holisticamente, de uma forma consolidada, de forma sustentável, e essas imperfeições, que são reais, verdadeiras, deverão ser quebradas, até mesmo porque acredito que todo o Governo deve suceder, de maneira melhor, o anterior, inclusive quem se auto-sucede. Teremos de cumprir o novo mandato, superando essas dificuldades.

Aceito a crítica da Igreja, aceito a crítica dos movimentos sociais. Considero aceitáveis todas as críticas que venham a aperfeiçoar o nosso trabalho. O Presidente Lula gosta de dizer que os apressados comem cru, mas quatro anos é muito pouco para o exercício de um mandato.

Se transformarmos o fim da reeleição em ampliação de mandato, tirando aquela eleição existente a cada dois anos, haverá no País, no meu entendimento, um crescimento verdadeiro, alianças políticas mais consolidadas, partidos políticos mais consolidados e responsabilidades mútuas mais consolidadas.

Se o coração e a generosidade do nosso Senador Mão Santa continuar como estava antes do meio-dia, gostaria de ouvir o aparte do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está se aproximando e vai empatar com o Heráclito no tempo de tribuna.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Piauí é majoritário.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Sibá Machado, agradeço a oportunidade do aparte, lembrando uma observação minha de que, no Brasil, não se conseguia ao mesmo tempo democracia, crescimento e estabilidade monetária. De fato, o Governo Lula consegue, apesar da baixa taxa de crescimento, assim como o Governo Fernando Henrique. Esse foi um grande avanço, e vou continuar defendendo isso. Fiz campanha pelo Lula e não me arrependo, porque,

naquele momento, era o certo, mas esperava o salto para crescimento, democracia, estabilidade e mudança social, uma reforma social, cujos resultados demoram dez anos, mas podem começar nos primeiros dez meses. A Educação tentou até fazer isso, e nós começamos. Em 2004, parou. Podia-se fazer algo mais na área social. Muitas vezes, em debates, eu disse – até me contrapondo ao próprio Senador Aloizio Mercadante – que, para mim, o problema não é a política econômica, mas a política social. A grande arena do debate ideológico é o Orçamento público, em que não fizemos as mudanças substanciais. Para concluir, cito um exemplo: em 2005, a contribuição no Fundef foi menor em 2004. O Fundef aumentou bastante – de R\$18 bilhões para R\$23 bilhões –, mas graças, Sr. Presidente, aos Municípios e aos governos estaduais. Não há contribuição da União. Aí, o Brasil podia ter dado um salto. Não vejo como dar esse salto em um segundo mandato. A história mostra que, se um governo não faz no primeiro mandato, no segundo mandato ele faz menos ainda, sobretudo se vier o Governo Lula amarrado totalmente aos partidos mais conservadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam Buarque, agradeço o aparte.

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

As pesquisas de janeiro, fevereiro e março mostram a avaliação do Governo, a retomada da popularidade do Presidente e tratam um pouco da campanha eleitoral. Não gosto de tratar das pesquisas de campanha eleitoral porque, favorável ou desfavorável, usam-na como querem. Eu gostaria de separar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, regimentalmente, a sessão se encerra com quatro horas e trinta minutos. Entretanto, esta Presidência vai prorrogá-la por mais meia hora, a fim de que V. Ex^a conclua o seu discurso.

Hoje, baixou o espírito de Fidel Castro aqui; todos os oradores falaram muito. Santo Estevão, na Bíblia, falou muito, mas atiraram pedras nele. De agora por diante, vamos usar a síntese da oratória de Cristo, que era muito rápido. Observem o Pai-Nosso, que é um

belo discurso, e o Sermão da Montanha. Sob os céus, há um tempo determinado para cada propósito.

Portanto, prorrogamos o tempo de V. Ex^a para que conclua o seu pronunciamento. Faltam apenas três minutos para que V. Ex^a empate com o Senador Heráclito Fortes, e assim eu ficaria bem porque dividi igual. Em seguida, vamos ouvir os oradores inscritos: Valdir Raupp, Mão Santa, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, e Lúcia Vânia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Encerro em apenas três minutos, Sr. Presidente.

O Senador Mão Santa foi convidado, agora, pelo Senador Heráclito Fortes para um almoço, penso que a fome antecipou.

Mas, Sr. Presidente, eu falava sobre as pesquisas. Neste ponto, eu gostaria que analisássemos friamente que, em todas as áreas, o Governo está muito bem avaliado. Quando a avaliação aborda faixa etária, escolaridade, renda, espaço geográfico, região, Estado, em todas as áreas, a avaliação do Governo é muito positiva. Digo isso porque, para aqueles que desejavam o fracasso do Governo do Presidente Lula, espero que estejam agora cientes de que a população brasileira acompanha de perto o que é o sucesso de um Governo que faz muito bem para o Brasil, e, com certeza, continuará fazendo...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...muito bem a toda a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Mas V. Ex^a nem ligou o relógio para os outros. Eu sei que o tempo está passando, sei que os colegas, funcionários da Casa, também precisam descansar, mas este ano não vai ser moleza, este é um ano em que – infelizmente ou felizmente – o debate vai ser esticado, continuado. Vou até trazer pó de guaraná a fim de afastar o cansaço físico – cansaço mental sei que ninguém tem –, pois as sessões, com certeza, serão bem mais prolongadas.

Muito obrigado. Vou ouvir atentamente o pronunciamento dos demais colegas.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

[Questão de Ordem](#) [Contradita](#) [Decisão](#) [Recurso](#) [Texto Integral](#)

Questão de Ordem 736

51ª Legislatura (21/05/2002)

Autor: JÚLIO SEMEGHINI (PSDB-SP)

Presidente: EFRAIM MORAIS (PFL-PB)

Ementa

Solicita a nulidade da sessão realizada em 15.05.02 na **Comissão Parlamentar de Inquérito** destinada a investigar irregularidades praticadas durante a vigência do regime de administração temporária do BANESPA, que aprovou Requerimento nº 34/02 convocando, na qualidade de testemunha, o Sr. RICARDO SÉRGIO e outros; entende que a CPI extrapolou sua competência quando decidiu investigar fatos que não teriam pertinência com sua investigação, já que ocorreram em período anterior àquele abrangido no requerimento de constituição da Comissão Parlamentar.

Dispositivos Regimentais

Art.35 (§ 1º)

Dispositivos Constitucionais

Art.58 (§ 3º)

Indexação (clique para exibir)

Contradita

Autor: PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP)

Ementa

Contradita a questão de ordem alegando sua intempestividade, já que a aprovação do Requerimento ocorreu há algum tempo e já produziu seus efeitos, a propósito de questionamento suscitado pelo Deputado Júlio Semeghini acerca da nulidade da sessão realizada em 15.05.02 na **Comissão Parlamentar de Inquérito** destinada a investigar irregularidades praticadas durante a vigência do regime de administração temporária do BANESPA, que aprovou Requerimento nº 34/02 convocando, na qualidade de testemunha, o Sr. RICARDO SÉRGIO e outros.

Indexação

Decisão

Presidente: EFRAIM MORAIS (PFL-PB)

Ementa:

Já provimento à questão de ordem suscitada pelo Deputado Júlio Semeghini acerca da nulidade da sessão realizada em 15.05.02 na **Comissão Parlamentar de Inquérito** destinada a investigar irregularidades praticadas durante a vigência do regime de administração temporária do BANESPA, que aprovou o requerimento nº 34/02 convocando, na qualidade de testemunha, o Sr. RICARDO SÉRGIO e outros; torna em efeito a aprovação do requerimento e nula a convocação das testemunhas nela referidas; cita que a criação de CPIs depende de juízo prévio da Presidência, com relação ao requisito "fato determinado", cabendo a ela

MED. CAUT. EM MANDADO DE SEGURANÇA 25.885-3 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. CEZAR PELUSO**
IMPETRANTE(S) : **SEBASTIÃO AFONSO VIANA MACEDO NEVES**
ADVOGADO(A/S) : **MÁRCIO LUIZ SILVA**
IMPETRADO(A/S) : **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO SENADO FEDERAL - CPI DOS BINGOS**

DECISÃO: 1. Trata-se de mandado de segurança impetrado pelo senador Sebastião Afonso Viana Macedo Neves, contra a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que, instaurada no Senado Federal para apurar *“utilização das casas de bingo para a prática de crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”*, estaria exorbitando de seus poderes ao entrar a investigar outros fatos, sem nenhuma prova prévia de conexão com o fato determinado que lhe justificou a instauração.

O impetrante invoca direito líquido e certo, que consistiria na prerrogativa parlamentar de exigir se atenha a Comissão ao seu objeto formal, e enumera outros fatos que, sem nenhum liame aparente com tal objeto, estariam sendo investigados, o que evidenciaria desvio de finalidade, na forma de abuso de poder, na atuação da CPI, que não alterou, como podia fazê-lo, o objeto original.

E releva o Requerimento nº 52/06, aprovado na data de ontem, para inquirição de Francenildo Santos Costa, cuja entrevista demonstraria que se trata de pessoa simples que se propõe a fazer afirmações constrangedoras sobre a vida íntima de pessoas ligadas ao governo, concorrendo para sua desestabilização política ou antecipação da campanha eleitoral.

Em caráter liminar, pede sejam suspensas diligências que desbordem do fato objeto da CPI, em particular sobre temas que discrimina e a cujo respeito já teria a Comissão estendido investigação, ou sejam suspensas diligências impertinentes e abusivas, como seria o caso do Requerimento nº 52/06.

2. É caso de liminar.

Neste juízo prévio e sumário, a *cognitio* é, por definição, superficial e provisória, porque se atém à estima de dados unilaterais, ante o caráter de urgência da tutela pretendida.

Nessa perspectiva, não parece desarrazoada a afirmação da existência de direito líquido e certo do impetrante, enquanto diz com o exercício de prerrogativa parlamentar tendente a, como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito, conter-lhe as atividades nos limites constitucionais do fato determinado que lhe justificou a criação (art. 58, § 3º, da Constituição da República), sob pena de comprometimento de sua eficácia como órgão específico de fiscalização do Parlamento.

Escusaria advertir que, se se perde CPI na investigação de fatos outros que não o determinado como seu objeto formal, configuram-se-lhe desvio e esvaziamento de finalidade, os quais inutilizam o trabalho desenvolvido, afrontando a destinação

constitucional, que é a de servir de instrumento poderoso do Parlamento no exercício da alta função política de fiscalização. Nenhum parlamentar pode, sem descumprimento de dever de ofício, consentir no desvirtuamento do propósito que haja nortado a criação de CPI e na conseqüente ineficácia de suas atividades.

Conquanto sejam públicos e notórios alguns episódios narrados na inicial, os quais revelariam dispersão dos trabalhos da CPI na investigação de fatos que, à míngua de prova prévia de conexão, não guardariam vínculo algum com o objeto formal da chamada CPI dos Bingos, seria excessivo impor, nesta sede, sem audiência da autoridade tida por coatora, limitação genérica às atividades da CPI.

Mas é força convir em que, a levar a sério, como se deve, a justificação mesma do Requerimento nº 052/06, não se encontra nenhum fato que, já provado, fora suscetível de se reputar conexo com o objeto formal da CPI, pois seus termos, sobre apoiarem-se basicamente em reportagens, aludem a supostos ilícitos que, não obstante possam fundamentar e legitimar a criação de outras tantas CPIs, em nada entendem com o fato determinado a que deve ater-se a Comissão já criada. Eventual partilha de dinheiro, em certo local, não tem por si presunção alguma de que estaria ligada a uso de casas de bingo para a prática de crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores. Doutro modo, qualquer notícia ou reportagem sobre corrupção poderia ser abrangida como alvo dessa CPI, a qual se transformaria numa como Comissão Geral de Investigação da República, ou reviveria órgão análogo de épocas de autoritarismo.

Observe-se – e isto é de toda relevância e, de certo modo, decisivo na resposta ao pedido de liminar – que a “Justificação” do Requerimento nº 052/06 não faz menção alguma à possibilidade de que a referida testemunha conheceria a origem do dinheiro que, alegadamente, teria sido distribuído na casa de que se cuida. Noutras palavras, seu depoimento em nada ajudaria a esclarecer ou provar a suposição de que seria dinheiro oriundo de casas de jogo! E é o que se presume à condição cultural e ao próprio trabalho que a testemunha desempenharia no local apontado.

E nem precisaria notar que outros fatos, ainda que censuráveis do ponto de vista dos costumes ou da moral social, à medida que só respeitam à vida privada das pessoas, não podem, sequer em tese, ser objeto de CPI, porque a esta só é dado investigar assunto sobre o qual tenha competência legislativa o Parlamento. Vida e negócios privados, enquanto tais, sem vínculo com interesse coletivo, esses não entram na competência legislativa do Parlamento e, portanto, estão fora do alcance de CPI.

Daí, em resumo, diante do risco de desvio de finalidade e de comprometimento da função da CPI, de que faz parte o impetrante, coexistirem os requisitos para tutela provisória, cuja concessão não impedirá que, seja outra a decisão final, possa a CPI realizar a diligência que, à primeira vista, parece como impertinente com seu objeto formal. Nem, muito menos, que os mesmos fatos possam justificar a criação de outra ou outras CPIs.

3. Do exposto, **concedo, em parte, liminar**, para suspender, até julgamento final da causa, a inquirição do Sr. Francenildo Santos Costa.

Comunique-se incontinenti à autoridade, requisitando-lhe informações.
Publique-se. Int..

Brasília, 16 de março de 2006 (13h06).

Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

Dispositivos Regimentais

Dispositivos Constitucionais

Art.58 (§ 3º) Art.35 (§ 1º)

[Indexação](#) Clique para exibir

Recurso

Número: 241/2002

Autor: JOÃO PAULO (PT-SP)

Ementa:

Recorre contra Decisão da Presidência que deu provimento à questão de ordem suscitada pelo Deputado Júlio Semeghini acerca da nulidade da sessão realizada em 15.05.02 na CPI destinada a investigar irregularidades praticadas durante a vigência do regime de administração temporária do BANESPA, que aprovou Requerimento nº 34/02 convocando, na qualidade de testemunha, o Sr. RICARDO SÉRGIO e outros.

Datas da CCJR

Envio: 02/06/04/0

Ementa do parecer

Em 04.06.02 - A Presidência considerou intempestivo o recurso, tendo em vista que a questão de ordem foi decidida em 21.05.02, sem que qualquer Senhor Deputado interpusesse recurso na ocasião.

Observações

Em 04.06.02 - A Presidência considerou intempestivo o recurso, tendo em vista que a questão de ordem foi decidida em 21.05.02, sem que qualquer Senhor Deputado interpusesse recurso na ocasião.

Texto Integral

O SR. JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, levanto a presente questão de ordem, para interpelar o Requerimento nº 34, de 2002, referente à CPI do BANESPA, aprovado na reunião de 15 de maio de 2002, cujo objeto requer sejam ouvidos, na qualidade de testemunhas, o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira e outros. Com base no § 3º do art. 55 da Constituição Federal, a CPI tem poder de investigação sobre fato determinado. O art. 35, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados considera fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País, que quer devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão. Conforme o Requerimento da CPI nº 5, de 1999, a instituição da CPI BANESPA é para apurar denúncias de irregularidades praticadas durante a vigência do regime de administração temporária, conhecida por RAET, no BANESPA. Nessas circunstâncias, evidencia-se que o Requerimento nº 34, de 2002, objeto desta questão de ordem, extrapola a competência específica prevista no art. 55 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, "A nenhuma Comissão cabe manifestar-se sobre o que não for de sua atribuição específica.", uma vez que os fatos onde surgiram o nome das referidas testemunhas não dizem respeito ao período relativo ao fato ora apurado pela Comissão. Dessa forma, solicito a V.Exa. tornar nula a votação dia 15/05/2002, em que fora aprovado o Requerimento nº 34, de 2002. Sr. Presidente, estou entregando à Mesa a questão de ordem e peço que a mesma seja respondida, para que tomemos as devidas providências até a data de amanhã, para quando estaria prevista a realização da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) - Nobre Deputado Julio Semeghini, a Mesa recolhe o requerimento de V.Exa., que será analisado com a Assessoria, e tentará decidir a questão de ordem até o final desta sessão.

O SR. JULIO SEMEGHINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) - Tem V.Exa. a palavra, para contraditar.

O SR. JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer ao Deputado Efraim Morais, Presidente à época, que acatou o pedido e a todos os membros da Mesa que participaram da CPI. Esta Casa tem como ferramenta importante, para o combate à corrupção, a CPI. É importante que a CPI se mantenha dentro do foco desejado. Nós, paulistas, e o PSDB queremos que o processo da RAET seja esclarecido. Queremos saber por que o banco foi privatizado, se o Brasil ganhou ou perdeu com ela e qual foi o impacto causado nos funcionários e na sociedade. Essa é a nossa preocupação e iremos até o final com as investigações. Estivemos presentes desde o início na CPI e, em nenhum momento, criamos dificuldade; pelo contrário, temos colaborado o máximo possível. Deixamos claro que qualquer denúncia sobre as pessoas que não serão ouvidas farão parte do relatório a nosso pedido, caso o Relator não as convoque. Os fatos deverão ser esclarecidos. O Brasil exige transparência nesse processo. Não queremos aproveitar o momento importante, visto que os trabalhos estão em fase final, conclusiva, e transformar a CPI em um debate eleitoral. Não podemos nos esquecer de que ainda faltam mais de quatro meses para as eleições e temos muito de trabalhar até lá. Parabenizo a todos os técnicos desta Casa que contribuíram de forma brilhante para que o instrumento da CPI continue sendo valorizado, para que possa esclarecer os fatos e cumprir os objetivos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Nardes) – Deputado Júlio Semeghini, tenho convicção de que esta Casa procura preservar o importante instrumento da Comissão Parlamentar de Inquérito. Tenho certeza que assim pensa o Presidente Efraim Morais, a Mesa Diretora da Casa e o Presidente Aécio Neves.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Nardes) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, quero deixar registrado que, quando apresentei requerimento para criação da CPI e por ocasião de sua instalação, quando fui eleito Presidente, ouvi críticas pelo fato de sua abrangência se dar somente a partir da decretação da RAET. Para não haver dúvida, naquele momento abri mão do meu sigilo fiscal e bancário. Ao mesmo tempo, numa reunião da CPI, decidimos investigar os fatos anteriores à decretação da RAET, o que foi feito, assim como foram investigadas as empresas devedoras e assim por diante. Como o fato em questão se referia ao ano de 1992, anterior, portanto, à decretação da RAET, a Comissão decidiu tomar o depoimento dessas pessoas. Com a decisão da Mesa, evidentemente fica prejudicada a reunião marcada para amanhã. Mesmo assim, viajaremos para São Paulo, porque, na quinta-feira, ouviremos os investidores, pessoas que compraram ações do BANESPA e com elas especularam, ganhando fortunas. Essas pessoas precisam explicar como se anteciparam e conseguiram obter lucros extraordinários. Muito obrigado, Sr. Presidente.

concursos de prognósticos explorados pela Caixa Econômica Federal e, mais recentemente, os bingos.

Desde o início de suas atividades, em 1993, as casas de bingos têm prestado um deserviço à Nação. Além de incentivar o terrível vício do jogo, sob o falso manto de contribuir para o financiamento de clubes desportistas, algumas dessas entidades vêm sendo utilizadas para dar ares de legalidades a recursos oriundos de atividades criminosas.

Importante observar que os bingos têm por sócios, por vezes ocultos, pessoas notoriamente relacionadas ao crime e à contravenção, as quais não raro, representam os interesses de organizações mafiosas com raízes no exterior.

Nossa firme convicção de que os bingos devem ser extintos está expressa no documento que cria a Frente Parlamentar contra a legalização da exploração dos jogos de azar no Brasil.

Ressaltamos, contudo, que na Frente Parlamentar possui caráter eminentemente preventivo. Para investigar e apurar os abusos que vêm sendo observados, julgamos que somente uma comissão parlamentar de inquérito, com poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, terá força para desbaratar as quadrilhas que se valem da exploração das casas de bingo para lavar dinheiro proveniente das atividades criminosas.

Em face de todo o exposto, conclamamos os ilustres Senadores e Senadoras a assinarem o presente requerimento, com finalidade de ver instalada uma comissão parlamentar de inquérito para investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Sala das Sessões, 5 de março de 2004. – **Magno Malta**.

REQUERIMENTO Nº, DE 2004

(do Senador Magno Malta e outros)

Requeremos em conformidade com o art. 145 do Regimento Interno, conjulgado com o art. 58, § 3º, da Constituição Federal, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, composta de 15 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e purar a utilização das casas de bingo para a prática de crime de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, com duração de cento e vinte dias, estimando-se em R\$200.000,00 (duzentos mil reais)

os recursos necessários ao desempenho de suas atividades. (continuação, folha nº 3)

Magno Malta – Heloisa Helena – Serys Silesarenko – Papaléo Paes – João Capiberibe – Efaim Moraes – Ana Julia Carepa – Arthur Virgílio – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Eduardo Azevedo – Mão Santa – Garibaldi Alves Filho – Hello Costa – Jefferson Peres – Ramez Tebet – Pedro Simon – Tião Viana – Mão Santa – Augusto Botelho – Eduardo Suplicy – Flávio Arns – Geraldo Mesquita Júnior.

REQUERIMENTO Nº, DE 2004

(do Senador Magno Malta e outros)

Requeremos em conformidade com o art. 145 do Regimento Interno, conjulgado com o art. 58, § 3º, da Constituição Federal, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, composta de 15 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e purar a utilização das casas de bingo para a prática de crime de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, com duração de cento e vinte dias, estimando-se em R\$200.000,00 (duzentos mil reais) os recursos necessários ao desempenho de suas atividades. (continuação, folha nº 4)

Antero Paes de Barros – Demóstenes Torres – Almeida Lima – José Jorge – Reginaldo Duarte – Alvaro Dias – Cristovan Buarque – Osmar Dias – José Agripino – Romeu Tuma – Leonel Pavan – Jorge Bonhausen – Sérgio Cabral – Heraclito Fortes – João Tenório – Lúcia Vânia.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 243. do Regimento Interno do Senado Federal, minha assinatura aposta ao requerimento de criação da CPI dos "Bingos" é apenas de apoio.

Sala das Sessões, 2 de março de 2004. – **Sibá Machado**.

Senhor Presidente,

Considerando que o Presidente da República proibiu, por meio da Medida Provisória Nº 168, de 2004, a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e jogos em máquinas eletrônicas denominadas "caça-níqueis", retiro, nos termos do art. 244. do Regimento Interno do Senado Federal, minha assinatura aposta ao Requerimento da CPI dos "Bingos".

Sala das Sessões, de fevereiro de 2004. – **Hélio Costa**.

→ O QUE MENOS FEZ FOI INVESTIGAR BINGOS; ~~DEIXO~~
→ INVESTIGA: • MORTE DE CELSO DANIEL
• EMP. LEÃO LEÃO E CONTRATOS CIA-PR

FATO
DETERMINA
—

ESTATUTO DA OAB

investidura.

Art. 30 - São impedidos de exercer a advocacia:

I - os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora;

II - os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades para estatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.

Parágrafo Único - Não se incluem nas hipóteses do inciso I os docentes dos cursos jurídicos.

*** O advogado Márcio Luiz Silva é regularmente inscrito na OAB – Seção do Distrito federal sob o número 12.415/DF.**

É servidor comissionado da liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Não há nenhum impedimento para impetração de Mandado de Segurança contra ato de membro ou comissão do Senado Federal, como foi o caso.

A questão jurídica é simples, não comporta dúvida alguma.

Se os senhores membros da oposição permanecem com dúvidas a respeito, podem consultar a OAB ou pedir ao Supremo Tribunal Federal a nulidade da decisão por ilegalidade de representação, o que não ocorrerá.

Isso é o que os atuantes do meio jurídico chamam de “JUS ESPERNIANDI” – O direito de espernear, quando não se conformam com uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedi a V. Ex^a o mesmo tempo que concedi ao Senador Heráclito Fortes, que, para V. Ex^a ver, como irmão do Piauí, não o discriminei por ter saído do Piauí.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, necessito, devo transferir à Mesa uma preocupação em relação àquilo que considero desrespeito ao Senado Federal por parte do Poder Executivo.

Há algum tempo, estamos trabalhando com o objetivo de investigar os gastos do Governo através dos cartões corporativos. Pedidos de informações, auditoria do Tribunal de Contas da União, e acabamos revelando irregularidades encontradas junto à Presidência da República com notas frias, causando despesas fictícias com recursos sacados através da utilização dos cartões corporativos. Aprovamos, aqui, um requerimento que nos permitiu solicitar informações à Casa Civil.

Alegou a Ministra Dilma Rousseff a impossibilidade de remeter a documentação. Aprovamos outro requerimento, designando um consultor para, na área da Presidência da República, investigar a documentação existente. A Mesa do Senado aprovou, designou um consultor oriundo do Tribunal de Contas da União, que passou a realizar esse trabalho. Enquanto o trabalho se deu relativamente a despesas que não chegavam ao redor do Presidente da República, houve a permissão para a realização do trabalho. Quando nos aproximamos de despesas do Presidente da República com cartões corporativos, houve o impedimento, uma nota técnica utilizada para a decisão da Casa Civil:

Cabe questionar se o Poder Legislativo poderia ter amplo e irrestrito acesso às informações detalhadas dos gastos com a utilização do cartão corporativo. Entendemos, com a devida vênia, que não.

Depois:

Entendemos que, como o ilustre servidor designado pelo Senado já está tendo acesso ao mencionado documento de caráter sigiloso, deve-se-lhe negar imediatamente esse acesso.

E, ao final, diz o seguinte:

Deve-se negar imediatamente acesso do servidor a serviço do Senado Federal aos processos de prestação de contas relativos ao uso

do cartão de pagamento do Governo Federal, mormente aqueles relacionados às despesas efetuadas com o Presidente da República, por se tratar de informações sigilosas.

Portanto, Sr. Presidente, tudo é sigiloso neste Governo. O Senado Federal não pode exercer uma função primacial que é a de investigar o Governo. As contas do Governo devem ser públicas. Alega-se que ao Tribunal de Contas cabe esse trabalho de auditoria. O Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Senado Federal. Portanto, a responsabilidade do Tribunal de Contas é a de funcionar como órgão auxiliar. A responsabilidade da fiscalização é, sim, do Senado Federal. Por isso, consideramos um desrespeito, uma obstrução ao trabalho de investigação do Senado Federal junto à Presidência da República.

Estamos submetendo à Mesa o fato para posterior deliberação. Sei que V. Ex^a haverá de comunicar, por meio do Secretário Raimundo Carreiro, à Presidência da Mesa essa informação para que, afinal, a Mesa do Senado Federal se pronuncie a respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Atenderemos a solicitação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Valdir Raupp. Como já estamos na prorrogação, invoco para a sua competência sintética.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prometo não gastar mais do que 50% do tempo dos oradores que me antecederam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mercê de seu imenso potencial hidrográfico, o Brasil pôde, ao longo do século passado, criar um sistema energético eficiente e limpo, baseado na geração de eletricidade em usinas hidrelétricas. A região amazônica concentra cerca de 51% de todo o potencial hidrelétrico brasileiro e, portanto, impõe-se como natural a sua vocação para os empreendimentos que visam à produção de energia elétrica de origem hídrica.

A certa altura, porém, tais obviedades pareceram turvar-se, e o País, desviado de um caminho vitorioso e único no mundo, andou investindo em geração de energia em usinas térmicas movidas a óleo combustível, com severos impactos ambientais e a um custo financeiro igualmente elevado. Felizmente, houve uma reorientação estratégica, e o Governo, hoje, mostra-se mais uma vez disposto a investir na produção de energia hidrelétrica, na região mais propícia do território nacional: o Norte.

Com efeito, a continuação do complexo do rio Madeira, formado por duas hidrelétricas deste lado da fronteira e outras duas na Bolívia, irá gerar, na parte

brasileira, cerca de 6.500 megawatts, montante imprescindível para compor os investimentos em energia nova, necessários para sustentar a projeção de consumo a partir de 2010, afastando os riscos de novo ciclo de desabastecimento energético.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou otimista! Vale a pena ressaltar que os estudos ambientais avançaram rapidamente em 2005, e há uma expectativa de que o licenciamento prévio seja emitido pelo Ibama já em abril ou maio deste ano.

Quanto às opções de licitação, o Governo está estudando uma forma inédita de leilão, reservando 49% do projeto para um consórcio formado por Furnas, Chesf e Eletronorte.

Todavia, aqui e acolá começam espocar críticas ao projeto e insinuações mal fundamentadas sobre o complexo do rio Madeira. Ora criticam os valores previstos, da ordem de 20 bilhões de reais, ora fustigam o modelo escolhido pelo Governo. O fato é que ninguém discute a necessidade de aumentar o ritmo de crescimento de nossa economia – e, para tanto, todos sabem, é mister investir em infra-estrutura e produção de energia!

Permitam-me, pois, Sr^{as} e Srs. Senadores, rebater as duas principais vertentes críticas ao complexo do Madeira. Um simples exercício aritmético será capaz de desmistificar o alegado alto custo do investimento. Estudos preliminares feitos por Furnas apontam um potencial de geração de riqueza da ordem de 2,36 bilhões de reais ao ano, somente com a geração de energia. Outros 5,24 bilhões de reais podem advir do incremento agrícola na região, da produção do maquinário para mover as 88 turbinas e da imensa demanda por serviços, como hotelaria, turismo e setor de alimentos. Assim, em curto período de tempo, haverá o devido retorno do investimento.

De outro lado, cumpre esclarecer que os 49% da Eletrobrás e suas subsidiárias ajudam a assegurar o interesse da iniciativa privada pelos demais 51%, viabilizando o projeto. E não falamos de um projeto qualquer, mas de uma gigantesca iniciativa, a maior do Plano Plurianual de 2004 a 2007 na área de infra-estrutura. Trata-se de uma iniciativa estratégica do Governo Federal, que conta com o apoio dos governos locais.

Parte das críticas associa a construção das usinas de Santo Antônio e de Jirau à proximidade das eleições. Mesmo profissionais de imprensa que reputo muito competentes, como a colunista Míriam Leitão, têm-se deixado contaminar por esse tipo de percepção errônea, e sou fã e admirador de Míriam Leitão. A verdade dos fatos é que o projeto do rio Madeira não nasceu agora, às portas da eleição – V. Ex^{as}, que acompanham meus pronunciamentos, sabem muito

bem disso. Quero crer que a jornalista Míriam Leitão, por essa vez, não logrou ouvir fontes fidedignas e, em consequência, acabou emitindo opinião sem o devido amparo dos dados técnicos corretos.

O Jornal **Valor Econômico**, por exemplo, mostrou em edição recente que um dos principais benefícios produzidos pelo complexo do rio Madeira será a interligação de parte da Região Norte ao sistema elétrico nacional. Além dos ganhos sistêmicos, traduzidos em maior escala, haverá a substituição do chamado sistema isolado, feito com geração termelétrica a óleo combustível. Essa energia, além de poluidora, é cara, pois somente o óleo custa cerca de R\$4,5 bilhões por ano. Tais valores são pagos por todos os cidadãos brasileiros, em sua...

(Interrupção do som.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – ...conta de luz, ocultos sob a rubrica denominada Conta de Consumo de Combustível, CCC. E o que é pior: essa conta não pára de crescer. Entre 2005 e 2006, a variação foi de quase 25%. Por isso, advogo a tese da construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, obra que, a curto e a médio prazo, vai trazer uma economia muito grande na geração de energia elétrica, até que saiam as usinas do complexo do Madeira.

De todo modo, convidamos a um debate sério e qualificado sobre o projeto. Sabemos que ficaria demonstrado o impacto inestimável para a economia de Rondônia e do Norte do País. Por exemplo, apenas de *royalties*, prevê-se o aporte do equivalente a 5% da arrecadação total do Estado. Para o Município de Porto Velho, a cifra é ainda mais vistosa, pois significa 30% de sua arrecadação atual. Os demais Municípios receberiam, pelo ICMS gerado pela energia, 25% também dessa arrecadação.

Nunca é demais frisar o enorme resultado na geração de empregos. Cerca de 50 mil empregos diretos e o dobro disso nas atividades de apoio às obras. Em momento de picos, nas obras de engenharia, estima-se que cada uma das usinas poderia empregar 40 mil operários, quase todos da própria região, pois já existem investimentos em qualificação de mão-de-obra local.

Sr. Presidente, Rondônia desponta como um de nossos principais pólos de geração de energia, pois de acordo com o projeto de Furnas, tem capacidade para gerar 17 mil *megawatts*, oriundos de hidrelétricas, o que corresponde a quase 19% de toda a capacidade instalada no País.

Também são promissoras as atividades de mineração, do agronegócio e do setor madeireiro, depois da aprovação da Lei de Licitação das Florestas Públi-

cas. Com o processo de instalação do complexo do rio Madeira, a Prefeitura de Porto velho e o Governo do Estado julgam que as obras possam ajudar a formar um parque industrial, a fim de fornecer máquinas e equipamentos para a construção das usinas.

Pelo exposto, acredito que esteja se consolidando um novo perfil socioeconômico para o Estado, em tudo mais dinâmico e versátil que o anterior. Para tanto, é fundamental que se mantenha o ritmo e não se atrase o cronograma previsto para o andamento dos trabalhos de implementação do complexo do rio Madeira. Quem ganha, sem dúvida, é o povo rondoniense e a sociedade brasileira, beneficiados com um projeto de exploração energética sustentável e de longo prazo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecendo a todos pela atenção dispensada.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

A ordem de inscrição é: Senador Mão Santa, Senador Arthur Virgílio, Senador Cristovam Buarque e Senadora Lúcia Vânia, que são os últimos inscritos.

Senador Mão Santa, V. Ex^a dispõe de dez minutos, com mais cinco, se o desejar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pela televisão, companheiro Heráclito Fortes – o uso do termo “companheiro” não tem nada a ver com o PT. Foi um homem como nós, médico como nós, atentai bem, Valdir Raupp, Che Guevara, que disse: “Se és capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça feita em qualquer lugar do mundo, és companheiro”.

Todo o Brasil está cheio de indignação. Todo o Brasil! Edison Vidigal, político, é candidato lá no Maranhão. O outro, Jobim, queria ser candidato. Essa é a Justiça.

Atentai bem, Senador Arthur Virgílio! Montesquieu pula, estrebucha na sua sepultura diante da ignomínia no Brasil pelos poderes que ele sonhou. O *L'État c'est moi* acabado com o povo que foi às ruas e gritou: “liberdade, igualdade e fraternidade!” O governo do povo, pelo povo, e para o povo.

Atentai bem, nesses da Justiça, Senador Heráclito Fortes, pulando lá para o mundo político. Não foi isto que Montesquieu idealizou e sonhou, a traquina-

gem. O PMDB, Senador Arthur Virgílio, do MDB, neto do PTB do pai de V. Ex^a, aqui cassado.

Dezembro de 2004. Uma Assembléia, uma convenção. O Partido, Senador Heráclito Fortes, decide que quer ter candidatura própria. Não é preciso, Senador Sibá, até o Lula deve entender isso, porque lá no Grêmio Tiradentes, lá no Ginásio São Luiz Gonzaga, eu sabia que a Assembléia era soberana. É a convenção. Essa a vontade. Dezembro de 2004, sucessivas reuniões das executivas e todas elas se mantêm pela candidatura própria.

Atentai bem, Senador Alvaro Dias! Estupro, crime odioso... Senadora Lúcia Vânia, é estupro levar para a cama, forçar uma mulher ao ato sexual. Este é o mais vergonhoso estupro que está na democracia: o PT de Lula quer levar para cama, para o banquete eleitoral, para as eleições, o PMDB, que não quer ir com essa porcaria!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI. Fora do microfone.) – Casamento de coronel.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É! É o estupro democrático. Nós não queremos, Arthur Virgílio, Heráclito! Que saudade do MDB de Heráclito!

Eu vi, num salão como este, numa assembléia do Piauí, Heráclito, que era do PMDB, se rolar na discussão democrática com outro, mas para prevalecer a liberdade. Então, é a nossa história do PMDB, o PMDB que não tremeu diante dos canhões, diante de Geisel, o PMDB de Ulysses Guimarães e Sobral Pinto.

Atentai bem, Lúcia Vânia! Nem a ditadura ousou isso. O PMDB, na nossa cidade, Heráclito, em 1972, lá em Parnaíba, nós conquistamos, contra a ditadura, contra Médici, a prefeitura. Nem a ditadura impedia o PMDB de participar da democracia. Ulysses, Teotônio Vilela, moribundo, com câncer; Tancredo, que se imolou. Quantas diverticulites operei, Heráclito, na Santa Casa. Mas Tancredo retardou, entrando num fenômeno de septicemia, para fazer a transição democrática. E transitou dessas aos céus. Juscelino, cassado... Mas lutamos pela democracia.

E, agora, o PT impedir o PMDB de ter candidato? Heráclito, V. Ex^a tem uma história muito bonita no PMDB. Eu até digo o que o cantor diz: ninguém se perde no caminho de volta. Quero convidá-lo para voltar.

Mas quero dizer que nunca dantes o PMDB teve um Presidente tão firme, tão competente, tão digno como Michel Temer. Essa é a inveja e a mágoa dos outros, sem nenhuma liderança.

Atentai bem, ó Heráclito Fortes! Respeito a vivência de V. Ex^a neste Parlamento. Eu mesmo vi Deputados Federais, que para mim simbolizavam as suas ações, de chofre, se reunirem em número de 53 e retirarem o líder que se mostrou governista. Eu nun-

ca vi uma reação como esta: 53 Deputados Federais destituírem um líder.

Então, depois desse movimento, a executiva se reúne, indignada. Heráclito, eles não foram; eles correram e, vergonhosamente, comprometeram a justiça. Eles fugiram da raia e da luta. Eles deveriam estar lá. Pediram que a executiva se manifestasse, procuraram a traição em nome da justiça.

Ulysses dizia, Ó Arthur Virgílio: ouça a voz rouca do povo. Ouvi, na última reunião, os militantes cantarem. Esses governistas vão atrás de quem dá mais. O coro do outro lado, pátria amada, quer um PMDB sem marmelada. Está aqui a marmelada. Olha, ninguém mais justo. Isso é da cultura. A democracia é do povo e é universal. Essas prévias são da cultura democrática, os países civilizados as fazem.

O militante, o delegado, o suplente, o vereador, o prefeito, o vice-prefeito, o deputado, todos escolheram seu candidato à Presidente da República. É claro, estamos no pluripartidarismo.

Nós não temos a cara do PSDB. Nós não temos a cara do PT, que é o neoliberal do PSDB, mas coligado à corrupção e à vergonha – e não mais só à corrupção, mas à falta de pudor e de exemplo. Nós somos diferentes. Somos o PMDB. Mas o PMDB é do povo e da democracia, ele não faltou.

Estou aqui graças ao PMDB. Esta tribuna, este poder que assumimos em nome do povo, eu o quero, Heráclito Fortes, permitir a outros. Lembro-me de V. Ex^a começando... Foi nas fileiras do PMDB. Nós lutamos com isso para que outros pudessem, usando esta avenida da democracia, chegar a representar o povo.

Nós estamos aqui com o Presidente e falando no nome dele. Só há um Presidente. Unidade de comando e unidade de direção. É Michel Temer.

E estamos lutando. Estamos lutando. Eu, eu, pessoalmente, há muito. Ó, Deus, eu vos agradeço, por ter me dado a coragem de tanto detectar como profetizar essa corrupção. E Ulysses, Heráclito: o cupim da democracia é a corrupção. E ele nunca que imaginou, Senador Arthur Virgílio, que ia ter tanto cupim neste Brasil, neste Brasil do PT.

Então, nós estamos aqui neste momento para salvar o PMDB, que é da Pátria e da batalha jurídica. É! Senador Álvaro Dias, Shakespeare: “Há algo de podre no reino da Dinamarca”. Aqui no Brasil está tudo é podre. O Executivo? Que podridão! Aqui a podridão que o PT trouxe com o mensalão e que compromete a Justiça. Nós entendemos, nós entendemos, Arthur Virgílio, como Aristóteles, que a coroa da Justiça brilhe mais do que a coroa dos reis! Que a coroa da Justiça esteja mais alta do que a coroa dos santos! E a Justiça é divina. É aquela dos mandamen-

tos da lei de Deus que eu queria, pelo menos, que Lula e o PT aprendessem. Uma delas é o 4º Mandamento: – Não roubarás. Eu e o Brasil cristão. Divina, quando Cristo não tinha, uma tribuna, uma televisão, e subia, às montanhas, e dizia: Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Isso não é justiça; isso é malandragem. Isso se arrasta desde 2004. Uma prévia. Marcada. Assisti à última reunião da Executiva. Toda lá. Os outros, Senador Arthur Virgílio – como lá no meu Piauí diz-se – correram da raia. Os outros governistas, para não caírem, se deixaram no chão e foram enxovalhar a justiça. Comprometer.

Olha, bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. O PMDB é esse Partido bem-aventurado. Quarenta anos na próxima semana: de luta, desse ideal, da ditadura, da anistia, das Diretas Já. Agora muito mais, Arthur Virgílio, eu acho que o PMDB tem que ficar forte, porque, pior do que... Na ditadura eles eram mais honestos do que os que estão aí. Eu estudei na ditadura. Tinha universidade que prestava. Então, o PMDB agora, com a coragem que combateu a ditadura, reconquistou a liberdade, a anistia e as diretas. Temos que lutar e voltar fortes para garantirmos neste País a ética, a decência e a dignidade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esta é a nossa... E convidamos todos, em nome do Presidente de nosso Partido, a estarem na convenção do PMDB, que é a Pátria, e a Pátria tem que ter Poder Judiciário, Legislativo e Executivo. E o PMDB serve à Pátria.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Já dizia o velho Ulysses Guimarães: “A pátria é o povo, e o povo vencerá”. Senador Mão Santa, não me é dado o direito de entrar na economia interna de Partidos que não o meu – sou muito cioso desse comportamento –, mas V. Ex^a, vez ou outra, me faz lembrar aqui o querido e memorável momento que não só eu, mas também o Senador Arthur Virgílio, tivemos no PMDB. Nosso Presidente eventual da Mesa é outro. Tivemos um momento de glória no PMDB, em que Álvaro Dias no Paraná arrastou multidões e fez uma Liderança consolidada. O meu aparte é de solidariedade ao ato, porque um ato de economia interna de um Partido, no meu modo de ver, deve ser decidido nos seus quadros. Não sei em que uma convenção fere a lei, uma convenção é ilegal, principalmente uma prévia, em que o Partido quer apenas ter o direito de dizer o que quer. Mas o meu aparte a V. Ex^a tem um outro propósito, e o faço com muito carinho e muita sinceridade. São as referências que V. Ex^a faz ao Deputado Michel Temer. Tive a felicidade de compor a Mesa da Câmara dos

Deputados durante quatro anos com o Deputado paulista Michel Temer: S. Ex^a, Presidente; e eu, 1^o Vice-Presidente. Concorro com V. Ex^a: é um homem fino, educado, firme, determinado, que sabe o que quer e, acima de tudo, um dos melhores juristas deste País. De forma que a minha impressão é de que o Presidente do Partido tomará as medidas necessárias...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...para que, em outra instância, essa questão seja revista e a democracia desejada para o PMDB seja praticada como desejam seus militantes no próximo domingo. Felicito V. Ex^a pelo pronunciamento e espero que essa coincidência crescente de equívocos, todos com o manto do autoritarismo, tenha um basta no Brasil o mais breve possível. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Heráclito, agradeço a V. Ex^a que contribuiu com um amigo seu, Ulysses, para esta grandeza que vivemos: o PMDB.

Mas, Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a, muito culta, como diz lá o poeta luso “quando a bela e velha Musa canta ou se levanta”. Eu vi essa musa, Pedro Simon, agora, na Executiva: Ramez Tebet. O PMDB se levantou por esses fatores de dignidade e grandeza.

Senador Heráclito, V. Ex^a se lembra da ditadura? O nosso caminho foi longo e sinuoso.

Arthur Virgílio, ninguém mais do que V. Ex^a que teve, não o sacrifício, mas o exemplo do honrado pai, Senador da República. Senador Arthur Virgílio, nós, do PMDB, vencemos eleição para prefeito, no começo dos anos 70, lá na Parnaíba. A reação dos militares foi essa mesmo. Atentai bem, Heráclito! Eu me lembro de que quando entrevistado, de manhã, na Rádio Pindorama, por Deoclécio Dantas, iam tomar e não iam deixar. A ditadura. A ditadura era melhor do que estes. Atentai bem, lá, Deoclécio Dantas, Rádio Pindorama: – “Mão Santa, tem um imbróglio aí na Justiça”. Igual a este. A justiça é divina, mas essa é feita por homens passíveis de corrupção. Atentai bem, Heráclito! Deoclécio Dantas me entrevistava nas madrugadas, às seis horas da manhã, o que eu achava daquilo. Estava uma história dessas liminares...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...para que Elias Ximenes do Prado não assumisse a prefeitura. Aí eu respondi.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem mais 2 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Dois são suficientes. Eu respondi, Senador Heráclito: Deoclécio, o

que me faz lembrar a história da velha Áustria, Prússia e Alemanha. Havia um moinho. Aí Frederico da Prússia se embelezou, queria adquiri-lo, levá-lo para a sua propriedade, para o seu castelo, e chamou o camponês: “Olha, eu quero comprar esse moinho”. Atentai bem, Senador Cristovam. Aí o camponês disse: “Eu não posso me desfazer desse moinho, porque ele foi de meu avô, de meu pai, e eu conservo a tradição”. “Você sabe com quem está falando? Sou Frederico da Prússia, o rei. Quero o moinho”. Aí o camponês se virou e disse: “Majestade, ainda existem juízes em Berlim”.

E agora eu digo: malandros, traquinas, ainda existem juízes em Brasília para derrubar essa imoralidade! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Cristovam Buarque, a relação agora se alterou: Senador Cristovam Buarque, Senadora Lúcia Vânia e Senador Arthur Virgílio são os próximos oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, por 15 minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses últimos dias, de ontem para hoje, aliás, temos discutido assunto extremamente importante, que é a intervenção do Poder Judiciário com o Poder Executivo no Poder Legislativo. E não há dúvida de que isso não pode continuar. Essa realidade tende a desfazer o equilíbrio entre nossas instituições e, com isso, desfazer o que caracteriza uma república. Não temos falado na importância desses últimos dias aqui sobre o porquê desse desequilíbrio que sentimos ultimamente: nesses últimos meses, nesses últimos anos em que surgiu a aliança de um Poder com o outro contra o terceiro. E esse terceiro Poder, hoje submetido a quase uma ditadura, é aquele que, de fato, representa o povo brasileiro: o Congresso. Por isso, creio que deveríamos perguntar-nos o porquê da submissão do Congresso, o porquê da perda de influência, o porquê de hoje sermos governados por medidas provisórias do Poder Executivo e por mandados judiciais do Poder Judiciário, o porquê de ser proibida a consulta aos membros do PMDB, de ser suspensa por um tribunal, por um juiz isolado. É isso que, a meu ver, Presidente, já não é apenas intromissão, mas deboche. O que a justiça fez ao interromper, Senador Mão Santa, já é um deboche, já não é mais nem uma intervenção. Por quê? Essa é a pergunta. Por que conseguem fazer isso? Por que o voto de líderes como V. Ex^a já não vale nada? Por que o mandato não é respeitado? Por que uma assinatura de um juiz monárquico consegue impedir a decisão de líderes nacionais que se juntaram para fazer uma

consulta às bases? Que bases? Vinte e três mil, se não me engano, de líderes, cada um deles com uma liderança, por que essa liderança não vale mais nada, Senador? Estamos nos perguntando não o porquê, mas como fizeram. Quero me perguntar por quê. E acredito que o Poder Judiciário e o Executivo fazem essa intervenção porque perdemos o respeito diante da opinião pública. E perdemos por duas razões: a primeira é que, de tantos nos submetemos àquilo que determinam, vai-se perdendo o respeito, e segundo porque o povo não está vendo esta Casa como representante dele. Porque se discute exaustivamente, mas não os problemas concretos que afligem o nosso Povo.

Senador, acredito que aqui deveria ter um painel com o nome de todos os desempregados do Brasil, para que o Senado se lembrasse a cada instante quantos milhões de brasileiros estão desempregados. Deveríamos ter aqui um anúncio dizendo quantas crianças estão fora da escola; quantas não terminam o ensino médio; qual o número de analfabetos. Deveríamos nos lembrar todos os dias da aflição do povo brasileiro, mas não lembramos; ao não lembrarmos, não oferecemos alternativas e, ao não oferecer alternativas, não somos respeitados; ao não sermos respeitados, o Supremo Federal faz o que quer conosco, e o Poder Executivo manda para cá as medidas provisórias que quer.

Só para dar o exemplo de uma despreocupação: estamos numa guerra civil neste País e não trazemos esse assunto para cá. Refiro-me à guerra civil que custou, de 1980 para cá, 800 mil mortos. Para dar o número exato, de acordo com as estatísticas do IPEA, foram 794 mil assassinatos nesses últimos vinte e cinco anos. Isso dá quatro assassinatos por dia. Isso faz com que nós, enquanto estamos discutindo aqui essas coisas, um número significativo de assassinatos ocorreu. Ao longo dessa semana, em que gastamos tanto tempo discutindo uma coisa importantíssima, como a proibição de um depoimento na CPI, nesse mesmo período, um número bastante grande de brasileiros foi assassinado. Há uma guerra civil com características de genocídio. Se formos olhar quais as vítimas, veremos que são, sobretudo, pobres, negros e jovens e não discutimos esse assunto.

E o povo percebe o que de nós? Que não estamos sendo a Casa do povo. E pior: em consequência disso, que estamos sendo uma Casa desrespeitada por um Presidente que manda medidas provisórias todo o tempo e um Poder Judiciário que impede o livre exercício desta Casa.

Por isso, além de ter esses anúncios aqui, que podem tomar como uma metáfora, obviamente, não como uma proposta concreta, até porque temos também a ditadura dos arquitetos e, se quisermos colocar um

anúncio diferente, provavelmente, não será permitido, nós temos de trazer os problemas do povo aqui para dentro, do dia-a-dia, e discutir questões importantes, como a intervenção do Poder Judiciário, nos intervalos da discussão dos verdadeiros problemas deste País. Se a gente não fizer isso, o Poder Judiciário e o Poder Executivo continuarão interferindo e continuaremos sem o apoio popular para enfrentarmos esses outros dois Poderes. Mas quero ir além na nossa pergunta. Por que a gente não gasta tempo aqui discutindo os assuntos concretos da vida do povo? Por que, Senador Alvaro Dias? Porque continuamos uma Casa com pouquíssima diferença do que havia no tempo do Império. Esta é uma Casa em que se trata dos nobres, não de cidadãos; esta é uma Casa que cuida dos organizados, dos grupos corporativos, seja de trabalhadores ou de empresários. Esta não é a Casa que realmente represente o povo. Basta dizer que, até por uma razão que possamos justificar do ponto de vista do funcionamento, aqui só entra de gravata. Sem gravata, no máximo, pode-se ficar ali em cima, olhando. Não há razão que justifique a Casa do povo exigir gravata. Mas existe um simbolismo nisso, qual seja o de que esta não consegue ser a Casa da imensa maioria do povo brasileiro.

Nós continuamos a ser os representantes de uma casta da população brasileira, tanto hoje como no tempo do Império, em que não havia participação de negros escravos nem a discussão dos assuntos deles, até quando se fez a Lei da Abolição, mesmo assim incompleta, porque se libertou, mas sem dar terra, escola; não se tomaram medidas para um desenvolvimento que gerasse emprego. Foi uma abolição incompleta. E essa realidade continua até hoje.

Por isso, volto a insistir em algo que falei esta semana, aqui. Está na hora de esta Casa não apenas discutir a cada tipo de intervenção do Poder Judiciário aqui dentro, como se fosse um soluço. Está na hora de tomarmos uma decisão séria. Não estou propondo nenhuma revolução, nenhuma revolta, mas colocarmos, Senador Arthur Virgílio – V. Ex^a, como um dos Líderes –, o colégio de Líderes para se sentar e discutir por que estamos nesta posição de grande instabilidade.

Volto a insistir: o que não é óbvio vira óbvio se repetido muitas vezes. Por enquanto, nós nos revoltamos com o fato de um juiz impedir um depoimento aqui. Mas, depois da segunda, da terceira, da quarta vez, nem surpresa vamos ter. Estamos surpresos porque o Superior Tribunal de Justiça proibiu a prévia do PMDB. Mas, daqui a pouco, de tantas proibições de prévias, um dia decidirão suspender as eleições, porque algum argumento alguém vai utilizar para dar uma liminar suspendendo as eleições. E aí talvez seja tarde demais

para conseguirmos tomar o poder que esta Casa tem de ter para que a democracia funcione.

O colégio de Líderes, ao mesmo tempo em que tem de discutir onde são as brechas constitucionais que provocam essa instabilidade, deve colocar ao lado a discussão, com uma autocrítica, de onde é que estamos errando na nossa agenda para que o povo não nos dê o suporte de que precisamos para enfrentar o Poder Judiciário, o Poder Legislativo. Não para sermos superiores a eles, mas para mantermos o equilíbrio entre os Poderes, sem o que não há democracia.

É preciso trazer para a nossa agenda os problemas do povo. Temos que discutir a situação desta guerra civil que o Brasil vive, para a qual estamos fechando os olhos. Oitocentos mil mortos em 25 anos é mais do que a Guerra do Vietnã matou de soldados norte-americanos em igual período. É quase igual a todos os últimos genocídios a que assistimos, raros, na África. Assistimos calados, como se nada tivesse a ver conosco, como se apenas os atos absurdos ainda dos juízes – absurdos enquanto não se repetem muito – tomassem e justificassem o nosso tempo.

Eu esperei até aqui, Sr. Presidente, para fazer, neste último dia da semana, esta manifestação.

Não podemos deixar que continue a intervenção do Poder Judiciário e do Poder Executivo sobre a Casa que representa o poder do povo. Mas, só discurso isolado do sentimento, da alma do povo brasileiro, pouco vai adiantar. Se só reclamamos, não vencemos. Se não descobirmos onde estamos errando, não teremos o apoio do povo para vencer.

Está na hora de percebermos que eles usam essa força graças à nossa fraqueza, que vem do fato de que esta é a Casa do povo, mas ele não a reconhece como tal porque a nossa agenda não é a agenda do povo. Está na hora de descobirmos quais são as brechas constitucionais que impedem o bom relacionamento entre os Poderes, que permitem que juízes façam deboche com esta Casa. Não é mais interferência, e sim deboche o que fizeram ao suspender as prévias do PMDB.

Falo com a maior tranqüilidade, porque, do ponto de vista do meu Partido, Senador Alvaro Dias, é positiva essa suspensão. Se não fizerem as prévias do PMDB, todos os seus membros e votantes desaguarão no candidato de outros Partidos. Se o nosso companheiro Jefferson Péres for o candidato do PDT à Presidência, é certo que receberá os votos que o Garotinho e o Rigotto têm para si. Eles votarão em quem? Na ótica do PDT, do ponto de vista oportunista, o juiz que suspendeu a prévia fez um favor, mas, do ponto de vista dos interesses nacionais, prestou um grande desfavor. E estou aqui não para representar

um partido, mas para representar um sentimento que tenho do que o povo brasileiro quer. Ele quer ver uma Casa forte, mas, para isso, é preciso que ela represente bem o povo brasileiro. E não estamos fazendo o nosso dever de casa com a correção que o povo que nos elegeu merece.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e, na sequência, à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo com uma questão que diz respeito ao meu Estado e à minha região. Preocupado com recentes notícias de que, por exigência contratual da Fifa – Federação Internacional de Futebol, a transmissão via satélite da Copa do Mundo de 2006 deverá ser codificada, enviei ofício ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa, dizendo que se isso ocorrer milhões de brasileiros estarão aliçados de participar e acompanhar o principal evento esportivo mundial, intensamente celebrado no Brasil.

Impedir o brasileiro de ter acesso televisivo a uma Copa do Mundo representa uma perversidade que a ninguém poderia interessar. Consideramos essa situação absurda e inadmissível e, diante de um fato de tamanha gravidade, solicito a esse Ministério, disse eu ao Ministro Hélio Costa, que envie todos os esforços e adote as medidas cabíveis, visando a que não se negue a toda a população o direito de assistir a todas as partidas que serão transmitidas e distribuídas via satélite pela TV aberta no País.

O Brasil reúne todas as condições para distribuição e utilização de sinais de televisão via satélite. É isso que permite, numa vastidão territorial como a brasileira, levar a televisão a uma população majoritariamente pobre e heterogeneamente distribuída, convivendo num macro-ambiente constituído por grandes florestas, imensos bolsões de pobreza, alta concentração de atividade econômica e amplos espaços desabitados.

Contamos com mais de 14 milhões de sistemas de recepção de televisão via satélite instalados, proporcionando acesso livre e gratuito, a partir de tecnologia nacional e popular, a um contingente de cerca de 50 milhões de habitantes, metade dos quais localizados nas mais remotas e isoladas localidades do País, como no interior da região amazônica, em postos de fronteira, em plataforma de exploração de petróleo, em minas ou em locais de geografia extremamente acidentada.

Diante dessa realidade, a distribuição da programação de televisão via satélite representa um dos principais instrumentos de democratização de acesso à informação, à cultura, ao lazer, ao entretenimento,

bem como importante ferramenta de garantia da integração federativa.

Se, no passado, a virtual hipótese da codificação da programação das emissoras de televisão já provocou debates intensos no âmbito do Governo e da iniciativa privada, atualmente, a codificação desprovida de planejamento e alternativas poderia, no mínimo, ser classificada como atitude irresponsável.

Qualquer obstáculo à preservação de condições de integração nacional, conquistada pela disseminação gratuita de entretenimento e jornalismo em português, representaria o desrespeito aos direitos básicos e à cidadania de milhões de brasileiros.

Em maio de 2002 – no governo passado, portanto –, pouco antes dos Jogos Mundiais da Coreia e do Japão, também surgiram idênticas ameaças de codificação dos sinais de transmissão dos jogos, o que levou o então Presidente Fernando Henrique Cardoso a baixar o Decreto nº 4.251, estabelecendo que os sons e as imagens da íntegra da transmissão ao vivo por qualquer meio de transporte de sinais, seja via radiodifusão, satélite e outros, dos jogos das Seleções pela Copa do Mundo de 2002, a ser disputada na Coreia do Sul e no Japão, não poderiam ser, por qualquer forma, codificadas pela concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens que transmitirem esse evento. Foi essa a decisão acertada, tomada àquela época pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, e é a mesma que solicito – já fiz isso, já solicitei – ao Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa.

O Presidente Lula, Senador Cristovam Buarque, esteve recentemente em Aracaju, como sempre soberbo – e agora ainda mais, porque se acha muito bem aquinhoado por pesquisas, e vou provar que não é bem assim –, e lá fez algumas declarações. Alguns manifestantes estavam lá protestando contra a presença dele, contra o seu Governo, e ele, de maneira desrespeitosa, como sempre falando tolices, disse que a massa encefálica dele, Lula, era mais inteligente do que a massa encefálica dos manifestantes. Não sei se ele quer que se peça um exame médico para medir a inteligência da massa encefálica dele.

Além disso, o Presidente Lula diz assim: “Quero ver qual é a mulher e o homem de Sergipe” – um Estado tradicionalmente contrário às obras de transposição das águas do rio São Francisco – “que negue que essa gente possa recuperar o rio São Francisco e tirar 1% da água e levar para onze milhões de famílias de nordestinos”.

Depois, ele vem com outra agressão ao povo sergipano. Essa, então, é terrível. É de uma grosseria, Senadora Lúcia Vânia, que é de fazer corar um monge. O Presidente Lula, que quer comparar a massa encefálica dele, como supostamente inteligente, em contraposição à massa encefálica dos manifestantes, que não seria tão inteligente – o Presidente parece aquela Magda, da televisão, para falar tolices –, também disse: “Agora todo mundo se sente dono do rio, agora, para jogar fezes lá dentro e esgoto; ninguém cuidou do rio”. Ou seja, ele entende que tudo que o povo sergipano fez foi jogar fezes e esgotos dentro do rio.

Essa linguagem chula não surpreende ninguém, mas, sinceramente, não é o que se espera de um Chefe de Estado. Sinceramente, não é.

Eu falava das pesquisas, e li com muita atenção a pesquisa do Ibope, Senadora Lúcia Vânia. O Presidente estava sozinho no páreo, só ele candidato. Temos agora um candidato excelente, correto, competitivo como é o Governador Geraldo Alckmin; o PMDB luta para ter direito a lançar o seu candidato; o PDT está em processo de escolha igualmente; a Senadora Heloísa Helena já é candidata pelo P-SOL. Ou seja, a situação vai ficando mais clara agora.

Vamos à pesquisa do Ibope. O Presidente divulgou bastante aquilo que interessava a ele; passo agora à parte que a ele não interessa: 45% dos consultados reprovam o Programa de Combate à Fome, carro-chefe do Governo Lula; 41% reprovam as ações de Lula em educação e saúde; 64% reprovam Lula na segurança pública; 50% reprovam-no no combate à inflação; 62% reprovam-no em relação à política de juros; 57% reprovam-no em relação ao desemprego; 69% reprovam-no quanto aos impostos, 54% querem que o próximo Presidente faça reformas profundas na política econômica em vigor; 60% consideram que a característica principal do próximo Presidente é ser honesto – esse dado é relevantíssimo; 36% julgam Lula pior do que supunham; 43% não confiam nele, sendo que, antes do mensalão, 34% eram os que não confiavam – já esteve pior, é verdade, mas bom não está, está muito ruim para ele, pois tem a desconfiança de 43% dos cidadãos que governa; 39% desaprovam seu Governo como um todo, contra 33% diante do mensalão; 42% acreditam que a inflação vai aumentar; 42% crêem que o desemprego vai aumentar, contra 24% que crêem que o Governo vai diminuir. São dados do Ibope.

Ouçó o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a traz um assunto muito importante: a pesquisa. A pesquisa foi um casamento da estatística com a matemática, está certo, mas está indicando aí popularidade. A mídia, a todo instante, promove esses artistas de televisão, de mídia e de novela, que têm também uma popularidade extraordinária. Mas, na hora do voto, é preciso ter outra coisa: cre-di-bi-li-dade. Quanto a Lula, a sua popularidade atingiu o maior

patamar que existe. Ninguém na história deste Brasil apareceu tanto na mídia, na televisão. Nem o Sérgio Chapelin apareceu tanto. Quem apareceu mais na televisão brasileira foi Lula. Nem aquele outro, que veio antes do Chapelin, apareceu tanto. Então, isso deu a Lula popularidade. Esta subiu, e toda hora, quando se liga a televisão, está lá o Lula, está lá a Petrobras fazendo propaganda do Lula.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PMDB – AM) – Marcos Valério está meio sumido; só tem aparecido ele mesmo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É, isso é popularidade. Agora, a credibilidade desceu, na medida em que subiu a popularidade, porque todos os veículos de comunicação estão à disposição dele. A credibilidade desceu. Todo mundo sabe da existência da corrupção na história do Brasil, que os portugueses a trouxeram, mas nunca dantes ela foi tão grande. E corrupção enterra credibilidade. Então, está enterrada a candidatura Lula.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a sabe, como sempre, contribuir muito para que o meu discurso encontre o melhor eixo.

Refiro-me agora ao episódio que envolve o Ministro Palocci e a esse menosprezo que o Presidente Lula aparenta dedicar à opinião das Oposições. Diz ele que temos que deixar o Ministro trabalhar. Ora, quem perdeu as condições de trabalhar, Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, foi precisamente o Ministro Palocci, ao deixar-se enredar em uma verdadeira teia de suspeição, ao desmentir-se, ao faltar com a verdade, ao perder credibilidade, como muito bem diz o Senador Mão Santa.

O Presidente Lula pensa que pode manter o Ministro Palocci só porque quer, assim como buscou manter o Sr. José Dirceu, depois das denúncias publicadas contra Waldomiro Diniz, sub-Chefe da Casa Civil envolvido com empresários de jogos, tráfico de influência e propinas. Ele nomeou José Dirceu, mas quem o demitiu não foi Lula; foi o então Deputado Roberto Jefferson, com aquela célebre fala: “Sai daí, Zé! Sai logo daí!” Foi ali que caiu José Dirceu. Então, não é bem assim. O Presidente não é dono absoluto das decisões deste País.

Pergunto se o Presidente acredita que poderá fazer o mesmo para garantir o Ministro Palocci, a qualquer preço, contra as evidências, a despeito de sua desidratação política e da perda de credibilidade – novamente essa palavra mágica. Dirceu tinha atrás dele Waldomiro e mensalões, Palocci carrega todo o condomínio da “República de Ribeirão Preto”. Em outras palavras, como Lula tem manifestado apoio público a

Palocci, a pergunta que se faz hoje na sociedade brasileira é: quem será o novo Roberto Jefferson? Vamos aguardar, Sr. Presidente.

Vejamos onde está a confiança do Presidente Lula, em matéria do jornal **O Globo** de hoje, assinada pelos jornalistas Alan Gripp, Evandro Éboli e Gerson Camarotti:

A decisão de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar engessar a CPI dos Bingos foi tomada ontem de manhã, no Palácio do Planalto, momentos antes de o caseiro Francenildo Santos Costa começar a depor. Há pelo menos quatro meses o Governo estudava essa possibilidade e já tinha preparado o mandado de segurança, mas o martelo só foi batido ontem pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reunião com ministros da coordenação política e senadores.

O Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, participou da reunião e, segundo um dos integrantes do grupo, estava muito abatido e falou pouco.(...)

“Não vejo qualquer movimento do Presidente para abrir mão de Palocci. Esse tema não está na agenda do Presidente” – disse o Ministro das Relações Institucionais, Jacques Wagner.

(...)

Lula já teria a convicção de que Palocci realmente freqüentou a mansão onde era feito o *lobby* da República de Ribeirão Preto. Mas acredita que as visitas na mansão do Lago Sul eram motivadas unicamente pela amizade com os seus ex-assessores na prefeitura de Ribeirão Preto. A ser verdade isso, porém, Lula teria admitido que Palocci mentiu, já que o ministro nega ter ido à casa da República de Ribeirão.*

Isso tudo foi dito por um observador do Palácio.

E eu acrescento, faço o meu complemento. O Ministro Palocci faltou com a verdade diante do Senado Federal, diante da CPI dos Bingos, sob o crivo atento da Nação brasileira. O Presidente Lula pensa que pode simplificar mediocrementemente todas as coisas. Ele pensa que pode tratar tudo na brincadeira. O Senador Álvaro Dias hoje disse algo de muita profundidade: a acreditar que seja possível mesmo o Presidente dar essa tal volta por cima, isso tudo levaria a acreditar que a sociedade brasileira está muito pouco preocupada com a questão ética, com a questão da correção no trabalhar a coisa pública. Não acredito nisso, sob nenhuma hipótese. Curvo-me a qualquer resultado elei-

toral, sou um democrata, mas não acredito nisso, sob nenhuma hipótese. Acredito que a sociedade brasileira vai-se pronunciar na hora certa, no momento certo, e dizendo não a um certo “ademarismo”, um populismo “ademarista” de esquerda, tenha a cor que tiver, mas “ademarismo” sim, que não pode voltar a ser considerado como força política de primeiro nível neste País.

Procurei ajudar bastante o Ministro Palocci ao longo desses três anos em que ele dirigiu a economia do País. E não fiz isso sozinho; fiz sempre ao lado do atual Presidente do meu Partido, Senador Tasso Jereissati, sempre ao lado dos meus companheiros de Bancada, com as exceções sempre respeitáveis de alguns Senadores que tinham lá a sua posição, fiz isso sempre em sintonia com o Presidente Fernando Henrique, com o Governador Alckmin, com o Prefeito José Serra, fiz isso em sintonia com os meus companheiros. Não me arrependo um só minuto. Sei que contribuí, com esses gestos todos, para evitar sobressaltos e transtornos para a economia brasileira, poupando, portanto, transtornos para a própria população brasileira como um todo.

Trata-se agora de testarmos a economia, saber-mos se ela está madura ou se ela depende do Ministro Palocci. Se for assim, se sem o Ministro Palocci não dá para andar, temos de cercá-lo de segurança, colocá-lo numa redoma para não respirar bactérias, cuidar, enfim, da saúde do único homem que seria capaz de manter em funcionamento pleno a economia do País. Como não é assim, está na hora, sim, de debatermos aqui se o Ministro tem condição de ficar ou não. Eu acho que não, que ele perdeu a condição de ficar. Perdeu porque caiu no descrédito em relação a todos que nele confiaram; perdeu porque caiu no descrédito em relação a todos que nele depositaram fé.

A mim o Ministro, em diversas ocasiões, me declarou não ter nada com essa tal “república de Ribeirão Preto”. Isso explica a posição tímida que tive nas vezes em que o Ministro compareceu a esta Casa para prestar explicações. Isso deixa à mostra todas as articulações que fiz, dentro da minha Bancada e dentro das Oposições, visando a poupar o Ministro de dissabores ao máximo, levando em conta ser ele – e ele era – a espinha dorsal de equilíbrio de um Governo sem equilíbrio, como é o caso do Governo Lula. Mas chegamos a um ponto que não dá mais, que não dá mais mesmo! Chegamos a um ponto em que a corda esticou e partiu. E se a corda esticou e partiu, não tenho a não ser que cumprir o dever de explicitar que o PSDB se sentiu traído. O PSDB perdeu a confiança no Ministro e, portanto, o PSDB cobra a demissão dele, sim.

Aí diz o Presidente, por meio de seu acólitos ou por suas palavras: “Quem demite é o Presidente, quem

nomeia é o Presidente”. Quem nomeia é o Presidente, mas quem demite às vezes é o Roberto Jefferson, conforme vimos no episódio José Dirceu. Não estou com a menor pretensão de nomear ninguém no Governo Lula. Posso até querer demitir, talvez. Insisto: o Presidente não é dono dos movimentos todos da Nação brasileira. Não é! O Presidente não controla os movimentos dessa sociedade complexa e exigente que aí está.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo a V. Ex^a que acabei de entrar com um pedido – eu ia dar entrada apenas na Comissão de Fiscalização e Controle, mas estou estendendo também à Comissão de Educação – para saber do Sr. Antonio Grassi, que, supostamente, espalhou, que divulgou aquela lista falsa, fraudada, de Furnas, se ele acha que esse é um trabalho pedagógico, se ele pensa que está fazendo bem à cultura brasileira.

Como se trata de cultura na Comissão de Educação, a idéia seria juntarmos as duas Comissões para ouvirmos o que tem a dizer o Sr. Antonio Grassi, ator que, dessa vez, cumpriu o seu próprio papel, o papel de canastrão. Dessa vez ele não merece ponta em nenhuma novela deste País, porque o computador oficial dele não foi feito para divulgar listas falsas e não se espera de um governo que se acumplice com chantagistas visando a fins políticos a favor do Presidente da República. Ele não foi contratado para isso, mas para trabalhar, na Funarte, pela divulgação e para o desenvolvimento da cultura deste País. Foi para isso que foi contratado.

Vamos averiguar profundamente tudo isso, mas me parece muito patente essa ligação do Governo Lula com a fraude. Estava evidente que a lista era fraudada, estava evidente. O Ministro Márcio Thomaz Bastos sabia, a Polícia Federal não poderia deixar de saber, mas fingiu, pois o Governo Lula manietou a Polícia Federal. O Ministro Thomaz Bastos fazia cara de inocente, cara de paisagem, e dizia que iam ver, que ainda não haviam completado os exames. Como é que uma lista pode passar meses na Polícia Federal sem sair um laudo? No entanto, agora saíram laudos da Polícia Federal e laudos independentes. Na próxima semana vou voltar à carga nesse ponto.

O fato é que a lista falsa de Furnas é uma lista tão falsa que revela seu lado mais falso agora: o conúbio entre o fraudador e o Governo meio pirata que usou computadores oficiais para despachar a lista Brasil adentro.

Senadora Lúcia Vânia, Senador Cristovam Buarque, Senador Alvaro Dias e Senador Mão Santa, eu dizia, ainda há pouco, a uma jornalista de importante jornal brasileiro que a maior prova da falsidade dessa lista – todos aqui lidamos com notícias – está

num fato: se a lista não fosse falsa, uma lista que tem o nome de Alckmin e de Serra, os dois candidatos do PSDB, se a lista não fosse falsa, o mundo acabava, acabava o PSDB. Então, na medida em que ninguém escandalizou a lista, é porque todos sabiam que a lista era falsa, porque, senão, a notícia era muito forte mesmo, uma notícia terrível. No entanto, ninguém teve a coragem de dizer que a lista era falsa, pelo simples fato de que, se ela não fosse falsa, seria uma revolução neste País.

Assim, ficou aquela coisa em banho-maria, muito ao gosto do Ministro Thomaz Bastos, porque percebo que ele gosta dessa história de ficar por ali, naquela história de advogado criminalista. Respeito muito a profissão, mas ele não está ali como advogado criminalista, mas como homem de Estado que deveria ser, que deveria se espelhar não no Armando Falcão, mas, sim, em Paulo Brossard.

Vamos continuar com as coisas. É bom a gente não mentir, porque posso voltar à tribuna para dizer sempre a mesma coisa. Eu volto e digo sempre a mesma coisa. Alguém pode dizer que sou chato. Posso ser chato, mas não incoerente. Posso ser chato, mas não mentiroso. Estou o tempo todo voltando aqui para dizer as mesmas coisas para não me envergonhar de nenhuma das minhas posições. E vejo essa gente do Governo toda cheia de queda de asas, toda cheia de requebros para um lado e para o outro.

Muito bem, Sr. Presidente. Volto a dizer que o Ministro Palocci perdeu – e concluo – todas as condições de gerenciar a economia deste País. O futuro mostrará se tenho razão ou não.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Senador Arthur Virgílio.

Para encerrar a sessão de hoje, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, a quem agradeço pela paciência com que esperou pela sua vez.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, estamos assistindo, desde ontem, a uma situação, no mínimo, constrangedora para esta Casa.

A suspensão do depoimento do caseiro Francezildo Santos Costa, na CPI dos Bingos, por força de liminar, mostrou a fragilidade do atual Governo, incapaz de ser confrontado com possíveis fatos que venham prejudicar integrantes do seu Partido.

Eu gostaria de manifestar o meu apoio ao Senador Efraim Morais, Presidente da CPI dos Bingos, por

sua irretocável atitude em aceitar a decisão do Supremo Tribunal Federal de suspender o depoimento do caseiro e, ao mesmo tempo, de anunciar que tomará as medidas jurídicas cabíveis para continuar com as investigações.

O Senado Federal precisa manter sua independência e mostrar à sociedade que está somente cumprindo com o seu dever de legislar e investigar fatos que comprometem a Nação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em sua coluna Panorama Político, publicada no último dia 15, a jornalista Teresa Cruvinel escreveu uma frase que faço questão de reproduzir: “Há brasileiros que desiludem o País. Há também os que elevam sua auto-estima.”. A jornalista se referia ao Dr. Aloysio Campos da Paz, Diretor-Presidente do Conselho Deliberativo da Rede Sarah de Hospitais, único nome da América do Sul a constar de livro sobre a história da cirurgia ortopédica a ser publicado pela Academia Americana de Cirurgias Ortopédicas.

O Dr. Aloysio merece, sem dúvida, essa referência, pois seu trabalho e de toda a Rede Sarah é referência nacional e internacional na área da medicina do aparelho locomotor.

A referida frase também se aplica à Ministra *Ellen Gracie, eleita Presidente do Supremo Tribunal Federal. Primeira mulher a ingressar no Supremo, a Ministra poderá ser a primeira mulher a assumir a Presidência da República.

A eleição da Ministra Ellen Gracie neste mês de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, é uma feliz coincidência. Nas palavras da própria Ministra a sua escolha representou um considerável progresso para a condição feminina.

Cumprimento a Ministra e agora Presidente do Supremo Tribunal Federal por essa conquista tão representativa para as mulheres brasileiras.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas considerações sobre a política de habitação do Governo Lula ou, para ser mais exata, sobre aquilo que o Governo Federal vem chamando equivocadamente de política de habitação.

Na verdade, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se existe, neste Governo, algum setor em que possa vislumbrar um esboço, um rascunho que seja de política pública que efetivamente tenha dado certo.

É assim na educação, na saúde, na segurança pública, nos transportes, enfim em todos os setores em que se requeira a ação do Estado para atender os interesses e anseios da população. O que existe são ações isoladas que não conseguem esconder o interesse eleitoral. Acima de tudo, este Governo adora lançar programas como se fossem novos, se possível

com siglas e nomes pomposos. Trata-se de programas que, em sua maioria, foram criados no Governo anterior, deram certo e, exatamente por isso e por terem ficado conhecidos da população, causam tanto desconforto ao Governo do Presidente Lula, que mudou imediatamente os seus nomes para implantar a sua marca.

No setor da habitação, seguramente um dos que tem mais importância para o dia-a-dia do cidadão, o Governo não tem agido de forma diferente.

Em novembro de 2004, quase dois anos depois da posse, o Governo Lula distribuiu um caderno pretensioso a que deu o nome de “Política Nacional de Habitação”. Num total de 100 páginas, o material chamava a atenção por dois motivos: o texto era um exercício de divagações, que fazia questão de ressaltar os nomes de dirigentes e funcionários do Ministério das Cidades. Penso que essas páginas repletas de nomes não deixam de ser um bom exemplo do tão alardeado aparelhamento do Estado promovido pelo PT.

O fato é que a política nacional de habitação do Governo do Presidente Lula permaneceu esquecida até o começo deste ano de 2006, exatamente num ano de eleições, um ano em que o Governo se deu conta, finalmente, de que precisa mostrar que está fazendo alguma coisa.

E é por isso que o Presidente Lula decidiu lançar, em fevereiro, um “pacote de bondades” na área habitacional composto por três medidas: crédito imobiliário para a classe média, ampliação de recursos para habitação social e desoneração de materiais de construção.

Mas é preciso analisar se esse é mesmo um pacote de bondades.

Em matéria publicada no jornal **O Globo**, a Dr^a Ermínia Maricato, Professora de Planejamento Urbano da Universidade de São Paulo, afirma que “o Governo falha ao não trabalhar em conjunto com as Prefeituras, já que a urbanização de favelas, a regularização fundiária e a produção de novas unidades são fundamentais”. E prossegue: “Acho que o Governo teria de exigir a escritura para evitar que a renúncia fiscal sobre material de construção estimule construções informais”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Dr^a Maricato era, há poucos meses, a Secretária Executiva do Ministério das Cidades e foi responsável por essa política nacional de habitação de que falei há pouco. Agora, é ela quem nos aponta as medidas eleitoreiras alinhavadas e anunciadas às pressas pelo Governo como políticas públicas sérias. E não é só isso.

O impacto da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre os 13 itens da cesta de materiais de construção e de redução de 5% da alíquota sobre os outros 28 produtos foi avaliado pelo Sindicato da

Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo. A informação é de que a redução no custo final dos imóveis será apenas de 1,2%.

O economista e sociólogo Carlos Vainer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a consultora Maria Henriqueta Alves, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, são unânimes em afirmar: as populações com renda de até três salários mínimos não estão sendo atendidas.

As críticas à política de habitação do Governo Federal partem de especialistas do setor; partem também da mídia; partem até de pessoas que, há pouquíssimo tempo, eram responsáveis por essa política no âmbito do Ministério das Cidades. Estão partindo também de Estados e Municípios, que, no fim das contas, serão os verdadeiros responsáveis por esse programa habitacional que o Governo Federal lança como uma grande benesse para a população mais carente.

A redução do IPI de que tanto falei acima vai onerar sobremaneira os Municípios e os Estados. O Imposto sobre Produtos Industrializados compõe o Fundo de Participação dos Municípios, junto com o Imposto de Renda. No total arrecadado desses impostos, são retirados 22,5% líquidos para os Municípios. Com essa verba, a prefeitura investe em obras, saneamento e folha de pagamento.

Este ano, compulsoriamente, o Governo terá de investir nesse programa para fazê-lo uma bandeira a mais para o seu tão decantado programa social, que apenas existe no papel. Quando demanda articulação com Estados e Municípios e respeito partidário às prefeituras, nada fazem este Governo e este Partido que está no poder.

Com tantos reclamos partindo de tantos setores da sociedade, as críticas não podem ser creditadas a uma eventual má vontade da Oposição. A falta de investimentos em moradia popular não está afetando apenas as pessoas que sonham com a casa própria. O cidadão que está sem trabalho também percebe que não há, de parte deste Governo, uma ação efetiva para reduzir o desemprego.

O Ministro das Cidades anuncia que o pacote de bondades tem potencial para criar 877 mil empregos diretos e indiretos no País.

Mas já se sabe que, na verdade, serão gerados três vezes menos empregos do que aquilo que o Governo promete. E os R\$18,7 bilhões tão anunciados no pacote habitacional não serão capazes de criar mais de 300 mil empregos.

Está na hora de o Governo se dedicar, com um pouco mais de seriedade, à questão. O setor da construção civil é um dos que mais contribuem com o País.

Em 2005, o Produto Interno Bruto do setor atingiu cerca de R\$120,9 bilhões.

Precisamos ser apresentados a uma política habitacional efetiva e coerente, que atinja, de verdade, a população mais carente.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de aqui cumprimentar o Líder do nosso Partido, Senador Arthur Virgílio, por suas colocações em relação à lista de Furnas. É verdade que o nosso Partido, o PSDB, desde o início, solicitou informações urgentes ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que S. Ex^a apresentasse uma declaração de que a lista era falsa. Convivemos por vários meses com essa dúvida diante da população. Obviamente, a população esperava do PSDB uma decisão efetiva.

E é com muita alegria que hoje vimos a imprensa nacional focar a decisão dos peritos que analisaram a lista, dizendo, portanto, que a lista de Furnas é falsa. E foi essa lista falsa que fez com que o Governo mantivesse a expectativa, durante longos meses, de desgastar o PSDB, portanto, a Oposição.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 03 minutos.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 066 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Designar a servidora Maria Cristina Portella de Azevedo, matrícula 44316, para integrar a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 171, 2005, incumbida de promover estudos, desenvolver e implementar ações junto à administração, com o intuito de promover a valorização da pessoa com deficiência no âmbito do Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 1º de março de 2006.

Senado Federal, 15 de março de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 067 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Prorrogar a Comissão Especial de Leilão, de que trata a Portaria nº 102/2005 – DGER, incumbida de preparar leilão de bens considerados inservíveis, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP, tendo em vista que o setor de bens patrimoniais, daquela Secretaria, dispõe de considerável volume desses objetos.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de março de 2006, com prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 17 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 474 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, o servidor **GERALDO BRAGA FILHO**, matrícula 102912/PD, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodasen, da função comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Atendimento às Áreas de Documentação e Informação – SDI, da Subsecretaria de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Legislativa e de Orçamento – SSDSL, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN.

Senado Federal, em 16 de março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 475 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **MARIO SÉRGIO PEREIRA MARTINS**, matrícula 104234/PD, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodasen, para exercer a função comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Atendimento às Áreas de Documentação e Informação – SDI, da Subsecretaria de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Legislativa e de Orçamento – SSDSL, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN.

Senado Federal, em 16 de março de 2006




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 476 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003937/06-2,

RESOLVE dispensar o servidor NAFTALI ALVES DOS REIS, matrícula 52982, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Administração da Secretaria TV Senado, a partir de 09 de março de 2006.

Senado Federal, 17 de março de 2006.

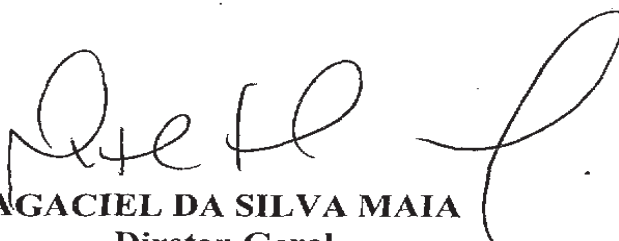

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 477 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004176/06-5,

RESOLVE dispensar a servidora SÔNIA MARIA BENTIM DAMASCENO, matrícula 24524, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral, a partir de 14 de março de 2006.

Senado Federal, 17 de março de 2006.

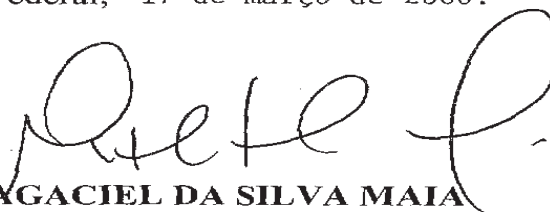

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 478 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004177/06-1,

RESOLVE dispensar o servidor **GERALDO MAGELA DA SILVA**, matrícula 45837, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do mesmo Órgão, a partir de 14 de março de 2006.

Senado Federal, 17 de março de 2006.

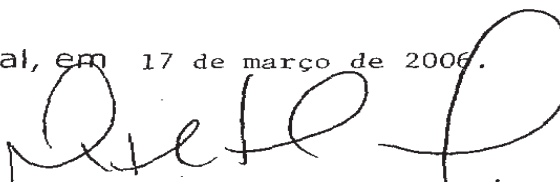

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 479 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.112/06-3,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora **SEBASTIANA VIEIRA INOCÊNCIO**, Técnico Legislativo, Área 6, Nível II, Padrão 30, nos termos do Art. 6º c/c o Art. 7º, da Emenda Constitucional n.º 41/2003, bem como o Art. 2º da Emenda Constitucional n.º 47/2005, com a vantagem prevista no artigo 1º da Res. SF n.º 74/94, c/c o artigo 9º da Res. SF n.º 07/2002, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 17 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 480, DE 2006**

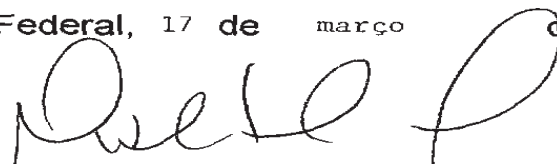
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ROGÉRIO BRAGA DE FEGUEIREDO, matrícula nº 30445, e NARCISO MORI JÚNIOR, matrícula nº 40803, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 003495/06-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 481, DE 2006**

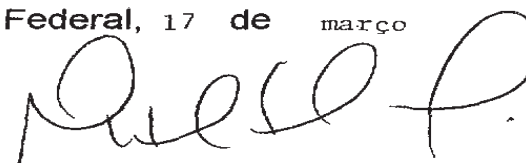
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ADERSON PIMENTEL DE ALENCAR FILHO, matrícula nº 46131, e SILVIO FERNANDO VIEIRA FERREIRA, matrícula nº 14749, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 003496/06-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 482 , DE 2006**

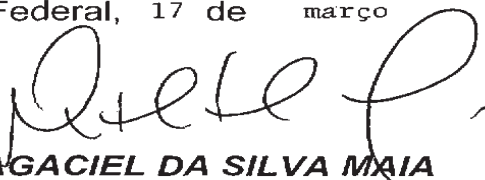
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 45527, e GOULART COSTA MARQUES, matrícula nº 22357, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 002636/06-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de março de 2006.



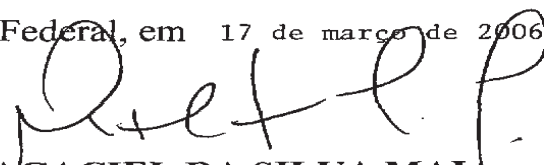
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 483 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004239/06-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA EUGÊNIA OLIVEIRA BEZERRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marco Maciel.

Senado Federal, em 17 de março de 2006.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 484 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004224/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBERTSON HENRIQUE SANTOS FREIRE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, em 17 de março de 2006.

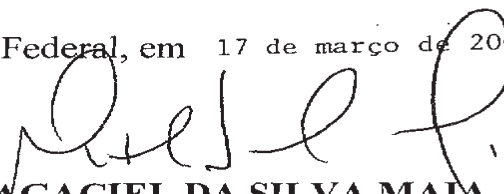

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 485 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004226/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANO CAMELO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, em 17 de março de 2006.

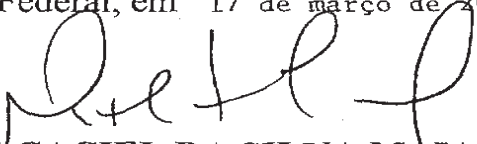

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 486 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004225/06-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ VALDERI DE MELO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, em 17 de março de 2006.



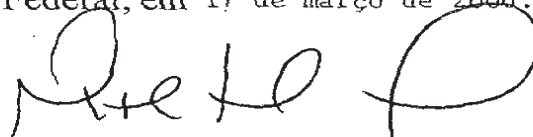
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 487 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004267/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADENILDO LIMA DO CARMO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 17 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONVÊNIO Nº 0010/2006 -
(Processo n.º 013.652/05-2)

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E O BANCO DAYCOVAL
S/A PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E
SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM
FOLHA DE PAGAMENTO.**

O **SENADO FEDERAL**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, o **BANCO DAYCOVAL S.A.**, inscrito no CNPJ sob o n.º 62.232.889/0001-90, com sede na Rua Marquês de Itú, nº 837, Conjuntos 71/74, Higienópolis, São Paulo-SP, CEP 01.223-001, Telefone (11) 3138-0500, Fax (11) 3138-0400, site na internet: www.daycoval.com.br, doravante designada **CONVENIADA**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

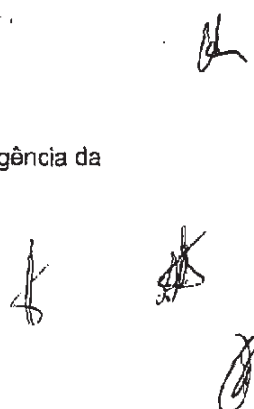
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar à **CONVENIADA**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência da **CONVENIADA**.

Handwritten signatures and initials are present in the right margin of the document. There are three distinct marks: a signature at the top right, a set of initials in the middle right, and another signature at the bottom right.

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pela **CONVENIADA**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito à **CONVENIADA**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência da **CONVENIADA**, especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DA CONVENIADA

Da **CONVENIADA** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 2,00 (dois reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro - A **CONVENIADA** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - A **CONVENIADA** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá à **CONVENIADA** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher à **CONVENIADA**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pela **CONVENIADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, à **CONVENIADA**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pela **CONVENIADA** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará a **CONVENIADA** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único - Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

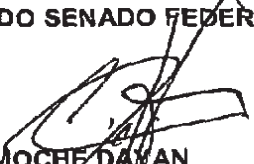
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

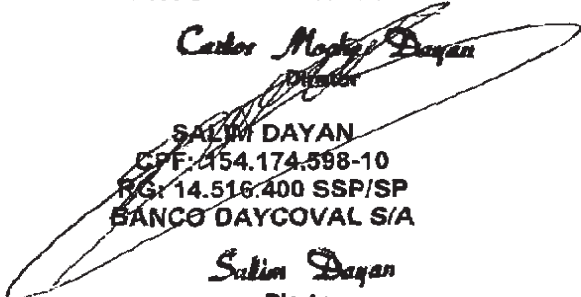
E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 30 de fevereiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL


CARLOS MOCHE DAYAN
CPF: 252.714.628-70
RG: 15.315.755 SSP/SP
BANCO DAYCOVAL S/A


Carlos Moche Dayan
Diretor


SALIM DAYAN
CPF: 454.174.598-10
RG: 14.516.400 SSP/SP
BANCO DAYCOVAL S/A


Salim Dayan
Diretor


Diretor da SADCON


Diretor da SSPLAC

U:\SSPLAC\SECON\SECON2005\MINUTA\CONVENIO BANCO\BANCO DAYCOVAL NOVA MINUTA DE CONVÊNIO ATO COM DTR Nº 15-2005
Processo 013652-05-2.doc

SENADO FEDERAL

ANEXO II

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 15, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005
(Obrigações exigidas pelo § 3º do art. 1º)

Valor da Operação: R\$ 10.000,00
Prazo da Operação: 48 Meses
IOF: Alíquota: 1,5% a a Base de Cálculo: R\$ 10.030,00 Valor do IOF: R\$ 126,42
TAC: Valor R\$ 30,00 (x) Financiada ou () Descontada no ato do crédito
Valor total financiado : R\$ 10.156,42
Data de crédito do empréstimo : 24/01/2006
Data de vencimento da 1ª Prestação: 25/02/2006

Número da Prestação	Valor da Prestação R\$	Valor Amortizado R\$	Valor Juros Cobrados R\$	Saldo Devedor
1ª	340,03	112,37	227,66	10.044,05
2ª	340,03	143,30	196,73	9.900,75
3ª	340,03	125,11	214,92	9.775,64
4ª	340,03	134,74	205,29	9.640,90
5ª	340,03	130,75	209,28	9.510,15
6ª	340,03	140,32	199,71	9.369,83
7ª	340,03	136,63	203,40	9.233,20
8ª	340,03	139,60	200,43	9.093,60
9ª	340,03	149,06	190,97	8.944,54
10ª	340,03	145,87	194,16	8.798,67
11ª	340,03	155,26	184,77	8.643,41
12ª	340,03	152,40	187,63	8.491,01
13ª	340,03	155,71	184,32	8.335,30
14ª	340,03	176,77	163,26	8.158,53
15ª	340,03	162,93	177,10	7.995,60
16ª	340,03	172,12	167,91	7.823,48
17ª	340,03	170,20	169,83	7.653,28
18ª	340,03	179,31	160,72	7.473,97
19ª	340,03	177,79	162,24	7.296,18
20ª	340,03	181,65	158,38	7.114,53
21ª	340,03	190,62	149,41	6.923,91
22ª	340,03	189,73	150,30	6.734,18
23ª	340,03	198,61	141,42	6.535,57
24ª	340,03	198,16	141,87	6.337,41
25ª	340,03	202,46	137,57	6.134,95
26ª	340,03	215,53	124,50	5.919,42
27ª	340,03	211,53	128,50	5.707,89
28ª	340,03	220,16	119,87	5.487,73
29ª	340,03	220,90	119,13	5.266,83
30ª	340,03	229,43	110,60	5.037,40
31ª	340,03	230,68	109,35	4.806,72
32ª	340,03	235,69	104,34	4.571,03
33ª	340,03	244,04	95,99	4.326,99
34ª	340,03	246,10	93,93	4.080,89
35ª	340,03	254,33	85,70	3.826,56
36ª	340,03	256,96	83,07	3.569,60
37ª	340,03	262,54	77,49	3.307,06
38ª	340,03	275,26	64,77	3.031,80
39ª	340,03	274,22	65,81	2.757,58
40ª	340,03	282,12	57,91	2.475,46
41ª	340,03	286,29	53,74	2.189,17
42ª	340,03	294,06	45,97	1.895,11
43ª	340,03	298,89	41,14	1.596,22
44ª	340,03	305,38	34,65	1.290,84
45ª	340,03	312,92	27,11	977,92
46ª	340,03	318,80	21,23	659,12
47ª	340,03	326,19	13,84	332,93
48ª	340,03	332,93	7,10	0,00

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, Art. 4º	TITULAR(ES)	SUPLENTE(S)
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS